

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**“FAMÍLIA COMPACTOR”: A TRAJETÓRIA DA CIA. DE CANETAS  
COMPACTOR E A RELAÇÃO COM OS TRABALHADORES NO PROCESSO DE  
INDUSTRIALIZAÇÃO DE NOVA IGUAÇU NOS ANOS 1950, 1960 E 1970**

**Carolina Bittencourt Mendonça**

**2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“FAMÍLIA COMPACTOR”: A TRAJETÓRIA DA CIA. DE CANETAS  
COMPACTOR E A RELAÇÃO COM OS TRABALHADORES NO  
PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE NOVA IGUAÇU NOS ANOS  
1950, 1960 E 1970**

**CAROLINA BITTENCOURT MENDONÇA**

*Sob a orientação do professor*

**Alexandre Fortes**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Maio de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M539 Mendonça, Carolina Bittencourt, 1989-  
"FAMÍLIA COMPACTOR": A TRAJETÓRIA DA CIA. DE CANETAS  
COMPACTOR E A RELAÇÃO COM OS TRABALHADORES NO  
PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE NOVA IGUAÇU NOS ANOS  
1950, 1960 E 1970 / Carolina Bittencourt Mendonça. -  
2017.  
103 f.

Orientador: Alexandre Fortes.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em História / Mestrado,  
2017.

1. Trabalhadores. 2. Cia de Canetas Compactor. 3.  
Nova Iguaçu. 4. Industrialização. I. Fortes, Alexandre  
, 1969-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. Pós-Graduação em História / Mestrado III.  
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – Mestrado e  
DOUTORADO

*“Família Compactor?: A trajetória da Cia de Canetas Compactor e a relação com os trabalhadores no processo de industrialização de Nova Iguaçu nos anos 1950, 1960 e 1970”*

CAROLINA BITTENCOURT MENDONÇA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/05/2017

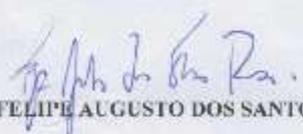
Banca Examinadora:



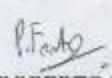
Professor Doutor ALEXANDRE FORTES (UFRRJ)  
Orientador e Presidente da Banca



Professora Doutora LÚCIA HELENA PEREIRA DA SILVA (UFRRJ)



Professor Doutor FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO (UFRRJ)



Professor Doutor PAULO ROBERTO RIBEIRO FONTES (CPDOC-FGV)

*A todos os trabalhadores da Compactor e aos  
moradores do Jardim Iguaçu.*

*Ao meu avô Narciso, que me mostrou a beleza do  
estudo.*

*“There’s nothing like my hometown where i’m  
forever living”*

"Não há nada como minha cidade natal, onde eu  
estou vivendo para sempre"

[Recipe, Kendrick Lamar\*]

\*Rapper norte americano oriundo da periferia de Los Angeles.

## Agradecimentos

Não há como negar, o caminho percorrido foi mais longo do que eu esperava, e ainda mais difícil do que eu acreditava que seria. Por isso, não posso deixar de agradecer aqueles que estiveram ao meu lado, apoiando da forma que conseguiam, nos momentos ruins da vida acadêmica e pessoal.

Primeiramente (Fora Temer!), agradeço à minha família: irmãos, tios, tias, primos, e em especial aos meus pais Nelson e Rosângela, que me apoiaram incondicionalmente, emocional e financeiramente, do primeiro momento em que eu decidi seguir a carreira acadêmica até a impressão da dissertação. Obrigada por tudo, não seria possível.

Apesar de moradora do Jardim Iguaçu há quase 28 anos, foi através dessa pesquisa que pude conhecer trabalhadores da Compactor de uma maneira mais profunda. Por isso, agradeço aos trabalhadores abrirem mão de uma horinha do seu dia, da sua rotina, pra sentarem comigo e contarem a sua história. Vocês se tornaram grandes inspirações na minha vida.

Agradeço ao meu incansável orientador Alexandre Fortes, que me acompanha desde 2012, sempre compartilhando seu conhecimento comigo e me incentivando a alçar voos mais altos. Obrigada por toda a dedicação, paciência, ideias, e por ter me proporcionado a melhor experiência acadêmica da minha vida: visitar a Duke University. Jamais esquecerei tudo o que já fez por mim.

Ainda na aba do agradecimento ao Alexandre, aproveito esse espaço para agradecer pela criação nosso grupo de pesquisa sobre História Global do Trabalho. Nesse espaço pude conhecer e conviver com pessoas maravilhosas, que servem como exemplo pra mim a cada dia que se passa.

Agradeço aos professores Paulo Fontes e Lucia Helena por aceitarem o convite para participar da banca de qualificação e por terem contribuído de uma maneira incrível para o desenvolvimento desta dissertação. Agradeço também ao professor Felipe Ribeiro, integrante da banca final de avaliação, por toda a ajuda e incentivo ao longo desse caminho. Quando eu crescer, quero ser como você!

O Programa de Pós-graduação em História da UFRRJ merece estar nessa mensagem por me proporcionar o contato com professores e alunos maravilhosos, que fizeram parte do início da minha trajetória acadêmica, mas que agora já fazem parte da minha vida. Agradeço muito por ter tido a oportunidade de conviver nesse espaço onde o conhecimento transborda.

Aos meus amigos eu mal consigo elaborar palavras para agradecer. Eu vou agradecer para sempre pelo quanto cada um de vocês fizeram por mim nessa caminhada, vocês moram no meu coração. Mas eu não posso deixar de citar os meus anjos da guarda. As pessoas que me seguraram, me pegaram pela mão, não ficaram um dia sequer sem demonstrar apoio a mim: Amanda, Adriano e Daiane. Já era! Nossa vida está pra sempre interligada, é muito amor pra pouco tamanho (com exceção da Amanda). Pela milésima vez, obrigada por tudo meus amores!

Para coroar esse espaço de agradecimentos, venho agradecer aquele que há 3 anos atrás já estava presente nos meus agradecimentos da monografia. Obrigada Guilherme Cabral, por me acompanhar mais uma vez numa jornada de pesquisas. Agradeço pela experiência de vida e conhecimento compartilhado; ideias e sugestões; paciência, carinho, auxílio e dedicação; e

pelo amor, que é o que temos de melhor. 7 anos parece muito, mas estamos só no começo.  
Obrigada por tudo. Te amo.

## Resumo

MENDONÇA, Carolina Bittencourt. **“Família Compactor”**: A trajetória da Cia. de Canetas Compactor e a relação com os trabalhadores no processo de industrialização de Nova Iguaçu nos anos 1950, 1960 e 1970. 2017. 103p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

Este trabalho tem a pretensão de analisar a trajetória da Cia. de Canetas Compactor no processo de industrialização de Nova Iguaçu. Durante a pesquisa nos dedicamos a investigar o projeto paternalista idealizado pelos patrões chamado “Família Compactor”, buscando o processo de construção dessa ideia. Antes de chegarmos ao momento de instalação da fábrica, se fez necessário primeiramente explorar o contexto econômico e social em que a Baixada Fluminense estava inserido. E, em seguida, examinar os processos de imigração dos fundadores alemães e como a Cia. de Canetas Compactor surgiu. Decidimos então analisar a relação entre trabalhadores e patrão, evidenciando os conflitos que permeavam esse vínculo. Para chegarmos aos nossos objetivos utilizamos como fontes entrevistas realizadas com trabalhadores ativos e aposentados, periódicos, documentos sobre imigração e documentos oficiais do IBGE.

**Palavras-chave:** Cia. de Canetas Compactor; Nova Iguaçu; trabalhadores.

## Abstract

MENDONÇA, Carolina Bittencourt. **“Família Compactor”**: A trajetória da Cia. de Canetas Compactor e a relação com os trabalhadores no processo de industrialização de Nova Iguaçu nos anos 1950, 1960 e 1970. 2017. 103p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

This paper intends to analyze the trajectory of Cia. de Canetas Compactor in the process of industrialization of Nova Iguaçu. During the research we dedicated ourselves to investigate the paternalistic project conceived by the bosses called "Compactor Family", seeking the process of construction of this idea. Before arriving at the time of installation of the factory, it was necessary first to explore the economic and social context in which the Baixada Fluminense was inserted. And then examine the immigration processes of the German founders and how the Compactor came about. We then decided to analyze the relationship between workers and boss, evidencing the conflicts that permeated this link. To reach our objectives, we used as sources interviews with active and retired workers, periodicals, immigration documents and official IBGE documents.

**Keywords:** Cia. de Canetas Compactor; Nova Iguaçu; workers.

## **Lista de quadros e figuras**

**Quadro 1:** Localização da população de Nova Iguaçu em 1950

**Quadro 2:** População da Baixada Fluminense nas décadas de 1950, 1960 e 1970

**Quadro 3:** Indústrias com maior número de operários durante a década de 1950 em Nova Iguaçu

**Quadro 4:** Principais indústrias de transformação de Nova Iguaçu em 1968

**Quadro 5:** Brasil – Entrada de imigrantes, por período e principais nacionalidades, 1872-1972

**Figura 1:** Anúncio de vendas de terras retirado do Jornal do Brasil em 4 de Junho de 1938

**Figura 2:** Densidade da população da Baixada Fluminense em 1950

**Figura 3:** Mapa da Renânia do Norte-Vestfália

**Figura 4:** Reportagem sobre a Compactor, publicada pelo Jornal do Brasil em 13 de Setembro de 1964

## **Lista de siglas**

ACINI – Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CIME – Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias

CIN – Companhia de Incremento de Negócios

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FIESP – Federação de Indústrias do Estado de São Paulo

FNM – Fábrica Nacional de Motores

IAP – Instituto de Aposentadorias e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

IPES – Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais

OIR – Organização Internacional de Refugiados

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

USIMECA – Usina Mecânica Carioca

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1: Industrialização e ocupação urbana de Nova Iguaçu</b>	
– A citricultura no processo de industrialização.....	17
– Indústrias e ocupação urbana.....	24
– Migrações e a classe trabalhadora nos anos 1950 e 1960.....	30
<b>Capítulo 2: Imigração alemã e o surgimento da Cia. de Canetas Compactor</b>	
– Os Bluhm e a imigração no entreguerras.....	40
– Os Buschle, a recuperação da Europa e a imigração no pós-guerra.....	45
– O encontro de dois alemães e a criação da Cia. de Canetas Compactor .....	52
<b>Capítulo 3: A “Família Compactor” e as suas contradições</b>	
– Desenvolvimento produtivo da fábrica.....	62
– Assistencialismo e construção de um projeto paternalista .....	66
– A “família Compactor” na fala dos trabalhadores .....	77
<b>Considerações finais .....</b>	<b>86</b>
<b>Fontes e referências citadas .....</b>	<b>88</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>95</b>

## Introdução

Pesquisar e escrever sobre a Baixada Fluminense quase sempre se mostrou um grande desafio. A carência de produções acadêmicas e a dificuldade na obtenção de fontes foram as principais dificuldades que os pesquisadores pioneiros encontraram. Acreditamos que o início da transformação desse cenário se deu a partir do advento das universidades públicas para essa região. Sabemos que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, embora historicamente receba estudantes de diversas regiões do país, está estabelecida desde o início na Baixada Fluminense, no município de Seropédica, anteriormente distrito de Itaguaí. No entanto, o aglomerado de municípios mais populosos, urbanos e próximos à cidade do Rio de Janeiro possuía apenas uma instituição pública de ensino superior: a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – vinculada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – que funcionava apenas com o curso de Pedagogia. Por um bom tempo, essa região contou com instituições particulares como a Universidade Iguazu, Unigranrio e Uniabeu para proporcionar formação de nível superior para a população da Baixada Fluminense e algumas pesquisas acadêmicas.

A partir dos anos 2000, fruto de uma política de expansão universitária, a Baixada Fluminense passou a receber campi de algumas instituições públicas de ensino superior, como o campus da CEFET em Nova Iguaçu, maior campus da instituição fora da cidade do Rio de Janeiro; o campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em Xerém, distrito de Duque de Caxias; os campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) em Paracambi, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis e Belford Roxo; e o Instituto Multidisciplinar, da Universidade Federal Rural (UFRRJ) do Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu. Este último vem se destacando nas pesquisas sobre a Baixada Fluminense. Cursos de graduação como Turismo, Pedagogia, História, Geografia e Economia, e de pós-graduação dos programas de Ciências Sociais; Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares; Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas; e História, atualmente produzem uma quantidade considerável de conteúdo sobre diversos aspectos da Baixada Fluminense. Outro ponto a se destacar é o recente Centro de Documentação e Imagem – CEDIM, localizado no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ em Nova Iguaçu, onde podemos ter acesso à diversas fontes digitalizadas sobre a Baixada Fluminense, como documentos que datam do período da citricultura; jornais e revistas da imprensa local; arquivos pessoais como o de Ney Alberto, conhecido memorialista da região, e Dom Adriano Hipólito; documentos da Pastoral Operária, entre outros. Nossa pesquisa vem sendo desenvolvida em decorrência de toda essa conjuntura.

“Adeus ao benfeitor de Nova Iguaçu. Fundador da Compactor e incentivador de projetos sociais na cidade, Erich Buschle morre aos 90 anos. Prefeitura decreta luto.”<sup>1</sup> Este é o título da capa do caderno *Mais Baixada* do *Jornal EXTRA* do dia vinte e um de agosto de dois mil e quinze. O conteúdo da matéria nos mostra a dimensão da importância do empresário alemão no município de Nova Iguaçu e o que essa figura representou para os trabalhadores e moradores do bairro Jardim Iguaçu, onde a fábrica foi instalada em 1954.

---

<sup>1</sup> *Jornal EXTRA*, 21/08/2015.

O Jardim Iguaçu inicialmente foi um local de laranjais, e aos poucos, foi se transformando em uma região operária. A família de minha mãe chegou ao bairro em meados do século XX, pouco antes da fábrica ser construída. Dona Natalina chegou em Nova Iguaçu com suas 3 filhas a tira colo. O marido trabalhava nas caldeiras do Lloyd Brasileiro, portanto, veio sozinho de Maceió. A história que ouvimos na família é que minha bisavó chegou no Jardim Iguaçu, se apossou de um pedaço de terra, começou uma roça para alimentar as filhas e aos poucos foi levantando uma casa. A residência era bem humilde, apenas com energia elétrica e um poço, os serviços de água e tratamento de esgoto eram ausentes. Décadas depois se tornaria a casa que eu vivo há quase 28 anos.

Quando a Cia. de Canetas Compactor se instalou no bairro, em 1954, a região ainda possuía contornos rurais. Muitas propriedades haviam sido fracionadas em lotes e estavam à venda. No entanto, a região era vista como próspera, uma vez que a Rodovia Presidente Dutra (BR – 116) tinha poucos anos de inaugurada, e esta construção carregava a ideia de progresso. A fábrica ficou cerca de um ano construindo seu parque fabril, até que em 1955 a produção das canetas tinteiro começou. De forma similar a de outras famílias que se estabeleceram no Jardim Iguaçu, a família de Dona Natalina foi crescendo em paralelo ao desenvolvimento da Compactor. Os anos se passaram desde que as duas chegaram ao Jardim Iguaçu. Dona Natalina ficou viúva, casou as 3 filhas, teve outra filha, e nessa família de mulheres viu nascer, de 8 netos, apenas um neto homem. A Compactor cresceu, aumentou seu parque fabril, contratou mais operários, construiu casas, praças, escola, fez o seu entorno se transformar em uma área contígua à fábrica. Todos esses elementos fizeram parte do processo de industrialização da Baixada Fluminense.

Viver a experiência de crescer em um bairro operário se tornou importante depois que foi possível perceber e compreender que a relação entre os patrões alemães e os trabalhadores da fábrica era mais complexa do que aparentava. A presença de toda a família Buschle no bairro; a construção do conjunto habitacional e da escola; a igreja de São Pedro e São Paulo erguida em terreno cedido pelos Buschle liderada pelo padre Max Eing, também alemão; foram fundamentais no desenvolvimento dessa relação.

Trataremos então neste trabalho da trajetória da Cia. de Canetas Compactor no Jardim Iguaçu e a relação com os trabalhadores e moradores do bairro nas suas primeiras décadas de funcionamento, que correspondem também ao processo de industrialização do município de Nova Iguaçu. Nosso recorte temporal abarca o período de transição da citricultura – até então principal atividade econômica de Nova Iguaçu – para as indústrias, a instalação da fábrica no bairro e os anos seguintes, quando Erich Buschle iniciou a tentativa de implementar seu projeto paternalista. Portanto, encerramos a pesquisa no momento em que ocorre uma pequena ruptura nesse projeto paternalista, com o ingresso do sobrinho Dieter Buschle na direção produtiva da empresa, nos anos 1970.

Tomamos como referenciais os estudos de Hobsbawm<sup>2</sup> e Thompson<sup>3</sup>, que trouxeram à tona aspectos que até então não eram explorados de forma tão profunda, como a experiência e o cotidiano dos trabalhadores. A partir de um olhar mais intrínseco sobre a classe trabalhadora, os autores compreenderam a importância de se analisar a vida operária, as condições de trabalho em que esses operários estavam submetidos, as contradições e os conflitos das relações interpessoais do ambiente fabril e familiar. Essas obras serviram de

---

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre a História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>3</sup> THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. V I-III*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

grande influência para uma geração de pesquisadores brasileiros<sup>4</sup> que surgiu a partir dos anos 1980 e que, através de estudos de casos, se debruçou sobre as peculiaridades da vida dos operários e analisou sua atuação nos respectivos locais em que estes trabalhadores estavam inseridos.

Nossa pesquisa certamente é influenciada pelos trabalhos citados acima, entretanto, também utilizamos como referência a teoria transnacional. Essa teoria surge como uma crítica ao nacionalismo metodológico, que se coloca como se as conformações nacionais e de Estado fossem determinantes para as relações sociais. O transnacionalismo se apresenta como uma alternativa, inspirado pelas questões que tensionam a história do trabalho. Essa referência surge como uma interpretação que concebe de maneira complexa

[...] relações sociais que cruzam fronteiras, redes e fluxos de pessoas, ideias e informações, diásporas, reprodução de processos culturais em escala global, reconfiguração e expansão do capital a nível mundial e movimentos sociais que articulam o local e o global.<sup>5</sup>

A partir do suporte teórico das obras citadas teremos como objetivo evidenciar os processos que culminaram na instalação da Cia. de Canetas Compactor em Nova Iguaçu e, posteriormente, iremos focar na construção da relação patrão-empregado a partir do projeto idealizado pelos Buschle.

No primeiro capítulo trataremos do contexto de industrialização e ocupação urbana de Nova Iguaçu. Demonstraremos o papel fundamental que a citricultura desempenhou nesse contexto. Nos debruçaremos sobre as problematizações do declínio dessa cultura, como se deu a transição para as indústrias e como a “febre dos loteamentos” influenciou essa dinâmica. O capítulo também abordará o momento em que a industrialização deu um passo a frente, a partir da construção da Rodovia Presidente Dutra, do aumento dos loteamentos e do crescimento da população através das migrações que ocorreram em meados do século XX. Por fim, faremos um breve relato da classe trabalhadora iguaçuana, revelando quem eram esses trabalhadores e como a organização já fazia parte do cotidiano destes.

Como suporte para o desenvolvimento desse capítulo utilizamos uma bibliografia mais clássica sobre a Baixada Fluminense, construída a partir da perspectiva da Geografia, em conjunto com produções mais recentes, que abarcam outros aspectos para além da

---

<sup>4</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. Campinas: Editora Unicamp, 2001., FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educs, 2004. RAMALHO, José Ricardo. Estado-patrão e luta operária: o caso FNM. São Paulo: Paz e Terra, 1989., CRUZ, Maria Cecilia Velasco e . Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República (1998). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP., NASCIMENTO, Alvaro Pereira. A ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001; FONTES, Paulo. Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operários nos anos 50. São Paulo: Annablume: Sindicato Química e Plásticos-SP, 197; SILVA, Fernando Teixeira. A Carga e a Culpa - Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968). São Paulo: Editora Hucitec, 1995; NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>5</sup> BOHÓRQUEZ-MONTOYA, Juan Pablo. Transnacionalismo e historia transnacional del trabajo: hacia una síntesis teórica. Pap. Polít. Bogotá (Colombia), Vol. 14, n. 1, 273-301, enero-junho 2009, p. 276. Tradução da autora.

Geografia, como economia, cultura operária e conflitos de terra. O conjunto de fontes que utilizamos é composto por fontes oficiais do IBGE, como censos demográficos, anuários e coleções de monografias; e periódicos da imprensa local e carioca.

No capítulo seguinte a temática abordada será os empresários alemães fundadores da Cia. de Canetas Compactor. Analisaremos a trajetória dos Bluhm e dos Buschle, desde as circunstâncias da imigração até o momento em que os dois empresários se cruzam e decidem trazer o empreendimento alemão para o Brasil. Para uma melhor compreensão, faremos as devidas contextualizações do período entreguerras e do pós segunda guerra, onde a imigração das respectivas famílias está inserida. Trataremos também dos empreendimentos dos dois empresários, antes da fundação da Cia. de Canetas Compactor, e como foram fundamentais para a criação da fábrica no Brasil.

A narrativa desse capítulo foi construída com auxílio de bibliografia especializada em imigração alemã e pós-guerra, e entrelaçada pelo conjunto de fontes.. O material utilizado consistiu em documentos sobre imigração; decretos-lei sobre imigração; publicações do Diário Oficial da União; revistas e períodos; e um livro comemorativo da Compactor.

O terceiro e último capítulo deste trabalho retrata o que a população local chama de “família Compactor”. Analisamos como o crescimento do bairro é inseparável do desenvolvimento produtivo da fábrica, uma vez que a tentativa de pôr em prática o projeto paternalista idealizado pelos patrões começou no momento em que a fábrica deu sinais de prosperidade. Demonstraremos como a política assistencialista promovida pelo patrão alemão foi determinante na construção da ideia de “família Compactor”. Traremos à tona, então, o funcionamento dessa família através da fala dos próprios trabalhadores.

Para chegarmos ao entendimento dessa relação patrão-operário tomamos como referência uma vasta bibliografia sobre história social do trabalho, além de alguns trabalhos mais recentes sobre a vida operária na Baixada Fluminense. As principais fontes que compõem a pesquisa desse capítulo são entrevistas com funcionários ativos e aposentados da fábrica concedidas à autora; livro comemorativo da Compactor; e periódicos da imprensa local e carioca.

De uma forma geral, a partir dos objetivos lançados acima, temos a pretensão de contribuir com a produção historiográfica sobre a Baixada Fluminense, além inserir a industrialização da região na conjuntura de industrialização do Rio de Janeiro, colaborando com mais uma perspectiva desse processo.

## Capítulo I: Industrialização e ocupação urbana de Nova Iguaçu

### – A citricultura no processo de industrialização

O cultivo da laranja tem grande relevância para os estudos sobre a Baixada Fluminense, especialmente em relação ao município de Nova Iguaçu, e aos atuais municípios que, na época áurea da citricultura, ainda não eram emancipados, como Japeri, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Duque de Caxias. A citricultura pode ser considerada a atividade econômica de maior sucesso da Baixada, até o momento de consolidação das indústrias. Algumas condições naturais da região, como solo argiloso e clima quente e úmido, foram fundamentais para que o cultivo de citros fosse possível. Acrescenta-se a estes fatores o fato da região ser geograficamente próxima ao Rio de Janeiro, proporcionando a facilidade de comunicação com o mercado consumidor imediato e com o porto. Destacamos que tal aproximação foi possível devido à existência de uma malha ferroviária que já cortava a região e facilitou o escoamento da produção.<sup>6</sup>

Durante o governo de Nilo Peçanha o ideário presente reforçava uma visão agrarista, em que os governantes enxergavam “na diversificação da agricultura a principal saída para a crise da economia fluminense”.<sup>7</sup> O posicionamento contrário à monocultura no Rio de Janeiro tornou propício o desenvolvimento da cultura de citros em Nova Iguaçu. No entanto, neste capítulo não trataremos do desenvolvimento da citricultura, seu funcionamento ou da descrição de seu processo produtivo, do cultivo ao beneficiamento da fruta.<sup>8</sup> Nosso enfoque será no papel que essa atividade econômica desempenhou no processo de industrialização, e como sua substituição não foi feita de forma imediata, visto que nossa pesquisa corrobora a constatação já presente em outros trabalhos de que, por várias décadas, as duas atividades – citricultura e indústria – conviveram e fizeram parte do desenvolvimento econômico da Baixada Fluminense. Nessa conjuntura, o processo de eletrificação tem um papel fundamental contribuindo diretamente para a expansão da citricultura.

---

<sup>6</sup> FIGUERÊDO, Maria Aparecida. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. Revista geopaisagem. Ano 3, n. 5, Janeiro/Junho de 2004.

<sup>7</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Em busca da idade de ouro. As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

<sup>8</sup> Para compreender da melhor forma o processo da citricultura em Nova Iguaçu, indicamos um trabalho de conclusão do curso de graduação em História, onde o autor trabalhou com algumas fontes inéditas e outras até então pouco trabalhadas para construir a narrativa sobre o auge do cultivo de laranja na região: SOUZA, Ricardo Luiz de. E os Pomos eram de Ouro: A importância da citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à 1940. Monografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar. 2015. Disponível em: <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/52>. Ver também a síntese publicada pelo autor como artigo: SOUZA, Ricardo Luiz. E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940. *Epígrafe*, Brasil, v. 3, n. 3, p. 171-194, oct. 2016. ISSN 2318-8855. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/110852>>. Acesso em: 30 apr. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v3i3p171-194>.

Figura 1

Anúncio retirado do Jornal do Brasil em 1938



Fonte: *Jornal do Brasil*, 04/06/1938.

Antes mesmo do início do seu declínio, por volta dos anos 1940 e 1950 e do surgimento de empreendimentos industriais, a citricultura já promovera o interesse de uma grande indústria química na região da Baixada Fluminense. De acordo com Maicon Carvalho<sup>9</sup>, a multinacional Bayer inicia sua atuação em Nova Iguaçu nas primeiras décadas do século XX

[...] através da Chimica Bayer, que levou à região seus produtos para tratamentos dos pomares cítricos, controlando não só a leprose, mas também outras doenças como verrugose e melanose.<sup>10</sup>

A empresa também auxiliava os citricultores no desenvolvimento da atividade, utilizando seus informativos técnicos para promover seus produtos e proporcionar aos produtores orientações de cunho técnico que continham informações sobre os cuidados ideais para o cultivo da laranja na região. É possível que essa atuação da Bayer nas décadas áureas da citricultura iguaçuana tenha desempenhado um importante papel na decisão da

<sup>9</sup> CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. A greve da Bayer Belford Roxo: Ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada Fluminense (1958-1989). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-graduação em História. 2015.

<sup>10</sup> Idem, p. 15.

multinacional alemã em se estabelecer como indústria na Baixada Fluminense, mais especificamente em Belford Roxo, na época distrito de Nova Iguaçu e posteriormente município emancipado.<sup>11</sup>

Sabemos que a citricultura foi a principal atividade econômica da região, entretanto, o que almejamos demonstrar nessa parte do texto é que em meados do século XX ela não era a única. A interpretação clássica da economia da Baixada Fluminense nos diz que a região sobreviveu, num primeiro momento, da cana-de-açúcar, substituída posteriormente pelo café, seguido pela citricultura, que cedeu espaço para as indústrias. No entanto, alguns estudos nos brindaram com análises que mostram como a Baixada Fluminense combinou, por um considerável período de tempo, os cotidianos rural e industrial. Ora pelas tentativas de governantes que ansiavam pela revitalização da agricultura da região, especialmente a citricultura, ora pelas políticas públicas que promoviam o incentivo à industrialização.

Após a segunda metade do século XX, chegou o momento em que não havia mais espaço para a cultura de citros e a zona industrial se tornou o principal destaque econômico de Nova Iguaçu e seus distritos. Entretanto, mesmo naquele momento, de acordo com Adrianno Rodrigues, a transição de uma economia baseada na agricultura para uma economia baseada em indústrias não se processou de modo automático.<sup>12</sup>

Em meados dos anos 1940, a citricultura passa por uma turbulenta crise, cujos motivos, diversos jornalistas, especialistas e agricultores se esforçavam intensamente para encontrar. “Uma riqueza imensa abandonada à sua sorte” é o título da entrevista que o então deputado Getulio Barbosa de Moura concede ao periódico *A Noite* em 1946.<sup>13</sup> Em sua fala, o representante fluminense na Constituinte, que também era um grande pomicultor da região, afirma categoricamente que “o Brasil não soube defender a sua citricultura”. De acordo com o deputado, o impedimento que a Segunda Guerra causou ao livre acesso aos portos europeus, gerou uma super-produção no mercado interno. Isso, para Getulio de Moura, não seria um problema difícil de contornar, se o governo incentivasse o consumo interno da laranja, facilitando a circulação do produto pelo território brasileiro. O deputado segue demonstrando sua insatisfação com o sistema de transporte e afirma que o frete para São Paulo era duas vezes o valor do frete para Buenos Aires. Acrescentava que, à medida que o valor do frete encarecia, a qualidade do transporte despencava. Getulio de Moura finaliza a entrevista assegurando que iria pautar o tema na Constituinte:

Pretendemos, na próxima semana, na Assembleia Constituinte, aflorar os aspectos principais do problema da laranja, que é vasto e complexo. Nessa oportunidade, detalharemos a matéria, numa análise crítica, sincera e enérgica, fazendo algumas sugestões ao governo para debelar a crise citrícola, de vez que o problema precisa ser encarado com coragem, decisão e patriotismo. (*A Noite*, 20/05/1946)

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> RODRIGUES, Adrianno Oliveira. De Maxambomba à Nova Iguaçu (1833-90's): Economia e território em processo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2006.

<sup>13</sup> *A Noite*, 20/05/1946.

Os citricultores continuaram a responsabilizar o governo pelo declínio da produção cítrica. Em Dezembro de 1949, o *Correio da Manhã* publica uma carta de Alberto Coccozza, vice presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas do Rio de Janeiro, onde o empresário declara que

[...] Jamais, até mesmo nas crises mais difíceis de vencer, tiveram os produtores e os exportadores das nossas laranjas, qualquer auxílio financeiro dos governos deste país, coisa que, talvez não tenha paralelo em nenhum outro ramo da produção nacional. (*Correio da Manhã*, 22/12/1949)

De acordo com Coccozza, as plantações de São Paulo já estavam caminhando para recuperação, enquanto os produtores fluminenses encontravam dificuldades como falta de crédito bancário, de financiamento efetivo, aumento dos materiais de embalagem e o principal de todos, o transporte. O vice presidente do Sindicato pede ao governo que facilite o transporte ferroviário

(...) como o fazem todos os demais países exportadores, em que os trens de frutas têm horário igual ou melhor do que os trens de passageiros, sujeitos a hora certa de chegada. Não acontece assim aqui, onde de Nova Iguaçu ao porto do Rio de Janeiro, a 40 quilômetros, portanto, vezes há em que há demora de dois dias na chegada! Sabemos que as frutas de Mendoza, na Argentina, para alcançarem o porto de Buenos Aires, a 1040 quilômetros de distância, cobrem o percurso em 16 horas, sem atrasos. (*Correio da Manhã*, 22/12/1949)

Outra figura que se dispôs a ensaiar um motivo para a diminuição da produção foi o agrônomo José Eurico Dias Martins. Em Maio de 1954, o então diretor geral do Departamento Nacional de Produção Vegetal declarou que um dos motivos da decadência da citricultura em terras fluminenses tem início nos anos 1940, quando a região da Baixada Fluminense, chamada pelo especialista de “cinta agrícola da Capital da República”, começou a ser transformada em parques, jardins e vilas. Nas palavras do agrônomo: “Essas áreas transformaram-se em subúrbios imensos do Rio, fazendo a produção recuar dezena de quilômetros para abastecê-lo”, agravando então a situação do abastecimento do Distrito Federal.<sup>14</sup> Esse início de transformação espacial se deu com o surgimento de loteamentos de grandes áreas rurais. Trataremos desse assunto um pouco mais à frente.

Os pesquisadores Pedro Geiger e Ruth Santos, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Geografia*<sup>15</sup> em que analisam as transformações que a Baixada Fluminense estava passando em meados do século XX, discorrem sobre a velha estrutura arcaica em que a agricultura da região, especialmente a citricultura, estava inserida. Os autores não entram no terreno político que os personagens citados anteriormente exploram. Sugerem, isto sim,

---

<sup>14</sup> *Diário da Noite*, 05/11/1954.

<sup>15</sup> GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a Evolução da Ocupação Humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 3, julho-setembro, 1954.

que um dos principais motivos para que a citricultura não fosse adiante ao longo do século XX era a forma de utilização da terra. Geiger e Santos afirmam que o sistema de trabalho predominante na região era antiquado. Boa parte das regiões agrícolas da Baixada Fluminense, e principalmente as áreas citrícolas, empregavam o regime de empreitada e colonato, no qual os colonos eram “moradores” das propriedades, cujo trabalho era fazer a colheita. Por outro lado, o proprietário possuía uma função comercial, uma vez que realizava o intermédio entre a produção do colono e o mercado. Os colonos eram abastecidos pelas vendas das fazendas, e em plena metade do século XX ainda era possível encontrar o sistema de “vales” nas propriedades.

De acordo com os autores, nesse sistema de trabalho adotado, a exploração da terra é feita de forma irresponsável, visto que o colono “subestima o problema da degradação do solo, porque pode mudar de fazenda quando o solo lhe rende muito pouco. Ademais ele pode ser forçado a se retirar da fazenda e seus investimentos seriam perdidos.”<sup>16</sup> Portanto, o sistema ideal para o desenvolvimento dos pomares deveria ser o assalariamento. O proprietário investiria nos equipamentos necessários para a realização do plantio e da colheita e o lavrador seria um trabalhador assalariado, assim como um operário de uma indústria. Entretanto, Geiger e Santos sustentam também a ideia de que muitos dos agricultores não estavam qualificados para essa mudança:

O sistema agrário vigente, estabelecido na Baixada desde o início da colonização, foi um fator para a forte degradação dos solos. A baixa produtividade de muitas áreas devido ao sistema agrícola empregado, foi certamente mais importante para o abandono da lavoura do que a Abolição. O empobrecimento dos solos, explica em parte a ausência de milho e feijão em muitas roças, predominando as lavouras de mandioca, menos exigente. A baixa produtividade, por sua vez, passa a ser uma das causas do desinteresse dos proprietários pelas lavouras, em muitas áreas.<sup>17</sup>

Acreditamos que todos os fatores citados anteriormente, em conjunto com a “mosca do mediterrâneo”, praga que se estabeleceu sobre os pomares de laranja iguaçuanos nos anos 1940, tenham sido fundamentais para o declínio da citricultura na região. No entanto, não foi nesse momento que a cultura de citros cessou.

No início do ano de 1948, o então Ministro da Agricultura, Daniel Serapião de Carvalho, recebeu uma comissão de citricultores da Baixada Fluminense onde os produtores expuseram os problemas que enfrentavam no momento e discutiram meios de reerguer a cultura de laranjas. De acordo com a reportagem da *Gazeta de Notícias*:

O ministro determinou imediatas providências no sentido de serem executadas medidas da alçada do Ministério, principalmente no que se refere à Defesa Sanitária Vegetal. Ao mesmo tempo, resolveu oficiar ao Banco do Brasil sobre financiamento, ao Conselho Federal do Comércio Exterior sobre mercados externos e ao Ministério da Viação sobre

---

<sup>16</sup> Idem, p. 309.

<sup>17</sup> GEIGER; SANTOS, op. cit., p. 309.

transporte, taxas portuárias e frigorificações. (*Gazeta de Notícias*, 08/01/1948)

Durante o Estado Novo foi difundido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) um nacionalismo muito forte, a partir de um conjunto de políticas públicas que reuniu propaganda, elaboração de leis de proteção ao trabalho e previdência social. De acordo com Ângela de Castro Gomes<sup>18</sup>, quando a ditadura de Vargas caminha para o seu fim e o Partido Trabalhista Brasileiro é fundado sob chancela governamental – tendo como palco principal de articulação o Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio – as políticas públicas promovidas anteriormente tornam Vargas “um símbolo de justiça social e de progresso econômico para a população do país.”<sup>19</sup> Em total sintonia com esse espírito nacionalista modernizador, é inaugurada em 1944 a Fábrica Nacional de Motores na Baixada Fluminense, mais precisamente em Xerém, quarto distrito do município de Duque de Caxias. A escolha da Baixada como espaço para a construção de uma fábrica de motores de avião se deu a partir das “concepções de progresso da época, de vitória do homem sobre a natureza, de transformação do ‘não civilizado’ em ‘civilizado’.”<sup>20</sup> No final de 1947, a fábrica se torna sociedade anônima e é adaptada à indústria automobilística. Entretanto, conforme analisaremos no tópico a seguir, na década de 1940 a FNM não era a única indústria estabelecida na região.

Apesar da forte diminuição da exportação de laranja nos anos 1940 devido ao advento da guerra, Nova Iguaçu se manteve como principal produtor de citros do país. E tendo findado o conflito, o município continuou tendo a laranja como símbolo da economia municipal. As páginas do *Correio da Lavoura*, principal periódico iguaçuano, nos mostram como o governo municipal teve a intenção de amparar os citricultores<sup>21</sup> e promoveu algumas medidas. Apesar das dificuldades trazidas pela guerra, após o seu encerramento a perspectiva era de progresso e expansão do mercado.<sup>22</sup> De acordo com os dados do Serviço de Estatística da Produção, presentes na segunda edição da *Coleção de Monografias N° 8* produzida pelo IBGE, Nova Iguaçu produziu cerca de 11 milhões de frutos entre 1945 e 1955. Tal número representou cerca de 95% da produção agrícola do município, que também incluía banana, mandioca, tomate, limão, batata doce e feijão.<sup>23</sup>

Como veremos a seguir, as décadas de 1940 e 1950 foram fundamentais para a expansão e o desenvolvimento industrial da região. Paralelamente, a citricultura tentava contornar a crise estabelecida pela guerra. O governo não abriria mão tão facilmente dos lucros dessa importante atividade agroexportadora. No pós-guerra, dentro de um contexto amplo de recuperação da agricultura, o governo Dutra promove uma política rodoviarista, calcada no Projeto Geopolítico de Integração Nacional. Tal projeto resultou na criação do Fundo Rodoviário Nacional, que viabilizou a construção da Avenida Brasil (BR – 101) em 1946 e da Rodovia Presidente Dutra (BR – 116) em 1951.<sup>24</sup> No seu discurso de ano novo

---

<sup>18</sup> GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>19</sup> Idem, p. 57.

<sup>20</sup> RAMALHO, José Ricardo. Estado-Patrão e luta operária: O caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 31.

<sup>21</sup> *Correio da Lavoura*, 15/04/1945.

<sup>22</sup> *Correio da Lavoura*, 22/07/1945; *Correio da Lavoura*, 23/09/1945.

<sup>23</sup> *Coleção de Monografias N° 8*. IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1956.

<sup>24</sup> OLIVEIRA, Rafael da Silva. Da produção da laranja à febre dos loteamentos: As transformações na

publicado em Primeiro de Janeiro de 1950 pelo *Correio da Manhã*, o presidente Eurico Dutra declarava que graças à implantação do Fundo Rodoviário Nacional, nunca se trabalhara tanto na construção e pavimentação de rodovias, com o objetivo de retomar a força da agricultura. Nas palavras do então presidente:

Atendida, dessa maneira, uma das causas da crise de abastecimento, constituiu-se (sic), por outro lado, em objeto de preocupações do governo, desde o primeiro momento, o restabelecimento da nossa produção agrícola. Os frutos dos esforços empregados já fizeram sentir um aumento na produção, da ordem de 10 milhões de toneladas. O sopro da renovação, que percorre a nossa agricultura, tem sido estimulado, de todos os modos pelos serviços técnicos federais. (*Correio da Manhã*, 01/01/1950)

As políticas promovidas com o objetivo de recuperar a citricultura em Nova Iguaçu surtiu efeito na década de 1950.<sup>25</sup> De acordo com o Conselho Nacional de Estatística, o município de Nova Iguaçu produziu no ano de 1955 pouco mais de um milhão de frutos, “quase igualando toda a produção dos Estados de São Paulo (1.151 milhões) e Minas Gerais (1.156 milhões) que são, depois do Rio de Janeiro, os maiores centro produtores de laranja do país.”<sup>26</sup> O Ministério da Agricultura informou que no ano de 1959 o Brasil atingiu um número de 83 milhões de laranjas produzidas em todo o seu território, sendo Nova Iguaçu o destaque da produção com cerca de 8,8 milhões de unidades produzidas, seguidos por Itaboraí, com 1,1 milhões e Maricá, com 840 mil.<sup>27</sup> Tais informações nos fazem questionar o motivo pelo qual a década de 1950 é considerada o momento de substituição da citricultura pelas indústrias, uma vez que a citricultura ainda era a principal atividade econômica da região. Acreditamos que os problemas que as lavouras de laranja enfrentavam no período e o fato de outras indústrias terem chegado ao município após a construção da rodovia Presidente Dutra, tenha contribuído para difundir essa visão, que, como demonstram os dados, precisa ser ao menos relativizada.

Apesar dos esforços, a recuperação da citricultura enfrentou um problema maior do que a “mosca do mediterrâneo”: os loteamentos. Em texto publicado pelo *Diário de Notícias*, o então ministro da agricultura José da Costa Porto disserta sobre a recuperação da citricultura em Nova Iguaçu. O ministro explica os processos do combate sistemático à praga concebidos pelo Departamento Nacional da Produção Vegetal, que conseguiram salvar uma considerável quantidade de laranjais. Porém, destaca as dificuldades maiores enfrentadas no que diz respeito aos loteamentos, disseminados inicialmente com finalidade de lazer:

[...] Sem dúvida, há um ângulo desta peleja que não nos será dado vencer. Na verdade, o maior inimigo da citricultura e da lavoura em geral tem sido

---

organização espacial do município de Nova Iguaçu ao longo do século XX. Revista Pilares da História, Ano 10, n. 11, Maio, 2011.

<sup>25</sup> Uma pequena reportagem do Diário de Notícias discorre sobre a recuperação da citricultura fluminense e chama atenção para as novas plantações de laranja em Maricá e Araruama, além de afirmar a partir de um relatório enviado ao Ministério da Agricultura, que as terras de Nova Iguaçu, Queimados e Austin ainda demonstravam grande potencial de fertilidade. *Diário de Notícias*, 21/08/1953.

<sup>26</sup> *Coleção de Monografias N° 8*. IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1956.

<sup>27</sup> *Diário da Noite*, 21/12/1959.

o loteamento desbordado: antigas fazendas e sítios, outrora cobertos de lavoura, se mostram hoje, dominados pela divisão para granjas de fim de semana e nestas granjas, via de regra, não se produz nada. Muito laranjal cedeu, assim, aos impactos dos caterpilars e das buldozers, e contra essa devastação o Ministério é impotente. (*Diário de Notícias*, 14/03/1955)

## – Indústrias e ocupação urbana

No dia 10 de Junho de 1945, o *Correio da Lavoura* publicou uma reportagem intitulada “Aspectos da cidade”. O texto disserta sobre o desenvolvimento do município de Nova Iguaçu e remete à ideia de avanço a partir “do progresso da indústria e da lavoura”.<sup>28</sup> Apesar da aparência rural da região, sabemos que nos anos 1940 o termo “indústria” já não configurava uma novidade para a Baixada Fluminense. Em Duque de Caxias já havia a Fábrica Nacional de Motores funcionando à todo vapor e impulsionando a instalação de outras indústrias nos anos seguintes, tais como a Química Farmacêutica Proquifar (produtos farmacêuticos), a Sedabel Ltda (vitaminas) e a Sansão Vasconcelos S/A (carroçarias de ferro)<sup>29</sup>. Em Magé, as indústrias têxteis já estavam instaladas desde o final do século XIX, e no início dos anos 1950, com o objetivo de modernizar seu parque fabril, a Companhia América Fabril – que já detinha a, então obsoleta, Fábrica Pau Grande – instala uma nova unidade, a Santana.<sup>30</sup>

No caso de Nova Iguaçu, mesmo antes da construção da rodovia Presidente Dutra, portanto, antes de 1951, já existiam pequenos e grandes estabelecimentos industriais, localizadas no perímetro urbano do município. As menores, com menos de 20 funcionários, eram maioria – cerca de 34 – e atendiam às necessidades da população próxima, como oficinas, barracões para beneficiamento de laranjas, fábrica de bebidas, laticínios, olarias, fábricas de bolsas, calçados, bonecas, artefatos de cimento, entre outras. As maiores indústrias, com mais de 20 funcionários, configuraram os estabelecimentos que impulsionaram o desenvolvimento de uma zona industrial em Nova Iguaçu. Dentre elas, as principais eram: Cia. Mercantil e Industrial Ingá (metalúrgica), PIAM – Farmacêutica e Comercial do Brasil, Fábrica Universal (fogos), Irmãos Coutinho Cereais, BRASFERRÓ – Laminação Brasileira de Ferro S.A., Fábrica de Tecidos Caxambi e Mineração Geral do Brasil.<sup>31</sup>

Apesar do Fundo Rodoviário Nacional ter sido criado a partir de uma política rodoviária que possuía objetivos de recuperar a agricultura, em Nova Iguaçu sua atuação, na forma da rodovia Presidente Dutra, acabou contribuindo para o processo de industrialização. A área se mostrou atrativa para o estabelecimento de indústrias pelos seguintes motivos: 1) os valores dos lotes eram consideravelmente menores em relação aos terrenos do perímetro urbano devido à distância do centro do município, e 2) implantar um

<sup>28</sup> *Correio da Lavoura*, 10/06/1945.

<sup>29</sup> *Coleção de Monografias Nº 446*. Fundação IBGE – Instituto Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1968.

<sup>30</sup> RIBERIO, Felipe. A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: Os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas – CPDOC – Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais. 2015, p. 73.

<sup>31</sup> SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguaçu – Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XXIV, n. 2, abril-junho de 1962.

empreendimento fabril às margens da recém inaugurada rodovia Presidente Dutra significava uma facilidade no escoamento da produção.

Em 1945, quando Nova Iguaçu ainda possuía fortes contornos rurais e vivia a tentativa de recuperação da citricultura, foi criada a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI)<sup>32</sup>, confirmando então que estes estabelecimentos já estavam consolidados e que por isso, necessitavam de uma entidade representativa. Três anos depois, foi concedida a essa associação, via decreto, a prerrogativa do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de colaborar com o poder público como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionassem com os interesses econômicos da região.<sup>33</sup> A ACINI atuava mais intensamente na organização de congressos e encontros com outras entidades representativas, sempre discutindo os rumos da industrialização a partir da perspectiva do empresário e questionando regularmente direitos conquistados pelos trabalhadores e garantidos pelo estado. Um exemplo disso é o episódio em que a associação se mostrou contrária à decisão de abolição do regime de livre concorrência nos seguros de acidentes de trabalho, que designava os Institutos de Aposentadorias e Pensões de cada categoria como responsáveis pelo pagamento dos benefícios. Nas palavras de Antônio de Freitas Quintella:

[...] O monopólio para os seguros de acidentes de trabalho pelos Institutos, além de contrariar os princípios da livre iniciativa, constitucionalmente garantidos, viola o artigo 157, item 8º, da Constituição, que atribui aos empregadores os ônus decorrentes do risco profissional, com fundamento na legislação infelizmente do trabalho.<sup>34</sup>

Embora já houvesse uma classe empresarial estabelecida no município, é a partir da década de 1950 que a ACINI conquista maior representatividade. A atuação do grupo de comerciantes e industriais passa a acontecer com mais frequência, quase sempre voltada para a política iguaçuana em forma de questionamentos acerca de diversos assuntos, como educação, saneamento básico, segurança e, principalmente, impostos.<sup>35</sup> Destacamos um incidente que ocorreu nos primeiros meses de 1960. Em Primeiro de Janeiro, a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu aprovou a Resolução 805, que consistia no Novo Código Tributário, aumentando as taxas e impostos municipais em até 1.500%. Imediatamente os estudantes iguaçuanos se mobilizaram, saíram às ruas e promoveram um enterro simbólico do então prefeito Arruda Negreiros como forma de protesto. Rapidamente a população, em união com alguns sindicatos, apoiou as manifestações dos estudantes. No início do mês de Fevereiro, os empresários se apropriam da mobilização dos estudantes e criam a Comissão Executiva Contra o Novo Código Tributário. O periódico comunista *Novos Rumos* publicou na ocasião um artigo intitulado “Comércio, Indústria e povo em pé de guerra”:

---

<sup>32</sup> *Correio da Lavoura*, 10/06/1945.

<sup>33</sup> *Jornal do Brasil*, 26/06/1948.

<sup>34</sup> *Tribuna da Imprensa*, 12/11/1952.

<sup>35</sup> *A Manhã*, 15/07/1951; *Última Hora*, 12/06/1963; *Luta Democrática*, 22/04/1964 e 06/09/1967; *Jornal do Commercio*, 11/08/1959;

O quartel-general da campanha é a sede da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu, onde se reúne diariamente a Comissão Executiva Contra o Novo Código Tributário. A comissão se compõe dos presidentes da ACINI, do Sindicato do Comércio Varejistas, da União Iguaçuana dos Estudantes, dos Sindicatos dos Trabalhadores em Produtos Químicos, Metalúrgicos, Trabalhadores em Cerâmica, Rodoviários, UNSP (seção municipal); das Associações dos Trabalhadores em Construção Civil, em Artefatos de Borracha e dos Empregados no Comércio.<sup>36</sup>

Essa atuação intensa da ACINI se tornou possível após o desenvolvimento dos estabelecimentos industriais instalados às margens do trecho recém construído da BR-116. A rodovia Presidente Dutra cortou uma área na qual havia uma larga extensão de laranjais, que começaram a ser loteados antes mesmo do fim da citricultura na região. De acordo com as reflexões de Geiger e Santos sobre o problema da estrutura agrária arcaica da Baixada Fluminense, os loteamentos representavam uma das atividades mais lucrativas da região, principalmente após as obras de saneamento promovidas pelo governo nas primeiras décadas do século XX.<sup>37</sup>

O que ocorreu inicialmente em Nova Iguaçu foi que os agricultores adquiriram grandes propriedades, o que tornou possível que as terras fossem loteadas e vendidas sem que a lavoura fosse comprometida, visto que a extensão das propriedades era imensa e por isso, proporcionava uma grande faixa de terra disponível para a cultura de citros apesar dos loteamentos. A partir do recenseamento de 1940, Geiger e Santos chegam à conclusão de que o valor das terras era muito superior ao dos maquinários necessários para a lavoura e aos custos da produção. Isso, na visão dos autores, refletiria “a manutenção de uma economia em que o principal elemento é a terra.”<sup>38</sup>

Num primeiro momento os lotes eram anunciados como ideais para estabelecimentos como cinema e teatro, e também para a construção de casas de veraneio destinadas à classe média residente na capital federal.<sup>39</sup> Conforme Geiger e Santos,

o loteamento não se prende somente aos trabalhos urbanos, mas também ao aumento do turismo causado pela elevação do nível de vida nas cidades. O uso de lotes para week-end se processa, naturalmente, nos trechos pitorescos.<sup>40</sup>

Com o advento da Dutra, o perfil dos compradores se transformou. Os empresários interessados em instalar estabelecimentos fabris na região, mas que não conseguiam devido aos altos valores dos lotes mais próximos ao centro e da estação de trem, enxergaram nas proximidades da rodovia Dutra, local mais afastado do centro urbano, a oportunidade ideal para concentrar suas fábricas. Esse período foi então marcado pela chegada de indústrias, que pouco tempo depois, se tornaram estabelecimentos de destaque como a Cia. Dyrce

---

<sup>36</sup> *Novos Rumos*, 12/02/1960.

<sup>37</sup> GEIGER; SANTOS, op. cit.

<sup>38</sup> GEIGER; SANTOS, op. cit., p. 307.

<sup>39</sup> *Jornal do Brasil*, 04/04/1948 e 05/10/1950; *Correio da Manhã*, 16/06/1949.

<sup>40</sup> GEIGER; SANTOS, op. cit., p. 305.

Industrial, Usina Mecânica Carioca, Cia. de Canetas Compactor, Plastin-Indústria e Comércio de Plásticos, Niquifer Indústria e Comércio, Cia. Sotex Técnica de Papéis, Cia. Metalúrgica de Austin, Cia. Pneus General, Probal Indústria e Comércio-Tintas, Tecelagem de Linho Oxford, Bayer do Brasil e Forjas Brasileiras.<sup>41</sup>

As dificuldades que a Segunda Guerra gerou nas importações contribuiu para que inúmeras produções industriais fossem protegidas, o que culminou num crescimento da economia e do setor industrial. Nas décadas posteriores ao conflito, o desenvolvimento industrial continuou e o país já produzia a maioria dos bens necessários para suprir o mercado interno. Tem início então o processo de substituição de importações de bens de consumo e produção de bens duráveis.<sup>42</sup> Tal processo foi fundamental para o desenvolvimento de uma zona industrial em Nova Iguaçu.

Concomitantemente a esse processo de expansão industrial de Nova Iguaçu, que ocorria principalmente na região central do município; em outros distritos como Mesquita, Queimados, Beford Roxo, Cabuçu e Austin, e às margens da rodovia Presidente Dutra, deu-se continuidade à ocupação urbana que já vinha transformando a região desde os áureos tempos da citricultura.

Os loteamentos, de fato, não significaram a ocupação real da área, o que se explicava, de acordo com Soares,

quer pelo custo elevado dos terrenos nos loteamentos residenciais, que geralmente são adquiridos por pessoas da cidade, visando sua valorização, quer, ainda, pelo alto custo das passagens rodoviárias.<sup>43</sup>

Portanto, até o final da primeira metade do século XX, a ocupação de Nova Iguaçu se deu nas áreas rurais, onde lavradores e colonos trabalhavam no cultivo da laranja; e nas localidades próximas ao centro do distrito sede, nos entornos da linha férrea, próximos aos estabelecimentos comerciais, caracterizando assim um perímetro urbano. Esta última localidade é a que inicialmente se caracterizou como cidade-dormitório, uma vez que a malha ferroviária funcionava como principal transporte para a população iguaçuana que trabalhava no Distrito Federal. O perímetro urbano de Nova Iguaçu começou a crescer na década de 1940, já caracterizando uma transformação do município, visto que, de acordo com o recenseamento realizado em 1950, já havia um equilíbrio entre os quadros rural e urbano.

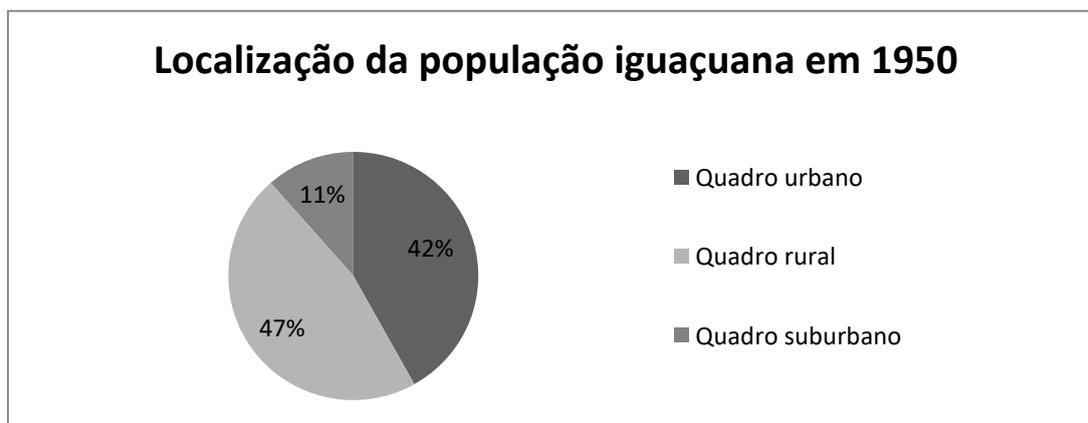
---

<sup>41</sup> SOARES, op. cit.

<sup>42</sup> PASTORE, José. Análise dos processos de mobilidade social no Brasil no último século. Anais do XXV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 16-20 de Outubro de 2001.

<sup>43</sup> SOARES, op. cit, p. 174.

## QUADRO 1



Fonte: Coleção de Monografias – Nova Iguaçu, IBGE – Conselho Nacional de Estatística, 1955, elaboração própria.

O recenseamento localizou 4 aglomerações urbanas no município: o Distrito sede e mais 3 vilas (Belford Roxo, Queimados e Cava). Dentro dos quadros urbano e suburbano do Distrito sede, o município foi considerado o de quinta maior população do estado do Rio de Janeiro:

Niterói .....	170.868
Duque de Caxias .....	73.527
Campos .....	61.633
Petrópolis .....	61.011
<b>Nova Iguaçu .....</b>	<b>58.533</b>
São João de Meriti .....	43.790

Na segunda metade do século, o município recebe contornos ainda mais urbanos e surburbanos. O recenseamento de 1960 demonstrou que, embora a população rural tenha crescido 50,1%, o município se tornara predominantemente urbano, visto que a população urbana marcou um acréscimo de 231,1%, resultando então em um número de 71,7% de habitantes localizados na cidade e nas vilas.<sup>44</sup> Com a inauguração da rodovia Presidente Dutra e as instalações das indústrias nas áreas marginais, nas décadas seguintes, Nova Iguaçu passou a ter uma nova aglomeração urbana, influenciada diretamente pelas migrações populacionais que ocorreram em meados do século XX, que trataremos no tópico seguinte, e pelas intervenções urbanas que algumas fábricas promoveram nos seus respectivos entornos, como obras de pavimentação, construção de conjuntos residenciais, centros

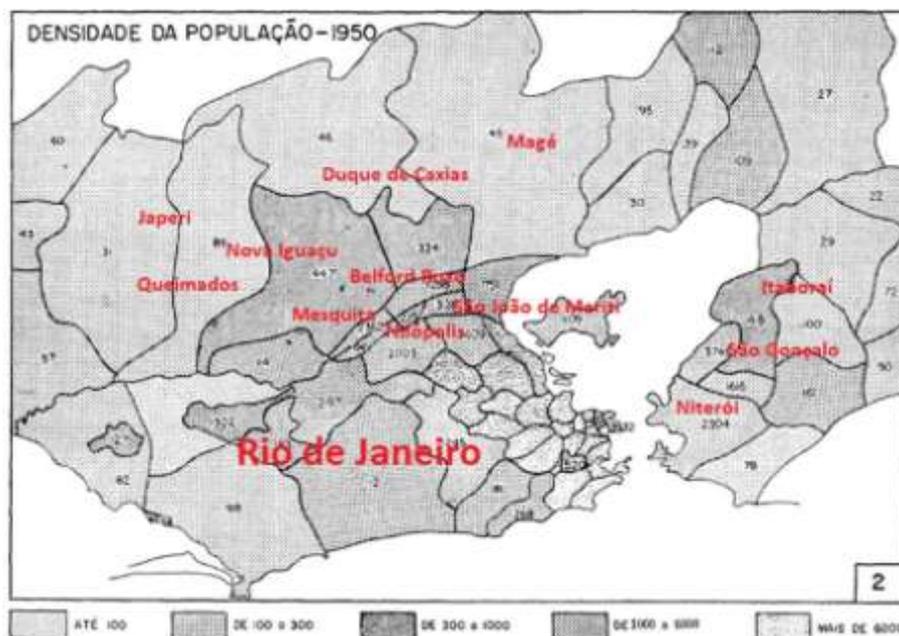
<sup>44</sup> Coleção de Monografias N° 446. Fundação IBGE – Instituto Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1968.

comerciais e praças, onde se encaixa o caso da Cia. de Canetas Compactor, nosso objeto de estudo retratado nos capítulos seguintes.

Esse contorno urbano e suburbano que o município iguaçuano adquiriu se caracterizou essencialmente pelo aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro. A ausência de terrenos e imóveis de baixo custo disponíveis no município carioca, culminou na transformação da região do grande rio em um subúrbio periférico. Compreendido como uma região que possui uma caracterização suburbana básica – com áreas residenciais, meios de transporte e centros com estabelecimentos comerciais e industriais – situada fora dos limites administrativos do então estado da Guanabara.<sup>45</sup> Seguindo este raciocínio, Soares afirma que

Na rapidez do seu processamento, o crescente movimento de suburbanização de áreas rurais vizinhas reflete a intensidade da luta pelo espaço numa metrópole como o Rio de Janeiro, onde esse problema se revela agudíssimo, devido às peculiaridades do seu sítio, contíguo entre a montanha e o mar. Nessa busca de soluções para o problema do espaço, o crescimento vertical, o crescimento pelos morros, principalmente através das favelas, e o crescimento suburbano em direção a áreas mais propícias foram as diversas formas adotadas para possibilitar a expansão urbana.<sup>46</sup>

FIGURA 2



Fonte: SOARES, 1962. Adaptado pela autora.

<sup>45</sup> SOARES, op. cit.

<sup>46</sup> Idem, p. 181.

A proximidade de uma grande metrópole, que possui um mercado de trabalho muito maior, interessou tanto a população que já estava na Baixada Fluminense, quanto à que chegou após a segunda metade do século. Nova Iguaçu se caracterizou como uma cidade-dormitório por essa proximidade da cidade do Rio de Janeiro, mas principalmente, pela disponibilidade de meios de transporte público. Inicialmente, a linha férrea transportava a massa trabalhadora iguaçuana do centro e de outros distritos até a Central do Brasil. Após os anos 1960 somou-se a ela o transporte rodoviário realizado através da Dutra. De acordo com Rodrigues,

Dentre as formas de incorporação do espaço contíguo ao município do Rio de Janeiro, ou seja, a Baixada Fluminense, podem ser reconhecidas as seguintes: a ampliação espontânea dos aglomerados em torno das estações ferroviárias, os loteamentos constituídos nas vizinhanças dessas estações, os loteamentos ou instalações industriais ao longo das principais rodovias e o crescimento dos núcleos urbanos antigos ou de núcleos modernos exclusivamente industriais.<sup>47</sup>

À medida que Nova Iguaçu passava pelo processo de suburbanização do Rio de Janeiro, o município também seguia se desenvolvendo como centro urbano e industrial. Portanto, ao longo das décadas de 1950 e 1960, conforme os estabelecimentos fabris prosperavam, se configuravam também como oportunidade para a população operária que precisava se deslocar diariamente para a metrópole.

### **- Migrações e a classe trabalhadora nos anos 1950 e 1960**

Veremos no terceiro capítulo, através das entrevistas que realizamos para esta pesquisa, que apenas um entrevistado é nascido no estado do Rio de Janeiro, ainda assim é um migrante do Norte Fluminense. Essa é uma das principais características da população da Baixada Fluminense. Famílias que hoje se consideram baixadenses, totalmente adaptadas, com seus filhos e netos já nascidos na região, um dia passaram pelas dificuldades que as migrações dos meados do século XX proporcionaram. A população migrante, com destaque para a maioria de nordestinos, contribuiu diretamente para o crescimento e o desenvolvimento da Baixada Fluminense, especialmente Nova Iguaçu e Duque de Caxias, municípios que sempre figuraram entre os mais populosos do estado do Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense já havia sofrido um aumento populacional durante a fase próspera da agricultura, especialmente a cultura de citros, na qual a lavoura oferecia ocupação para muitos que chegaram e se tornaram colonos, ao passo que as obras de saneamento proporcionaram a ocupação de áreas anteriormente inabitáveis. O censo

---

<sup>47</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 60.

demográfico de 1940 nos mostra que a população quadruplicou, passando de 33.396 para 140.606 habitantes.<sup>48</sup>

## QUADRO 2

### População da Baixada Fluminense nas décadas de 1950, 1960 e 1970

Município	1950	1960	1970
Duque de Caxias	92.459	241.026	431.397
Nilópolis	46.406	95.111	128.011
<b>Nova Iguaçu</b>	<b>145.649</b>	<b>356.645</b>	<b>727.140</b>
São João de Meriti	76.462	190.516	302.394

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1950, 1960 e 1970.

De acordo com Paulo Fontes<sup>49</sup>, a migração em São Paulo durante a Segunda Guerra teve uma pequena queda em relação à década anterior, provavelmente devido ao ciclo da borracha desencadeado na Amazônia pela guerra, visto que “cerca de 100 mil nordestinos migraram para a região Norte na década de 40.”<sup>50</sup> Levando em consideração o fluxo migratório do período anterior, no caso de Nova Iguaçu, podemos perceber pelo recenseamento de 1950, que o aumento da população foi pequeno, subindo cerca de 5 mil habitantes. No entanto, é preciso contextualizar que em 1943 o distrito de Duque de Caxias se emancipa e se transforma no segundo município mais populoso da Baixada Fluminense, e em 1947 os municípios de São João de Meriti e Nilópolis seguem o mesmo caminho, por isso, o baixo índice de aumento populacional. É portanto a partir da década de 1950 que o número de habitantes dos municípios mais populosos vai quadruplicar.

Fontes nos mostra que, entre 1950 e 1980, o perfil sócio-econômico do país foi transformado, uma vez que a estimativa é de que cerca de 38 milhões de pessoas saíram do campo em direção às áreas urbanas, especialmente as do sudeste. No Rio de Janeiro, somando a população do estado do Rio de Janeiro e do então Distrito Federal, no censo demográfico de 1950 localizou cerca de 4,5 milhões de habitantes. Na década seguinte, somando a população do estado do Rio de Janeiro e do Estado da Guanabara, encontramos um número de aproximadamente 6,6 milhões de habitantes. Em 1970, os dois estados combinados já tinham 8,9 milhões de habitantes. Portanto, a população do atual estado do Rio de Janeiro dobrado em duas décadas. No universo que constituía esse aumento populacional, cerca de 2,4 milhões de pessoas eram não nascidas no local do recenseamento, com destaque para migrantes do nordeste, norte e Minas Gerais, em ordem decrescente.<sup>51</sup>

Tais dados nos fazem refletir sobre as migrações para a Baixada Fluminense, uma vez que a tendência predominante no país era de fluxos migratórios em direção às regiões urbanas, por isso, o destaque das duas maiores cidades do sudeste, Rio de Janeiro,

<sup>48</sup> PEREIRA, Waldick. Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.; RODRIGUES, op. cit.

<sup>49</sup> FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>50</sup> Idem, p. 46.

<sup>51</sup> Censos demográficos de 1950, 1960 e 1970. Disponíveis em biblioteca.ibge.gov.br.

inicialmente Distrito Federal, e São Paulo. A reflexão vale pelo fato da Baixada Fluminense, apesar de já inserida no processo de desenvolvimento industrial, representar à primeira vista uma região predominantemente rural, com uma área verde consideravelmente maior do que a área urbanizada, além de oferecer menores oportunidades de trabalho em comparação à metrópole vizinha.

No entanto, como afirmamos anteriormente, havia a necessidade de uma região que pudesse proporcionar uma ampliação da área urbana da capital fluminense. Dessa forma, Rodrigues assinala:

Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro necessitava de áreas próximas para promover sua expansão. Seriam áreas de terrenos baratos e servidos por transporte para abrigar a população de trabalhadores que para ela afluía, e que era atraída pela expansão do mercado de trabalho na capital.<sup>52</sup>

A população que migrou para São Paulo foi em busca de uma remuneração melhor e de uma maneira mais fácil de conseguir empregos. Fontes afirma, que de fato, a diferença entre a remuneração do interior nordestino e das cidades industriais do sudeste era significativa. Se, por um lado, os migrantes de São Paulo conseguiram se estabelecer na cidade que concentrava cerca de 50% dos empregos em indústrias do país<sup>53</sup>, por outro, uma parte da massa que migrou em direção à cidade do Rio de Janeiro encontrou dificuldades para se estabelecer no local devido à alta valorização das terras cariocas.

Nesse contexto, os municípios da Baixada Fluminense, como Nova Iguaçu, se aproveitaram da situação para facilitar o estabelecimento dessa população migrante que não conseguia se fixar no Rio de Janeiro. Assumindo a alcunha de cidade-dormitório, a prefeitura de Nova Iguaçu exerceu o seu papel para que não houvesse impedimento para que essas pessoas se firmassem no município.

É absoluta a predominância das construções de tipo proletário, que contam com grandes facilidades da parte da prefeitura, a qual limita suas exigências, para as construções desse gênero, ao pagamento de uma taxa de vinte cruzeiros, destinada à aprovação de planta impressa e fornecida pela própria municipalidade. Além disso, há grande benevolência para as construções clandestinas, que são feitas geralmente por pessoas sem recursos e com relação às quais a prefeitura promove, de quando em quando, uma legalização geral. Só no ano de 1957 foram legalizadas 1.359 construções dessa natureza no distrito sede. [...] Tudo isso atesta o grande interesse, da parte das autoridades municipais, em atrair novos moradores para Nova Iguaçu e facilitar sua instalação.<sup>54</sup>

Num primeiro momento, efetivamente, essa população que se estabeleceu em Nova Iguaçu estava em sua maioria empregada fora da região. No ano de 1950, residiam em Nova Iguaçu 3.696 empregados do comércio e 13.878 operários de indústrias. Entretanto, apenas

---

<sup>52</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 61.

<sup>53</sup> FONTES, op. cit.

<sup>54</sup> SOARES, op. cit., p. 185.

1.550 e 3.216 desses trabalhadores estavam, respectivamente, empregados no município.<sup>55</sup> Tais dados demonstram, por certo, o caráter de cidade-dormitório do município iguaçuano. No universo das fábricas que já havia se instalado na região, era de fato indiscutivelmente pequeno o número de estabelecimentos que empregavam mais de 100 operários.

### QUADRO 3

#### Indústrias com maior número de operários durante a década de 1950 em Nova Iguaçu

Estabelecimento	Tipo	Operários
Brito Pereira & Cia.	Construção	350
Usina Mecânica Carioca	Peças mecânicas	312
Plastin-Indústria e Comércio de Plásticos	Plásticos	267
Mineração Geral do Brasil	Siderúrgica	169
Cia. Mercantil e Industrial Ingá	Metalúrgica	137
PIAM – Farmacêutica e Comercial do Brasil	Massas alimentícias	111
Imãos Coutinho Cereais	Produtos alimentícios	74

Fonte: SOARES, 1962; Voz Operária nos anos 1950; Coleção de Monografias N° 446. Fundação IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1955. Elaboração própria da autora.

Na década seguinte essa situação começa a se transformar. O aumento desenfreado dos loteamentos nos anos 1950<sup>56</sup> contribuiu para que na década seguinte mais indústrias se estabelecessem em terras iguaçuanas. Somando-se este fato ao constante aumento do fluxo migratório para a região, temos a equação ideal para os empresários: possibilidade de contratar uma mão-de-obra predominantemente local e oferecer salários mais baixos que os pagos na capital, e em algumas situações com total desrespeito aos direitos trabalhistas.

Dessa forma, em meados da década de 1960, a indústria de transformação rendeu 98,9% do valor total da produção industrial do município. Os outros 1,1% referiam-se à indústria extrativa de produtos minerais. A indústria química se mostrou o principal gênero entre os estabelecimentos de indústria de transformação, rendendo 33,7% do valor total da produção.<sup>57</sup>

<sup>55</sup> Comparação de dados entre os Censos Demográfico e Econômico de 1950. Disponíveis na *Coleção de Monografias N° 446*. Fundação IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1955.

<sup>56</sup> Tabela demonstrativa com dados que informam que o número de lotes em Nova Iguaçu na década de 1950 teve um aumento de 6,5 vezes comparado com a década anterior, configurando 166.816 lotes somente no município de Nova Iguaçu. Disponível em RODRIGUES, op. cit.

<sup>57</sup> *Coleção de Monografias N° 446*. Fundação IBGE – Instituto Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1968.

#### QUADRO 4

##### Principais indústrias de transformação de Nova Iguaçu em 1968

Gêneros de indústria	Estabelecimentos	Pessoal ocupado
Minerais não metálicos	23	773
Metalúrgica	16	2.435
Madeira	14	352
Papel e Papelão	3	232
Química	7	1.361
Produtos de perfumaria, sabões e velas	3	280
Produtos alimentícios	100	1.083
Outras indústrias	29	632
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>7.262</b>

Fonte: Coleção de Monografias N° 446. Fundação IBGE – Instituto Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1968. Adaptada pela autora.

O quadro acima possui dados de 1968 colhidos pelo Inquérito Sobre Pesquisa Industrial da DELEST do Estado do Rio de Janeiro, e nos mostra como o crescimento do número de indústrias estabelecidas em Nova Iguaçu se refletiu na duplicação do número de trabalhadores empregados no município. Tendo em conta que estamos falando nesse caso somente de operários fabris, o aumento pode ser considerado efetivo.

Considerando que, além dos industriários, Nova Iguaçu ainda possuía pessoal ocupado nos estabelecimentos comerciais; na pecuária, uma vez que esta atividade rendeu cerca de Cr\$ 4,3 milhões em produção de leite e abate de gado; nas lavouras, onde a laranja e a banana ainda dominavam a produção com um rendimento de Cr\$ 3,4 milhões; e em outras categorias como servidores públicos, transportes, educação e bancos, é, portanto, possível vislumbrar uma classe trabalhadora razoavelmente consolidada na região e bastante diversificada.

Creemos que a organização dos trabalhadores dos anos 1950 e 1960 tem raízes que remontam aos conflitos presentes no cotidiano dos camponeses iguaçuanos nos anos 1930 e 1940. Sabemos que as lavouras de citricultura representavam o principal espaço de trabalho para a maioria dos trabalhadores de Nova Iguaçu. O ambiente rural nunca se configurou como pacífico, uma vez que o valor da propriedade gera intensas disputas pelo espaço. Na Baixada Fluminense não foi diferente. Os conflitos entre proprietários e lavradores que, almejavam a transferência para outra propriedade, ou até mesmo eram forçados a se retirarem da terra, era comum. No entanto, a situação fugiu do controle no *boom* dos loteamentos. Os agricultores que possuíam grandes propriedades, com muitos hectares, se inseriram na lógica imobiliária e passaram a repartir suas fazendas em lotes e colocá-los à venda. O problema se instaurou quando as terras repartidas possuíam famílias de lavradores

que ali produziam. A típica truculência dos fazendeiros raramente deixava espaço para algum tipo de negociação e os conflitos se intensificaram, agora de forma mais violenta.

O problema começou com a aumento dos loteamentos das propriedades nos anos 1940 e foi reforçado com o acréscimo do número de dispensa de lavradores. De acordo com Grynspan, 85,3% de trabalhadores temporários e 31,1% de permanentes foram dispensados.<sup>58</sup> Logo em seguida, as disputas pelas terras valorizadas dos loteamentos baixadenses intensificaram os conflitos entre os envolvidos, lavradores, posseiros, grileiros e proprietários. Gabriel Bastos<sup>59</sup> resgata a história do líder camponês José Matias, um dos responsáveis pela organização de famílias camponesas em Pedra Lisa, região agrícola de Japeri, então distrito de Nova Iguaçu. O líder instruía as famílias a se inscreverem na Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, primeira associação de lavradores da Baixada Fluminense, para aguardar seus lotes, promovendo dessa forma uma ocupação organizada. A Sociedade tinha função de regulamentar a produção e a comercialização, e trabalhava também com a mutualidade, através de uma rede de ajuda entre os lavradores.

No final dos anos 1940 os lavradores de Pedra Lisa são forçados à sair da localidade pela Companhia Fazendas Reunidas Normandia através de um grupo de grileiros com a ajuda de um advogado. José Matias, então presidente da Sociedade, organiza um abaixo assinado com todas as famílias e consegue obter uma autorização da Presidência da República para que as famílias possam continuar em Pedra Lisa, desde que não fizessem desmatamento nem carvão. Poucos anos depois José Matias foi assassinado, após sair de uma reunião da Sociedade. Rapidamente os proprietários agiram e em 1956,

[...] a polícia tentou efetivar um mandato de despejo na área e foi recebida por lavradores armados de facões, foices, enxadas e espingardas de caça. Essas ações eram entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa. Na entrada da região, havia uma tabuleta onde se lia: “Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Essas terras têm donos. Cada palma de chão roubado há de custar a vida de todos nós.”<sup>60</sup>

O conflito de Pedra Lisa é um marco para a história de lutas da população camponesa da Baixada Fluminense, mas, infelizmente, não se trata de um caso único. Em 1952, o jornal comunista *Voz Operária* publicou uma reportagem sobre o lavrador Antonio Ribeiro de Faria, que havia sido agredido e ferido à bala por um grupo de policiais. De acordo com o texto:

[...] os policiais usaram, inclusive, o projétil “dum-dum”, proibido até pelas convenções internacionais. O objetivo era expulsar Antonio Ribeiro de seu pequeno sítio, como fizeram recentemente com outro colono, Alcidio Porto Alegre de Almeida. Aliás, esses processos são usuais em Nova Iguaçu,

---

<sup>58</sup> GRYNSPAN, Mario. Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987.

<sup>59</sup> BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. Ano 25, volume 1, fevereiro-maio de 2017.

<sup>60</sup> BASTOS, op. cit., p. 185.

onde 120 casas de colonos foram incendiadas por grileiros para apoderar-se das terras. (*Voz Operária*, 09/02/1952)

No entanto, a resistência armada surgida em Pedra Lisa não foi a única forma de organização que esses indivíduos encontraram. Expor a situação de conflito aos jornais também foi uma opção, como no episódio do camponês Amaro Gomes dos Santos, que se dirigiu à redação do periódico comunista *Tribuna Popular* solicitando que o caso fosse exposto, para que autoridades pudessem tomar alguma atitude. Em 1946, o camponês afirmou que havia trabalhado um tempo nas obras de saneamento da Baixada Fluminense e que, por isso, foi lhe dado consentimento para plantar numa faixa de terra ao lado do rio Iguaçu. Amaro investiu oito mil cruzeiros no plantio e naquele momento teve sua plantação invadida pelo gado de um suposto proprietário que, possuindo uma autorização do Ministério da Agricultura, destruiu toda a sua plantação e o expulsou do local. O camponês pede então que as autoridades providenciem uma indenização pela quantia investida e pelo tempo trabalhado.<sup>61</sup> Algumas redações de jornais denunciavam não somente os casos de conflitos pela propriedade, mas também a exploração a que os trabalhadores estavam submetidos:

O Ministério da Agricultura, seguindo a orientação do latifundiário e explorador João Cleofas, vem fazendo o papel de senhor feudal e explorando miseravelmente os camponeses do Núcleo São Bento, neste município [Nova Iguaçu]. As colheitas feitas pelos colonos do Núcleo São Bento, e que deviam pertencer totalmente aos mesmos, são, entretanto, divididas com o Ministério da Agricultura, que fica com metade dos produtos. (*Imprensa Popular*, 23/01/1954)

Outra forma de resistência adotada foi a de reivindicações direcionadas ao poder público, em instância municipal, estadual ou federal, como no caso citado de Pedra Lisa, em que José Matias organizou o abaixo assinado e enviou ao governo federal. Em meados do ano de 1951, um grupo de camponeses de Nova Iguaçu remeteu ao Congresso um abaixo assinado junto com um memorial em que reivindicam uma posição do governo frente aos conflitos que estavam ocorrendo na região. Os trabalhadores afirmam que

[...] além de lutarem de sol a sol na defesa do pão para seus filhos, ainda agora se veem obrigados a lutar também contra a prepotência dos grileiros que com a ajuda do governo e da polícia tentam expulsá-los das suas terras onde trabalham já há muitos anos. (*Voz Operária*, 15/09/1951)

Paralelamente ao processo de organização dos camponeses, os operários das indústrias também iam se mobilizando em prol de suas reivindicações. Jornais populares como o *Última Hora*, *Imprensa Popular* e *Voz Operária*, estes dois últimos vinculados ao Partido Comunista Brasileiro, recorrentemente davam destaques às organizações e articulações dos trabalhadores da Baixada Fluminense nas décadas de 1940, 1950 e 1960,

---

<sup>61</sup> *Tribuna Popular*, 05/11/1946.

com destaque para Nova Iguaçu e Duque de Caxias, que concentravam um número alto de trabalhadores rurais e industriais.

A *Voz Operária* denunciou no início do ano de 1950 as péssimas condições de trabalho em que os operários da fábrica Brito Pereira & Cia estavam submetidos. O ambiente do estabelecimento fabril era opressor e as condições eram totalmente insalubres. De acordo com a reportagem:

Não há a menor sombra de higiene na fábrica: - a sujeira, a falta de comodidade e de proteção à saúde dos operários é completa. Não há nem sequer água potável para beber. Atualmente, os trabalhadores bebem água de um poço. Semanalmente, a empresa manda despejar 60 quilos de sal na caixa d'água, o que torna o líquido insuportável. Em toda a fábrica há apenas 10 privadas – e sem os necessários requisitos de higiene – para atender a necessidade de 350 trabalhadores. Aliás, os operários só tem direito de passar 5 minutos nesses aparelhos sanitários: qualquer minuto que exceda a este prazo é motivo de repressão ou de multa. Durante o dia, por outro lado, nenhum trabalhador tem direito de ir mais de 3 vezes ao gabinete sanitário, ainda que prove se encontrar com qualquer desarranjo intestinal. (*Voz Operária*, 21/01/1950)

O periódico relata o cotidiano de horror dos operários da Brito Pereira & Cia. e afirma que os trabalhadores já se encontravam conscientes dos abusos que estavam sofrendo e que por isso, haviam se organizado e estavam programando protestos a favor de melhorias do ambiente fabril, e em último caso, uma greve.

Devido ao número de indústrias metalúrgicas, com uma quantidade maior de operários, a categoria dos metalúrgicos acabou por se destacar nas organizações dentro do município de Nova Iguaçu. No final dos anos 1940, os operários da Brasferro, em Mesquita, se organizaram e entraram em greve, reivindicando equiparação salarial aos metalúrgicos da capital federal; melhores condições de trabalho e cumprimento de direitos trabalhistas. A paralisação durou um dia de trabalho, uma vez que os patrões convocaram a polícia para obrigar os operários a voltarem ao trabalho, sem conceder o aumento salarial pedido. Nas páginas da *Voz Operária*, o então vereador de Nova Iguaçu, eleito pelo PCB, Antonio Gotelip, dissertou sobre os motivos do fracasso do movimento. De acordo com o político, a greve dos metalúrgicos de Mesquita não teve qualquer organização, visto que os operários não conseguiram obter unidade ao discutir numa ampla reunião no pátio da fábrica as pautas da greve, e acabaram por decidir pela greve sem a aprovação de um número significativo de funcionários.<sup>62</sup>

Na década seguinte os metalúrgicos iguaçuanos seguiram se organizando com um papel de destaque no Rio de Janeiro. Na Conferência de Metalúrgicos do Rio, ocorrida em 1956, por exemplo, havia mais de 80 delegados de Nova Iguaçu, delegação inferior apenas à da capital federal.<sup>63</sup> De acordo com *Voz Operária*, os metalúrgicos de Nova Iguaçu se destacavam pela atuação em prol da sua categoria e também em apoio maciço aos demais trabalhadores do município que se organizavam em torno de suas reivindicações.<sup>64</sup> No Primeiro de Maio de 1957, os metalúrgicos organizaram a festividade na Praça da Liberdade,

---

<sup>62</sup> *Voz Operária*, 08/10/1948.

<sup>63</sup> *Voz Operária*, 14/04/1956.

<sup>64</sup> Metalúrgicos apoiaram a greve dos operários da Antarctica, que eram constantemente forçados por policiais a trabalharem com os salários atrasados, *Voz Operária*, 23/01/1954.

convidando as outras categorias para que juntos pudessem construir as pautas das reivindicações dos trabalhadores do município.<sup>65</sup> Eis o resultado:

- Criação de uma junta de Conciliação e Julgamento no Município;
- Instalação de um Ambulatório pelo SAMDU ou pelos Institutos;
- Aumento do número de trens da Central, servindo a extensa zona operária
- Menor burocracia e maior rapidez na concessão dos auxílios e benefícios que tem direito os segurados da Previdência Social
- Melhoria das aposentadorias e pensões
- Revogação do Decreto n° 2.268 por não atender aos interesses dos trabalhadores no que diz respeito à liberdade sindical

Além de camponeses e industriários, outra categoria que se organizou no período foi a dos servidores públicos do município e funcionários da Prefeitura. Constantemente esses trabalhadores enfrentavam problemas com a prefeitura de Nova Iguaçu. Durante a gestão do prefeito Ary Schiavo, diaristas da prefeitura foram demitidos de forma arbitrária, supostamente por estarem reivindicando melhores salários. Os funcionários demitidos contaram com o apoio e a solidariedade de diversos sindicatos do município, além do PCB, conforme relatado em reportagem de *Imprensa Popular*.<sup>66</sup>

No final de 1959, já na gestão de Sebastião Arruda Negreiros, funcionários da Prefeitura e professores se organizaram em frente à Câmara dos vereadores para protestar contra o ato do prefeito, que havia vetado a lei que obrigava a prefeitura a pagar o salário mínimo para trabalhadores e professores do município.<sup>67</sup> Anos depois, o conflito entre trabalhadores do município e o prefeito Arruda Negreiros volta a acontecer, dessa vez de forma mais intensa. Em meados de 1963 os funcionários iguaçuanos se encontravam com três meses de salários, além do décimo-terceiro, atrasados. Os trabalhadores reivindicaram e protestaram através da União dos Servidores Públicos de Nova Iguaçu, sem efeito. Foi então que todos entraram em greve. Com 20 dias de paralisação, o município se encontrava em estado de calamidade pública. Conforme noticiado por *Última Hora*:

Continua em Nova Iguaçu a greve dos trabalhadores da Prefeitura local, havendo lixos amontoados em toda a cidade, notadamente no centro. Os coveiros permanecem de braços cruzados, além dos trabalhadores dos Serviços de Água e Transporte. [...] O prefeito local, Sr. Arruda Negreiros, apavorado com a situação, deixou o município. [...] O delegado Elmo Braga de Miranda, com autorização do juiz do município, está usando presos para limpar a cidade e abrir sepulturas. (*Última Hora*, 07/01/1963)

Os episódios citados nesse tópico nos mostram como a classe trabalhadora do município de Nova Iguaçu, tanto no espaço rural quanto no urbano, iniciou seu processo de organização num momento histórico marcado por intenso crescimento demográfico e diversificação da atividade econômica. Os problemas enfrentados eram complexos e demandavam uma atuação forte dos próprios trabalhadores, seja em lutas conduzidas por

---

<sup>65</sup> *Imprensa Popular*, 21/04/1957.

<sup>66</sup> *Imprensa Popular*, 18/01/1958.

<sup>67</sup> *Última Hora*, 22/10/1959.

sindicatos e associações ou mesmo organizando grupos informais no interior das empresas. Sob este pano de fundo de transformações sócio-econômicas, construção de identidades coletivas e de organizações de classe é que transcorreu a instalação e desenvolvimento da empresa Compactor em Nova Iguaçu, que abordaremos nos próximos capítulos.

## Capítulo II: Imigração alemã e o surgimento da Cia. de Canetas Compactor

A narrativa sobre a gênese da Cia. de Canetas Compactor começa nos anos finais do período entreguerras, com a imigração da família Bluhm para o Brasil, perpassa o advento da Segunda Guerra Mundial e desemboca no período pós-guerra, quando ocorreu a imigração da família Buschle. Tais famílias caracterizam-se como pilares do surgimento da empresa no Brasil, de maneira mais específica, no Rio de Janeiro. As interações dessas duas famílias no Brasil se deram em momentos diferentes e de formas distintas, portanto, a reconstituição da trajetória dos Bluhm e dos Buschle é importante para entendermos como estes se articularam até o momento em que se encontraram.<sup>68</sup> Contaremos mais a frente como se deu a formação desse empreendimento teuto-brasileiro, até que ele viesse a se estabelecer definitivamente em território nacional.

### – Os Bluhm e a imigração no entreguerras

#### QUADRO 5

##### Brasil: Entrada de imigrantes, por período e principais nacionalidades, 1872-1972

Período	Portugal	Itália	Espanha	Japão	Alemanha	Rússia	Outros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392		14.325		58.126	176.337
1880-1889	104.609	277.124	30.066		18.901	1.334	16.507	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.293		17.084	41.416	65.816	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	861	13.848	14.906	62.580	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	27.432	25.902	39.288	84.531	815.453
1920-1929	301.915	106.835	81.931	58.284	75.801	7.171	214.710	846.647
1930-1939	102.743	22.170	12.746	99.222	27.497	3.844	64.546	332.768
1940-1949	45.604	15.819	4.702	2.828	6.807	1.486	36.839	114.085
1950-1959	241.579	91.931	94.693	33.593	16.643	798	103.831	583.587
1960-1969	74.129	12.414	28.397	25.092	5.659		51.896	197.587
1970-1972	3.073	804	949	695	1.050		9.017	15.558
<b>1872-1972</b>	<b>1.662.180</b>	<b>1.622.491</b>	<b>716.052</b>	<b>248.007</b>	<b>223.517</b>	<b>110.243</b>	<b>768.399</b>	<b>5.351.378</b>

Fonte: IBGE, Anuário 1954; Levy, 1974.

A partir desta tabela, presente no clássico artigo sobre saúde pública de Levy<sup>69</sup>, na qual a autora utilizou os dados do Anuário do IBGE de 1954, podemos perceber que a imigração alemã atingiu seu número mais alto no período entreguerras. Isto contribuiu diretamente para que o Brasil se tornasse o segundo país que mais recebeu imigrantes alemães, resultado atingido após a Segunda Guerra.<sup>70</sup> Com o fim da Primeira Guerra a

<sup>68</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A Micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989, p. 169-178.

<sup>69</sup> LEVY, Maria Stella Ferreira. 1974. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). Revista Saúde Pública 8 (suplemento): p. 49-90.

<sup>70</sup> Subsídios genealógicos. Famílias Brasileiras de Origem Germânica. Publicação conjunta do Instituto Genealógico Brasileiro e do Instituto Hans Staden.

Alemanha se encontrou numa profunda crise econômica, social, política e moral. Tais fatores tiveram como consequência altos fluxos migratórios da população alemã. Essa nova onda migratória fez com que ingressassem ao território brasileiro indivíduos de diversos setores da sociedade alemã, diferentemente das ondas migratórias anteriores, compostas majoritariamente de trabalhadores rurais. Muitos dos novos imigrantes vieram em busca de construir uma relação com os teutos que aqui já se encontravam estabelecidos, característica que se acentuou na onda migratória decorrente do fim da Segunda Guerra. Ainda na década de 1920, os alemães que aqui entraram não encontraram a receptividade que buscavam por parte dos que já estavam enraizados nas regiões de colonização alemã. Os teuto-brasileiros tratavam os novos imigrantes como “escória”, visto que faziam parte da sociedade alemã que sofria os efeitos da crise deflagrada após a guerra. Tal fato serviu para que as autoridades brasileiras ficassem alertas em relação à entrada de alemães no território.<sup>71</sup>

Nos primeiros anos da década de 1930, Brasil e Alemanha sofriam os efeitos da crise econômica que explodiu em 1929. O Governo Provisório, com o intuito de impulsionar novamente a economia nacional, buscou então ampliar os mercados consumidores, especialmente para o café. Surge então uma nova lógica diplomática brasileira, que investia em “uma intensa atividade triangular entre o Brasil, o futuro Eixo e os EUA”.<sup>72</sup> Nos anos seguintes a relação entre Brasil e Alemanha se estreitou e ganhou um aspecto de “complementaridade econômica”, culminando então na assinatura de formalização de um acordo comercial bilateral em 1936, onde o Brasil tinha o papel de fornecer produtos agrícolas e matérias-primas que fossem necessárias para o desenvolvimento das indústrias e da economia alemã, em contrapartida a Alemanha fornecia maquinários destinados à agricultura e indústria.<sup>73</sup>

É nesse terreno construído ao longo desses anos de relação comercial entre Brasil e Alemanha que o governo brasileiro vai se somar à luta anticomunista alemã. Os esforços das duas nações tiveram reflexos nas leis de imigração promulgadas no decorrer dos anos seguintes. O governo de Vargas se mostrou interessado na entrada de estrangeiros no solo brasileiro. O pensamento era de que o país tinha uma extensão territorial imensa e que por isso, era necessário que o povoamento do país continuasse, especialmente voltado para o desenvolvimento da agricultura. No entanto, como nos mostra o Decreto Lei nº 24.215, de 9 de maio de 1934, o objetivo era que o ingresso dos imigrantes ocorresse de forma organizada, limitando o máximo de indivíduos que “frequentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social”.<sup>74</sup> Para que tal objetivo fosse alcançado a estratégia adotada foi a de admitir adultos saudáveis, que tinham o propósito de exercerem a sua atividade em qualquer profissão lícita e lucrativa, que lhes proporcionasse a própria subsistência e a de seus dependentes.

É nesse contexto do Governo Provisório e posteriormente do regime ditatorial do Estado Novo que Gertz afirma que os estrangeiros centro-europeus tiveram maior aceitação por parte do governo, em detrimento de imigrantes japoneses, turcos, judeus, polacos e negros.<sup>75</sup> Estes últimos não contribuiriam para o projeto de “branqueamento” ou

---

<sup>71</sup> GERTZ, René E. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. Textos de História. Brasília: UnB, vol. 16, n. 2, 2008.

<sup>72</sup> SEITENFUS, Ricardo. O difícil aprendizado do nacionalismo. As relações brasileiras com a Itália e Alemanha, 1930-1942. In: A Revolução de 30 – Seminário Internacional. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 634.

<sup>73</sup> SEITENFUS, op. cit.

<sup>74</sup> Diário Oficial da União – Secção 1 – 18/05/1934, página 9451 (Publicação original)

<sup>75</sup> GERTZ, René E. Influência política alemã no Brasil da década de 1930. Estudos Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, vol.7, n. 1, p. 85-105, 1996.

“arianização” da população brasileira. Apesar da desconfiança da sociedade brasileira em relação aos alemães, que aumentou em função da agressividade do regime nazista, tal grupo se enquadrava numa condição “positiva”. Aos olhos brasileiros, os imigrantes alemães eram vistos como profissionais exemplares devido à sua ética de trabalho e portanto, capazes de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Entretanto, permanecia no ar a esperança de que esses imigrantes “aprendessem o português, abandonassem toda a sua bagagem cultural e adotassem instantaneamente hábitos de vestir, de comer, de morar, ou de se associar ‘tipicamente brasileiros’.”<sup>76</sup>

O clima de suspeição pairava sobre a região sul do país, apesar do embaixador alemão Schmidt-Elskop tivesse declarado diante de Vargas em 1937 que “‘o perigo alemão’, uma ou outra vez pintado à parede por espíritos prevenidos, não existe e jamais existirá.”<sup>77</sup>. Já as famílias imigrantes que se instalaram em outras regiões do Brasil, longe de áreas coloniais, saíam em busca da tentativa de sucesso e prosperidade em suas respectivas profissões. É nesse contexto que se insere a trajetória da família Bluhm.

Os Bluhm chegaram ao Brasil no início da década de 1930. O núcleo familiar era composto pelo pai Paul Emil Bluhm, pela mãe Helene Elise Bluhm e pelo filho de 21 anos Reynaldo Max Paul Bluhm, futuro sócio fundador da Cia. de Canetas Compactor, todos nascidos em Berlim.<sup>78</sup> Os documentos mostram que inicialmente a família se instalou no Paraná<sup>79</sup>, porém permaneceu na região por menos de um ano. Portanto, iremos considerar sua trajetória a partir dos estados onde se estabeleceram de forma familiar e profissional, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A família Bluhm imigrou para o Brasil e trouxe consigo a ocupação profissional que exercia no país de origem. Oriundos de uma grande cidade, com contornos urbanos, não poderiam ser trabalhadores agrícolas. Por outro lado, também não eram naturais de parques fabris. O chefe da família, Paul Emil Bluhm, tinha experiência como comerciante livreiro e investiu nessa atividade ao longo dos anos 1930, na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. O patriarca alemão abriu então uma pequena livraria na Rua da Bahia, bem na região central da cidade. No início o negócio apenas revendia livros publicados no Brasil, atividade comum das pequenas livrarias. Com o passar dos anos e com a vivência cotidiana, Paul Emil Bluhm se transformou em Paulo Bluhm, proprietário da então *Livraria Paulo Bluhm*.

O negócio prosperou no final da década de 1930, e Paulo Bluhm começou a prestar um novo serviço em seu estabelecimento e passou a importar livros por encomenda. Além dos romances ficcionais e livros de poesia em português, a livraria passou a revender também clássicos literários em inglês, espanhol e francês, além de coleções temáticas sobre religião, medicina, filosofia, engenharia, entre outras. Os catálogos para importação continham uma grande variedade de publicações estrangeiras, no entanto, nos pareceu que o foco das importações e vendas eram dois: publicações técnicas<sup>80</sup> e livros relacionados ao catolicismo.

A principal propaganda do serviço de importação prestado pela livraria era a de que “apesar da guerra, conseguimos encomendar todo e qualquer livro do estrangeiro, para

---

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> GERTZ, René. Brasil e Alemanha..., p. 140

<sup>78</sup> Subsídios genealógicos. Famílias Brasileiras de Origem Germânica. Publicação conjunta do Instituto Genealógico Brasileiro e do Instituto Hans Staden.

<sup>79</sup> Diário Oficial da União – 18/07/1933, página 14984 (Publicação Original).

<sup>80</sup> Livros técnicos são publicações voltadas para estudos profissionalizantes e de especialização.

qualquer parte do Brasil”<sup>81</sup> Isso nos levou a questionar como a livraria conseguiu manter tal serviço durante um período marcado pelas dificuldades em se realizar importações em razão do conflito. É possível que a livraria tenha mantido as importações através da Igreja, visto que como instituição transnacional não alinhada nem ao Eixo nem aos Aliados, mantinha certa capacidade de circulação mesmo através do bloqueio atlântico. As fontes nos mostraram, então, que seguramente a livraria fez parte de uma engrenagem que funcionava com o objetivo de difundir um pensamento político social alinhado com o governo de Getúlio Vargas.

Nas publicações da revista católica leiga *A Ordem*, a *Livraria Paulo Bluhm* é constantemente citada como estabelecimento parceiro, e nos números da revista contém listas das obras importadas disponíveis, entre elas publicações sobre teologia, liturgia e doutrina cristã. *Mariage et famille. Sermons et Conférences*, de Mgr. Tihamer Toth e *Jésus et son Message devant nos Contemporains*, de Karl Adam, são dois exemplos recorrentes nas listas.<sup>82</sup>

A revista era produzida e publicada pelo Centro Dom Vital em parceria com o Instituto Católico, fundado em 1932 pelo Dr. Alceu Amoroso Lima, também diretor da revista, que contava com Helder Câmara, padre na época, como componente do corpo docente da instituição. A publicação transmitia uma mensagem religiosa e política, representando a visão de um determinado grupo de intelectuais perante o contexto político da época, servindo então como instrumento de propagação de uma ideologia muito bem construída.<sup>83</sup> De acordo com Velloso

A revista *A Ordem*, enquanto expressão do pensamento católico dominante, reflete uma visão conservadora que teme o dinamismo da época como ameaça ao monopólio da ideologia católica vigente. A religião é tomada como valor absoluto, a “guardiã da civilização”, garantindo a unidade da cosmovisão católica, contra o pluralismo leigo.<sup>84</sup>

O patriarca Bluhm continuou a gerir seu estabelecimento já então bem sucedido e seu filho Reynaldo Bluhm demonstrou então a vontade de fincar raízes no território brasileiro. Em meados do ano de 1940, o jovem herdeiro Bluhm, então quarto-anista da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, envia à autoridade responsável um documento em que expressa o desejo de obter a nacionalidade brasileira – concedida somente em 1943, após a comprovação do funcionamento da firma familiar de que fazia parte.<sup>85</sup> Tal documento nada mais era do que uma declaração de bons antecedentes de ordem

---

<sup>81</sup> *A Ordem* (RJ), edições de 1940 e 1941.

<sup>82</sup> *A Ordem* (RJ), edições de 1940 e 1941. Disponíveis para acesso na Hemeroteca Digital Brasileira [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br) e também no portal [www.obrascaticas.com.br](http://www.obrascaticas.com.br).

<sup>83</sup> Para compreender melhor a importância da revista *A Ordem*, sugerimos os trabalhos de VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica*. Revista Ciência Política. Rio de Janeiro: FGV. p. 117-160, jul./set. 1978 e RODRIGUES, Cândido Moreira. *Tradição, autoridade, democracia: A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. 2002. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Campus de Assis – Faculdade de Ciências e Letras Assis.

<sup>84</sup> VELLOSO, op. cit., p. 158.

<sup>85</sup> Diário Oficial da União – Seção I – 26/01/1943, página 1139.

política e social, que continha a afirmação de que não professava nenhuma ideologia contrária às instituições civis do país.<sup>86</sup>

Concomitantemente no período da solicitação de naturalização brasileira, Reynaldo Bluhm se torna gerente da recém fundada *Editora Paulo Bluhm*, que funcionava administrativamente no mesmo local da livraria alemã. O negócio dos Bluhm seguiu a linha de importação e revendas de obras estrangeiras, no entanto o desejo era de se lançar na publicações nacionais. Em 1941 publicou o romance histórico de Eduardo Frieiro intitulado *O Mameluco Boaventura*<sup>87</sup>, e também o livro de contos *Pesca da Baleia*, do escritor João Alphonsus<sup>88</sup>, e até mesmo negociou a publicação de um livro de Mário de Andrade, fato confirmado pela publicação de cartas entre o escritor e Paulo Bluhm.<sup>89</sup> Entretanto as publicações que mais contribuíram para a prosperidade da editora foram os livros técnicos, especializados em teoria literária, medicina, terapias e teologia.

Poucos anos depois, em 1943, Reynaldo Bluhm utiliza a experiência e influência adquiridas como gerente da livraria editora do pai para alçar novos voos. Migra para a então capital federal e inaugura a livraria *Ao Livro Técnico – Caneta Escolar*, no centro do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco.<sup>90</sup> Embora vendesse romances e biografias, a especialidade da loja era de fato a venda e importações de livros técnicos, com uma diversidade ainda maior que a presente na livraria do pai, que continha livros especializados em química industrial, mecânica, navegação marítima e aviação. A casa também funcionava como uma das revendedoras oficiais de canetas tinteiro *Parker*, *MontBlanc* e *Esterbrook*, além de oficina das mesmas. Se inicia então a germinação do interesse comercial, e posteriormente produtivo, do empresário teuto-alemão neste item de luxo que era a caneta tinteiro.

Entretanto, apesar da crise que assolou o mercado editorial nos anos 1950, da qual falaremos mais adiante, Reynaldo Bluhm alcançou um certo destaque no campo do mercado das publicações. Isso ocorreu antes mesmo dele se tornar um dos fundadores da Cia. de Canetas Compactor, e continuou a ocorrer por certo tempo após a criação da empresa. No contexto de incentivo à industrialização nacional se fez necessária a profissionalização do pessoal e a especialização de diversos profissionais, surgindo então um público alvo para o consumo dos livros técnicos que não somente eram vendidos, mas nesse momento já publicados pela *Ao Livro Técnico Editora*. No momento em que Bluhm se destacou na indústria editorial, nos deparamos novamente com a sua figura presente em projetos editoriais alinhados ao pensamento conservador e anticomunista.

Em sua recém publicada tese<sup>91</sup>, fruto de uma pesquisa de fôlego, Laura de Oliveira nos mostra a partir do estudo de caso sobre o integralista Gumercindo Rocha Dorea e sua editora Edições GRD, como a indústria editorial foi peça fundamental na propagação de ideais conservadores afinados com o governo norte-americano, que culminaram no golpe civil militar de 1964. Em um determinado momento da obra, Oliveira nos conta sobre a presença do *Franklin Book Program* no Brasil. O programa, que surgiu oficialmente em

---

<sup>86</sup> Imagens do Arquivo da Polícia Política, disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em Março de 2014.

<sup>87</sup> FRIEIRO, Eduardo. *O Mameluco Boaventura*. Belo Horizonte: Editora Paulo Bluhm, 1941.

<sup>88</sup> ALPHONSUS, João. *Pesca da Baleia*. Belo Horizonte: Editora Paulo Bluhm, 1941.

<sup>89</sup> SÁ, Mariana Damasceno de. *O empalhador de passarinho*, de Mário de Andrade. Edição de texto fiel e anotado. 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

<sup>90</sup> *Correio da Manhã*, 21/03/1943.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, L. *Guerra fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015.

1964 e perdurou até 1978, consistia em traduzir obras norte-americanas para idiomas locais, além de publicar revistas, organizar dicionários e enciclopédias, auxiliar na montagem de biblioteca escolares, entre outras ações, sob o justificativa de que existia uma carência na distribuição de livros dos ‘países em desenvolvimento’.<sup>92</sup>

No ano de 1965 o programa norte-americano consolida uma parceria com o Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais, IPES, e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP<sup>93</sup>, com o objetivo de encontrar representação nos dois mais importantes centros urbanos do país. De acordo com Oliveira:

A ideia de ‘desenvolvimento’, nesse sentido, arraigada de forma subentendida às convicções liberais, perpassava todos os projetos concebidos pela e por meio da Fundação Roberto Simonsen, assim como do IPES: a primeira, claramente alinhada aos interesses dos industriais paulistas; o segundo, às demandas comuns ao empresariado carioca e aos grupos militares insatisfeitos com o encaminhamento da política brasileira sob o governo de João Goulart.<sup>94</sup>

Nesse contexto, se desenha então um campo editorial e político preenchido por um “conjunto de atores afinados com os propósitos do programa”<sup>95</sup>. A partir das fontes utilizadas, Oliveira nos mostra a configuração do campo institucional, que conta com a presença do general Propício Machado Alves, diretor assistente da *Ao Livro Técnico Editora*, e do próprio fundador e presidente da editora, Reynaldo Max Paul Bluhm, além de outros empresários do ramo. Acreditamos que esse papel de destaque no cenário empresarial carioca e o desenvolvimento da editora tenha contribuído para que Reynaldo Bluhm vendesse posteriormente sua parte na sociedade da Cia. de Canetas Compactor.

### – Os Buschle, a recuperação da Europa e a imigração no pós-guerra

Diferentemente da família Bluhm, os Buschle ingressaram ao território brasileiro após a Segunda Guerra Mundial, já no contexto de restabelecimento da economia europeia e de desenvolvimento da indústria no Brasil. Uma explanação e um entendimento do cenário alemão após a guerra, é fundamental para compreendermos algumas motivações que possam ter contribuído diretamente para que a família Buschle optasse por imigrar para o Brasil em 1954.

Sabemos que, de uma maneira geral, a Segunda Guerra Mundial foi o conflito que dizimou mais gente no menor período de tempo. Entretanto, a experiência da guerra foi

---

<sup>92</sup> Idem, p. 86.

<sup>93</sup> Para uma maior compreensão do papel das duas instituições na conjuntura do golpe civil militar de 1964 ver DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editorial Vozes, 1981 e RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os Institutos de Estudos Econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. (2005). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

<sup>94</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 91.

<sup>95</sup> Idem.

vivida de diferentes formas em cada região afetada. Com o objetivo de não nos distanciarmos da temática da nossa pesquisa, iremos nos restringir a analisar somente o caso da Alemanha pós-guerra, primordial para que possamos tecer a narrativa dos Buschle até o Brasil. Em sua grande obra sobre o período que compreende o pós-guerra europeu e as décadas que se seguem, Tony Judt<sup>96</sup> nos presenteia com uma vasta análise sobre como a guerra afetou as diversas regiões que compõem o continente europeu. O autor nos mostra como, apesar da parcial destruição dos países, os danos materiais forem muito menores que os danos humanos.

No caso alemão, o país se manteve próspero durante boa parte da guerra, tendo sentido os custos materiais quase no final do conflito. Em média, a população alemã – que nesse momento era composta majoritariamente por mulheres e crianças – conseguiu se manter bem alimentada durante quase toda a guerra, além de usufruir dos serviços providos nas cidades com bom funcionamento, como eletricidade e bens de consumo. Situação contrária era vivida pela população do Leste Europeu. Lá, os soldados alemães seguiam devastando e exterminando a região, alimentando o sentimento de vingança dos que sofriam com as barbaridades do Exército alemão. Cada vez mais, os povos que sofriam com a ocupação nazista desejavam que a nação alemã sofresse os males do conflito. Não era necessário o sentimento de vingança, o sofrimento alemão chegaria. Judt cita uma triste piada alemã que circulava durante a guerra: “É melhor aproveitar a guerra – a paz será terrível”.<sup>97</sup> Tal piada nada mais era do que a constatação, por parte da população, de que com o fim da guerra e a consequente derrota alemã, tempos difíceis chegariam.

Os Buschle são naturais de Wuppertal, localizada na região Renânia do Norte-Vestfália, ao sul do Vale do Ruhr – área historicamente industrial.<sup>98</sup> Nos anos 1930, Paul Albin Benjamin Buschle, irmão mais velho do recentemente falecido co-fundador da Compactor, Erich Karl Viktor Buschle, já iniciava seu ofício de criar e fabricar canetas. Em 1939, Paul Buschle criou seu primeiro protótipo de caneta tinteiro, que tinha como novidade a absorção de 4cm<sup>3</sup> de tinta, mas que ao mesmo tempo apresentava alguns problemas. Logo em seguida o protótipo evoluiu para uma caneta tinteiro que absorvia a mesma quantidade de tinta e não vazava. Pouco tempo após a tímida produção iniciar, Buschle recebeu ordens para se apresentar ao Exército alemão e deixou sua esposa Gretel como encarregada da produção. Meses depois, já em 1940, a oficina foi atingida durante um bombardeio aliado, que teve como consequência a destruição de boa parte do pequeno maquinário, sem condições de reconstrução imediata.<sup>99</sup> Os bombardeios realizados pelos aliados ocidentais, que atingiram parte do Vale do Ruhr e algumas cidades da Renânia, como Düsseldorf e Wuppertal, são considerados os maiores danos materiais que a Alemanha sofreu.<sup>100</sup>

---

<sup>96</sup> JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>97</sup> Idem, p. 24.

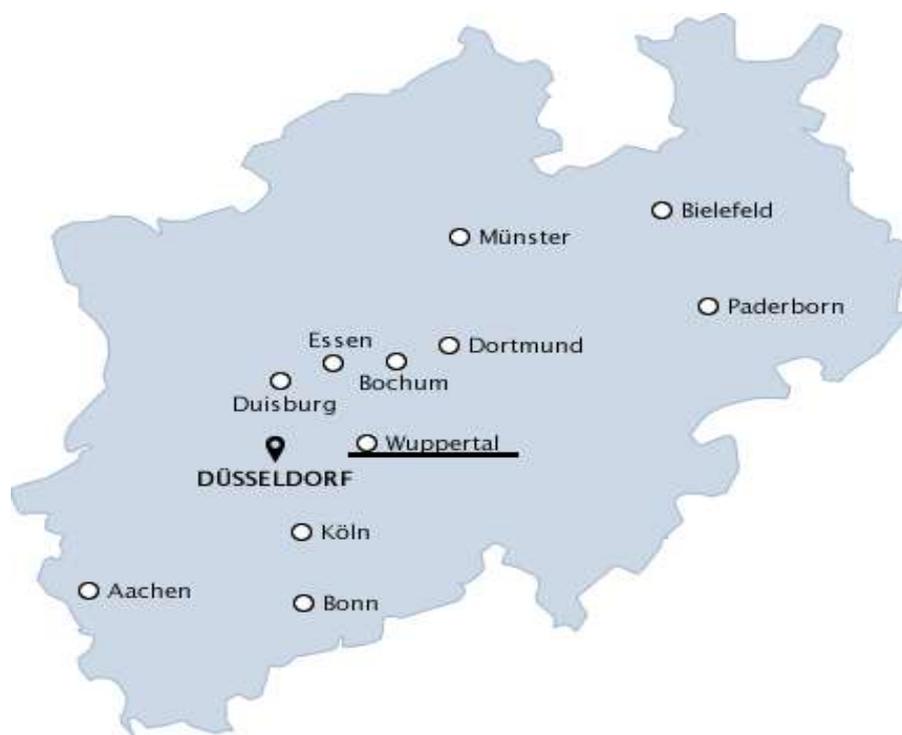
<sup>98</sup> Para um entendimento melhor sobre o Vale do Ruhr ver BERGER, Stefan, WICKE, Christian. Um imaginário pós-industrial? A popularização do patrimônio industrial no Ruhr e a representação de sua identidade regional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 231-254, julho/dezembro de 2014.

<sup>99</sup> Compactor, 50 anos escrevendo a história da sua vida, 2004.

<sup>100</sup> JUDT, op. cit., p. 19.

**FIGURA 3**

**Mapa da Renânia do Norte-Vestfália**



Fonte: Embaixada da Alemanha em Lisboa: <http://www.lissabon.diplo.de>

Em 1945 findou a guerra e a conta chegou para a Alemanha. A nação, mesmo sofrendo consideravelmente menos que os países do Leste Europeu, se defrontou com um cenário devastador e deprimente. Antes de pensar em restabelecer a economia, a Alemanha tinha problemas imediatos para resolver. Era necessário abrigar, vestir e alimentar os que se encontravam desabrigados devido aos bombardeios, os refugiados, os núcleos familiares que perderam seus chefes no conflito. A lógica era restabelecer as vidas humanas que restaram, visto que o sentimento que pairava era o de que o país precisaria dos braços de todos para se reerguer e para atingir tal finalidade era fundamental que a população estivesse saudável.<sup>101</sup>

Nesse contexto surge então a ideia de “Planejamento”, que, em linhas gerais, consistia “no aumento do papel desempenhado pelo Estado em questões sociais e econômicas.”<sup>102</sup> De acordo com Judt:

O objetivo principal planejamento na Europa continental durante o pós-guerra era o investimento público. Numa época de aguda escassez de capital e de imensa demanda por investimento em todos os setores, planejamento governamental envolvia escolhas difíceis: onde alocar os limitados recursos do Estado e às custas de quem?<sup>103</sup>

<sup>101</sup> Idem, p. 70.

<sup>102</sup> Idem, p. 76.

<sup>103</sup> Idem, p. 78.

Os Estados previdenciários europeus surgiram nesse cenário delicado após a guerra e variavam bastante de acordo com a quantidade de recursos que cada país dispunha, e com a metodologia aplicada para prover os benefícios. Entretanto, podemos compreender alguns gerais do projeto:

A provisão de serviços sociais dizia respeito, principalmente, à educação, moradia e assistência médica, bem como ao provimento de áreas de recreação situadas em subúrbios, transporte público subsidiado, arte e cultura financiadas com recursos públicos e outros benefícios indiretos do Estado intervencionista. Previdência social consistia, primordialmente, em cobertura de seguro – contra doença, desemprego, acidente e riscos da terceira idade (...).<sup>104</sup>

Na conjuntura alemã, o planejamento social se desdobrou de maneira diferente, visto que o debate sobre previdência social já era mais evoluído, desde a época de Bismarck, em que sistemas previdenciários de pensão, assistência médica e seguro contra acidente havia sido criados.<sup>105</sup> De um modo geral, os Estados não encontraram muitas dificuldades em implementar os itens previdenciários, visto que, nas palavras de Judt, “os sistemas previdenciários no pós-guerra garantiam o mínimo de justiça.”<sup>106</sup> Os europeus, e de maneira específica aqui tratada, os alemães, passaram se sentir mais seguros de uma maneira geral, pois começaram a viver com mais saúde, a se alimentar mais e melhor, a se vestir melhor e a residir em habitações melhores.

Tendo “resolvido” a questão urgente de assistência à população mais necessitada, o próximo passo seria a recuperação da economia. O maior impacto sofrido no território alemão, e até mesmo em outros países, foi no setor de habitação. O segundo setor que mais sofreu foi o de transporte, o que afetava diretamente a produção industrial da região. Visto que, antes mesmo de conseguir restabelecer os parques fabris, se fazia necessário recuperar as estradas, pontes e linhas férreas para que a produção pudesse ser escoada.

Entretanto, apesar dos problemas acima, Judt nos mostra como *visualmente* o impacto foi pior do que *economicamente*.<sup>107</sup> Segundo o autor, “parecia que muitos países tinham sido golpeados e surrados a ponto de não haver qualquer esperança”<sup>108</sup> porém, nem mesmo a própria Alemanha tinha saído tão destruída economicamente como se pensava, visto que os bombardeios dos aliados causaram menos prejuízo do que esperavam. Em 1945, a Alemanha tinha cerca de 80% de seu parque industrial, incluindo a região do Ruhr, com fábricas e maquinarias intactas:

A natureza dramaticamente distorcida de grande parte dos danos, segundo os quais seres humanos e localidades tanto sofreram, enquanto fábricas e

---

<sup>104</sup> Idem, p. 80.

<sup>105</sup> Idem, p. 79.

<sup>106</sup> Idem, p. 83.

<sup>107</sup> Idem, p. 91.

<sup>108</sup> Idem.

bens foram relativamente poupados, contribuiu para uma recuperação de setores econômicos básicos cuja rapidez surpreendeu.<sup>109</sup>

Com o fim do conflito, Paul Buschle voltou para a cidade de Wuppertal com o objetivo de retomar a produção. No entanto, se deparou com a economia alemã ainda deficitária devido aos estragos da guerra. Os planos então mudaram, e os irmãos Buschle passaram a consertar canetas substituindo momentaneamente ofício de fabricá-las.<sup>110</sup> Contudo, apesar dos problemas, a Alemanha demonstrou uma capacidade de recuperação extraordinária. Nos primeiros anos após a guerra, o país concentrou esforços para resolver os problemas de habitação e transporte, entendidos como fundamentais para a recuperação industrial, posto que, “tão logo as casas dos operários foram reconstruídas e as redes de transportes voltaram a operar, a indústria ficou plenamente apta a produzir.”<sup>111</sup>

Em 1947, a Alemanha já tinha reconstruído o parque fabril parcialmente destruído pelos bombarbeios, além de já contar com ferrovias reabertas e pontes reconstruídas, itens importantes, visto que a principal área industrial fica às margens dos rios Ruhr e Reno. A questão que passou a atrapalhar a produção no período foi então a escassez de matéria-prima.<sup>112</sup> No anos seguintes ao final da guerra, os Buschle conseguiram reconstruir a fábrica, porém, como ainda não havia matéria-prima disponível, seguiram na atividade de consertos de canetas tinteiro.<sup>113</sup> Diante do cenário de restabelecimento da economia alemã, a pequena fábrica *Compaktor*<sup>114</sup> retornou aos poucos às suas atividades, mas somente no final dos anos 1940, já no contexto do Plano Marshall, a fábrica retoma sua produção a todo vapor.

Apesar do ímpeto dos Estados e das pessoas em reestruturar a Europa, os obstáculos pareciam grandes demais. Judt afirma que atualmente os estudiosos percebem que os esforços e as reformas dos dois primeiros anos do pós-guerra criaram as bases para o futuro bem-estar da Europa. Entretanto, a melancolia do período não deixava que tal fato fosse tão óbvio assim. Os países, especialmente a Alemanha, acreditaram que precisavam do apoio norte-americano para sua recuperação e, conseqüentemente, aceitaram o Programa de Recuperação Europeia pelos Estados Unidos, implementado em 1947.<sup>115</sup>

Com o fim da guerra, o país norte americano tinha como objetivo emergir como principal potência mundial. No entanto, para que esse objetivo fosse alcançado era necessário que seu sistema político-econômico fosse internacionalizado. O Plano Marshall surge então para consolidar a hegemonia norte americana, pois promovia a prosperidade europeia e, ao mesmo tempo, aumentava seu poder no meio internacional.<sup>116</sup> Os administradores norte-americanos

---

<sup>109</sup> Idem, p. 92.

<sup>110</sup> Compactor, 50 anos escrevendo a história da sua vida, 2004.

<sup>111</sup> JUDT, op. cit., p. 94.

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> Compactor, 50 anos escrevendo a história da sua vida, 2004.

<sup>114</sup> O nome inicial da marca era *Compaktor*, mas com o objetivo de facilitar a assimilação da marca no Brasil, o nome foi mudado para Compactor.

<sup>115</sup> JUDT, op. cit., p. 98.

<sup>116</sup> SIMON, Silvana Aline S. De Bretton Woods ao Plano Marshall: A política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). Revista Relações Internacionais no Mundo Atual, Curitiba, v. 2, n. 14, p. 24-47, 2011; WERNER, Alice H., COMBAT, Flávio A. História “viva” e História “objetivada”: George F. Kennan e o Plano Marshall. História Social, Campinas, n. 13, p. 173-191, 2007.

(...) viam no plano uma oportunidade de reconstruir a Europa à imagem norte-americana, priorizando modernização, investimento em infraestrutura, produtividade industrial, crescimento econômico e cooperação entre capital e trabalho.<sup>117</sup>

Os países europeus tiveram a liberdade para decidir se aceitariam o auxílio e como o empregariam. O auxílio americano não pareceu uma ajuda para sanar problemas imediatos, visto que a proposta era se estender por alguns anos, sendo, portanto, um programa de recuperação e crescimento.<sup>118</sup> O programa norte-americano de fato contribuiu para a resolução da questão da matéria-prima, e a *Compaktor* conseguiu retomar e intensificar a produção de suas canetas tinteiro.

Um ponto que consideramos importante para nossa pesquisa é a imigração no pós-guerra, no nosso caso específico, a imigração alemã. De acordo com alguns autores que utilizamos nas leituras sobre a temática<sup>119</sup>, a imigração após a Segunda Guerra se dá em dois momentos. O primeiro momento acontece de 1947 até 1951, e o segundo de 1951 em diante, até meados dos anos 1970.

A primeira fase da imigração pós-guerra é composta basicamente por refugiados e deslocados de guerra. O advento da Segunda Guerra promoveu uma intensa onda migratória de pessoas por diversos territórios. Ocorreram

(...) deslocamentos em massa de populações que fugiam do avanço nazista e ao mesmo tempo, um deslocamento forçado, para fazendas e fábricas, que utilizavam pessoas para o trabalho escravo ou sua colocação em campos de concentração.<sup>120</sup>

Ao fim do conflito, boa parte dessas populações se encontraram sem condições de voltar aos seus países e regiões de origem, especialmente a população dos países ocupados pela União Soviética após a guerra, visto que muitos se recusaram a viver sob um regime comunista. Surge então a Organização Internacional de Refugiados, com o objetivo de realocar os refugiados e os deslocados de guerra em diversos países, principalmente nas

---

<sup>117</sup> JUDT, op. cit., p. 101.

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> PAIVA, Odair da Cruz. Migrações internacionais pós Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 e 1960. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. 08 a 12 de Dezembro de 2008.; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen, PAIVA, Odair da Cruz, BASTOS, Sênia, PERES, Roberta Guimarães, BAENINGER, Rosana (org.). Imigrantes internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi Universidade Federal de São Paulo, 2013.; OLIVEIRA, Ione. Imigrantes e Refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal/RN. 22 a 26 de Julho de 2013.

<sup>120</sup> PAIVA, op. cit., p.3.

Américas. Em 1948, o Brasil firma um acordo com a OIR, no qual se compromete a receber uma determinada quota de refugiados. O Decreto Nº 25.796, do dia 10 de Novembro de 1948, demonstra o desejo do governo brasileiro em fazer parte da cooperação “nos terrenos humanitários social e político assim como na prosperidade dos refugiados, e na obtenção de vantagens econômicas para o Brasil.”<sup>121</sup>

De acordo com Ione Oliveira, a política imigratória promovida no pós-guerra pelo governo brasileiro deixava claro, em linhas gerais, que os imigrantes não europeus eram indesejáveis no território. E que a preferência era de técnicos e operários especializados e trabalhadores rurais.<sup>122</sup> Os critérios de avaliação do governo brasileiro se mostraram semelhantes aqueles adotados nos casos de imigração no entreguerras. Em linhas gerais, “os órgãos competentes dificultavam emissões de passaporte para os imigrantes adeptos do socialismo comunista e preferia os de confissão católica.”<sup>123</sup> O Brasil recebeu refugiados e deslocados de guerra direcionados pela OIR até o ano de 1951, momento em que toda a população que estava localizada nos campos para refugiados havia imigrado por completo.<sup>124</sup>

Diante do fim das atividades da Organização Internacional de Refugiados, é criado o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, o CIME. Que, de modo geral, realizava as mesmas atividades que o OIR, porém, nesse momento não mais existiam refugiados e deslocados de guerra. O Brasil deu seguimento à parceria, agora tendo o CIME representando o outro lado. Entretanto, o objetivo do governo brasileiro era de uma imigração voltada para a inserção nas atividades industriais. O Brasil almejava o aumento e modernização dos parques industriais. E os anos 1950 acabou tendo como resultado o crescimento das indústrias farmacêutica, automobilística, química, entre outras.<sup>125</sup> De acordo com Paiva:

Em linhas gerais, do ponto de vista geopolítico, as atividades do CIME, financiadas em sua maior parte com dinheiro vindo dos Estados Unidos, respondiam ao interesse de reforço e dinamização do desenvolvimento capitalista em várias regiões do globo. (...) Neste panorama, à Europa coube um papel fundamental, qual seja: o de abastecimento de trabalhadores qualificados.<sup>126</sup>

Esse segundo momento da imigração representou um novo processo de expansão da economia capitalista. No caso da América Latina, esse fato fez parte de um cenário que seria marcado pelas relações internacionais, no qual a imigração, para o Brasil, representava “uma expressão do projeto de transnacionalização da economia brasileira”<sup>127</sup>. Acreditamos que a transferência dos Buschle para Brasil se encaixe mais nesse perfil de imigração, visto que não eram uma família de refugiados ou deslocados de guerra, e que, quando aqui chegaram já possuíam um propósito: construir uma empresa teuto-brasileira. A seguir, analisaremos

---

<sup>121</sup> Diário Oficial da União. Decreto Nº 25.796, 10 de Novembro de 1948.

<sup>122</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 7.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> PAIVA, op. cit., p. 5.

<sup>125</sup> SALLES; PAIVA; BASTOS; PERES e BAENINGER, op. cit., p.13.

<sup>126</sup> PAIVA, op. cit., p. 9.

<sup>127</sup> Idem, p. 3.

como se deu a construção desse propósito e quais foram os caminhos escolhidos, por Reynaldo Bluhm e pelos irmãos Buschle, que culminaram na instalação da Cia. de Canetas Compactor, em Nova Iguaçu, no ano de 1954.

### – O encontro de dois alemães e a criação da Cia. de Canetas Compactor

“Sob ameaça de desmoroamento a indústria editorial”<sup>128</sup>, esse é o título de uma matéria de quase uma página inteira do periódico *Tribuna da Imprensa*, do dia 11 de setembro de 1952. Tendo em vista que o editor do jornal era Carlos Lacerda, opositor ferrenho do então presidente Getúlio Vargas, compreendemos a necessidade de interpretarmos com cuidado qualquer editorial promovido pelo periódico. O tom da reportagem é de culpabilização do governo por conta da crise editorial, principalmente na questão de importação do papel. E o instrumento utilizado como demonstração de tal fato foi o gerente da livraria *Freitas Barros*, Alberto Peón, que colocou como principal fator catalisador da crise a obrigatoriedade de se utilizar papel nacional na produção dos livros. Segundo o gerente o produto nacional seria trinta por cento mais caro, além de possuir uma qualidade consideravelmente inferior.

Apesar da mão pesada da reportagem, de fato a crise editorial estava acontecendo, e não era nenhuma novidade, pois já vinha se desenhando no final dos anos 1940. No final do ano de 1948, Rubem Braga em sua coluna sobre as novas publicações, no *Diário de Notícias*, faz questão de citar a crise editorial para elogiar a publicação da 4ª edição da “História da Literatura Brasileira”, de Silvio Romero, pela *Editora José Olimpio*:

É quase heroico lançar agora, em tempo de tão horrível crise editorial, que é sobretudo uma crise de leitores, os 5 volumes dessa tumultuosa e grande obra clássica da crítica indígena. José Olimpio merecia uma medalha de guerra: ato (repetido) de bravura na guerra contra o esquecimento dos valores reais de nossa cultura. (*Diário de Notícias*, 27/10/1948)

É certo que a leitura de Rubem Braga sobre a crise editorial é preenchida por frustrações do ofício de escritor, e portanto, não possui nenhuma análise econômica mais profunda. No entanto, no ano seguinte, a coluna *Close-up*, do suplemento literário do jornal *A Manhã*, publicou uma espécie de perfil biográfico do escritor Saldanha Coelho, no qual ele se expressa sobre a crise editorial com um olhar mais profundo da situação, responsabilizando também os editores, e propondo, inclusive, uma solução:

A crise editorial é uma decorrência da falta de bons livros, sem falar no seu alto custo, quase sempre inacessível ao leitor. Assim, sua solução estaria no lançamento de obras criteriosamente escolhidas e feitas com um

---

<sup>128</sup> *Tribuna da Imprensa*, 11/09/1952.

material gráfico que lhe barateasse o preço. Esse é o problema que pode ser resolvido pelo editor, com auxílio do Governo. (*A Manhã*, 25/09/1949)

Por certo, o maior problema enfrentado pelos editores era a dificuldade de importar o papel estrangeiro. Os ânimos estavam cada vez mais exaltados, e a situação se tornou quase que insustentável quando foi discutida, votada, aprovada e sancionada a lei ordinária nº 1386 de 18 de junho de 1951.<sup>129</sup> Tal lei regulou a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa, assegurando vantagens tributárias e cambiais às empresas editoras de jornais e revistas e às empresas que importavam materiais fornecidos para essas editoras. Excluindo por completo as editoras de livros de usufruir das vantagens.

A crise, de fato, se estabeleceu no mercado editorial e os editores decidiram pensar o problema em conjunto. Chegou-se a conclusão então de que a indústria editorial estava consideravelmente atrasada “em relação à dinâmica mercadológica de bens da época.”<sup>130</sup> Os empresários se sentiam desmotivados com a impossibilidade de baratear o livro, visto que a produção saía cada vez mais cara e a procura do público por romances literários estava cada vez menor. Um grupo de editores se reuniu para buscar uma solução e publicou no *Diário de Notícias* uma espécie de manifesto onde sugeriu soluções e exigiu do governo as devidas ações necessárias:

(...) o livro nacional pode ser barateado, se for isento de toda e qualquer taxa ou imposto. Cabe às Comissões de Cultura da Câmara Federal e da Câmara Municipal examinar, detalhada, honesta e eficientemente. (...) O problema é elaborar projetos e leis que beneficiem o livro, tornando-o de fácil aquisição e distribuição. (...) Cabe ao governo ação imediata, protegendo, ajudando, beneficiando o livro, dando crédito bancário aos livreiros e editores (...); aumentando as verbas para educação e instrução; criando escolas ao lado das bibliotecas, principalmente na zona rural; fortalecendo e desenvolvendo as bibliotecas existentes; criando bibliotecas circulantes, em todos os municípios (...); terminando com a suspensão imposta pela Cexim da importação de papel estrangeiro, liberando o livro de todos os impostos e taxas (inclusive as postais) para o crescimento das livrarias do interior do país. (*Diário de Notícias*, 14/12/1952)

Como sabemos, nessa época a *Ao Livro Técnico Editora* já havia se consolidado no mercado editorial, e por isso, também sofreria com os males da crise. É fato que o momento de crise assolava majoritariamente as publicações ficcionais. Em entrevista à *Tribuna das Letras* – suplemente literário do periódico *Tribuna da Imprensa* – o editor da *Editora Globo* no Rio de Janeiro, Mauricio Rosenblatt, afirmava categoricamente que não havia crise, e nem perspectiva dela ocorrer, no campo dos livros técnicos. Segundo o editor, o avanço da industrialização iria contribuir diretamente para que o livro técnico se tornasse um negócio

---

<sup>129</sup>Diário Oficial da União – Lei Nº 1.386, de 18 de Junho de 1951.

<sup>130</sup>LABANCA, Gabriel. Mercado brasileiro de livros em meados do século XX: a conquista de uma nova mentalidade econômica. Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Vitória: Maio, 2010, p. 1.

mais lucrativo que o livro ficcional, visto que se tornava cada vez maior a necessidade de trabalhadores especializados no universo industrial.<sup>131</sup>

Entretando, Reynaldo Bluhm não conseguiu escapar da crise editorial. O imbróglio da importação do papel também atingiria seu negócio, além dos outros problemas da época, como os altos preços dos aluguéis nas grandes capitais, denunciado pelos editores da *Freitas Barros* e da *Editora Globo*.<sup>132</sup> O aumento dos aluguéis fazia com que as livrarias e editoras buscassem espaços mais baratos e, com isso, menores, para manter o negócio. Consequentemente o volume de livros diminuía – em virtude do pouco espaço do estabelecimento – e então refletia diretamente nas vendas. A editora de Bluhm ainda sofreu com outros problemas: o aumento das tarifas postais e os problemas com importação de livros estrangeiros.

No primeiro caso, se configurou um problema, pois a livraria sempre trabalhou com a venda por reembolso postal, método adotado para que os livros chegassem às cidades mais distantes das grandes capitais. Com o aumento das tarifas postais, somando o valor do livro técnico, que era acima do ficcional, a aquisição por parte do leitor ficou cada vez mais difícil. Ao lado desse problema das tarifas postais, caminhava também as questões sobre a importação de livros técnicos. Cada vez mais os editores tinham problemas em realizar as transações, o que gerou como consequência o aumento do preço dos livros. O jornal *Correio da Manhã* denunciou o problema com a importação afirmando que o livro é um instrumento de enriquecimento do país, e que é partir deste que os técnicos aprimoram os seus conhecimentos. De acordo com a coluna do periódico:

(...) é de se esperar uma decisiva interferência, no sentido de solucionar aquele que é urgente problema da cultura brasileira. (...) É preciso que se veja o problema da importação do livro sob esse ângulo pragmático que liga profundamente o negócio editorial à nossa civilização. Talvez colocando-o assim, consiga-se para o livro o tratamento cambial que ele merece: o de gênero de primeira necessidade, de objeto de utilidade imediata e indispensável. (*Correio da Manhã*, 28/08/1952)

Alguns anos depois o problema da importação ainda persistia e dessa vez os professores, via sindicato, solicitaram que o Ministério da Fazenda desse o devido amparo aos intelectuais brasileiros no que dizia respeito à importação do livro técnico estrangeiro. O sindicato pautou a reivindicação na justificativa de que

num país ávido de cultura, como é o nosso, não se concebe que sobre o livro destinado aos professores, alunos e intelectuais e o povo em geral recaiam ágio que impossibilita a aquisição (...) (*Correio da Manhã*, 16/06/1956)

---

<sup>131</sup> *Tribuna das Letras*, suplemento literário da *Tribuna da Imprensa*, 9/12/1951.

<sup>132</sup> *Tribuna da Imprensa*, 11/09/1952 e *Tribuna das Letras*, suplemento literário da *Tribuna da Imprensa*, 9/12/1951.

A crise editorial foi entendida por editores e até mesmo por escritores como uma conjunção de uma crise cultural, onde somavam-se questões de analfabetismo, de falta de incentivo à leitura por parte do governo e de crescimento do consumo de revistas, cinema, rádio e de espetáculos de massa, como esportes, com uma crise econômica nacional, onde a classe média não tinha poder aquisitivo para consumir livros, considerados supérfluos, mas se esforçava para investir em produtos que não eram de suma importância, com o objetivo de “manter as aparências”.<sup>133</sup>

No suplemente literário do *Diário de Notícias*, a escritora Raquel de Queiroz expôs em sua crônica sobre os livros a decepção com a classe média brasileira. Nas palavras da autora, o brasileiro falido era incapaz de

(...) abrir mão de luxos supérfluos que vão desde o vestido de grande costureiro, à bebida, ao perfume e ao automóvel de um milhão de cruzeiros. Mas o livro, justamente, não está incluído nesse amor ao supérfluo criminoso, porque o livro não é supérfluo. Sem livros não se vive, não se produz, não se estuda, não se faz nada. Livro está na base de todo o conhecimento e de todo o progresso. (*Diário de Notícias*, 16/11/1952)

Diante dessa conjuntura algumas livrarias e casas especializadas passaram a investir em diversos artigos com o objetivo de compensar o déficit das vendas de livros. Nesse contexto, Reynaldo Bluhm enxerga na caneta tinteiro um item de luxo que crescia cada vez mais no consumo da classe média. Antes da Segunda Guerra e até mesmo nos primeiros anos do conflito, a caneta tinteiro já era um item presente em algumas lojas pelo Brasil. A *Casa Marzullo* era uma das maiores revendedoras das canetas tinteiro *Parker* – marca americana pioneira na produção de canetas – na capital federal.<sup>134</sup> Inclusive, durante a guerra, o estabelecimento continuou a vender as famosas canetas *Parker* e utilizou o slogan “Sob a PROTEÇÃO de asas e navios ALIADOS” para garantir que o novo lote chegaria até o Natal.<sup>135</sup> No ano de 1943, o vice presidente da *Parker Pen Co.*, Clarence Frederick, veio ao Brasil para uma reunião com seus representantes *Costa, Portela e Cia.*, e confirmou em entrevista coletiva que o motivo da visita era acertar os detalhes finais do início da produção de uma nova linha de tinta *Parker* para canetas tinteiro, dessa vez em território brasileiro. O vice presidente também falou aos jornalistas sobre como a *Parker* estava cooperando de maneira intensa no esforço de guerra. Nas palavras do executivo:

Em Janesville, onde estão as nossas fábricas de canetas, a Parker ergueu uma fábrica de materiais de guerra (...) Cerca de noventa diferentes materiais de guerra são produzidos pela Parker. E mais: a Parker foi a primeira organização americana a fazer a entrega de material bélico à Inglaterra, ainda em 1940, produzido pelas duas fábricas que construiu no Canadá para esse fim. (*Diário de Notícias*, 30/11/1943)

---

<sup>133</sup> LABANCA, op. cit.

<sup>134</sup> *Correio da Manhã*, 16/06/1940.

<sup>135</sup> *Diário de Notícias*, 15/12/1943.

A livraria *Ao Livro Técnico*, de Reynaldo Bluhm também era uma revendedora autorizada de canetas *Parker*, no início dos anos 1940.<sup>136</sup> No entanto, nos anos seguintes do conflito ficou cada vez mais difícil importar o artigo de luxo, e como o item não era produzido no Brasil, as vendas diminuíram consideravelmente. Chegamos a essa conclusão a partir da análise das propagandas e anúncios em jornais. De 1943 até 1945 nos deparamos com um número de anúncios bem inferior ao encontrado de 1940 a 1942, e acreditamos que os estabelecimentos que venderam canetas tinteiro durante a guerra tenham conseguido importar antes ou nos primeiros anos do conflito, quando não havia muitos problemas em realizar importações.

Com o fim da guerra e a retomada das importações, chega ao Brasil a caneta tinteiro que, posteriormente, se tornaria uma das mais vendidas e grande concorrente da Compactor: a *Sheaffer*.<sup>137</sup> Os anos se seguem, a crise editorial se desenrola, e Bluhm continua a investir na venda de canetas tinteiro como artigo de luxo. O estabelecimento então passa a vender, além da *Parker*, as canetas *Esterbrook* e *MontBlanc*, o que configurava uma oferta ideal de marcas. A *Parker* possuía um preço mais acessível, a *Esterbrook* ficava na linha tênue entre acessível e cara e a *MontBlanc* era a caneta tinteiro mais cara vendida no Brasil.

Os anos se seguem e o empresário Reynaldo Bluhm consegue manter sua editora funcionando apesar da crise, e ainda alcançou um crescimento com a venda das canetas tinteiro. É no início dos anos 1950 que o comércio de canetas tinteiro no Brasil vai explodir. Praticamente toda livraria, papelaria e casas de presentes vendia as tão famosas canetas *Parker 51*. Além dos representantes que vendiam pessoalmente em escritórios, escolas, universidades e cursos.

O aumento do consumo desse item de luxo causou um problema recorrente nessas situações: as falsificações. Como dito acima, a maioria dos estabelecimentos especializados possuíam estoques de canetas tinteiro para vender. Isto é, a concorrência se tornou cada vez mais acirrada e parecia quase impossível concorrer com os artigos de imitação, que se encaixavam na necessidade de maior parte do público consumidor e por um preço muito mais baixo. Encontramos em diversos jornais os anúncios de vendas de “canetas tinteiro americanas, com tampa dourada, perfeita imitação da *Parker*.”<sup>138</sup> As imitações eram separadas em lotas e destinadas apenas a revendedores, os anúncios continham a informação de que caso estivesse em busca de compra à varejo, que fosse em busca de algum revendedor.

Diante dessa conjuntura, outro problema surgiu: a questão do contrabando. Constantemente ocorriam leilões na alfândega com mercadorias apreendidas pela aduana. A partir dos anos 1950, remessas de canetas tinteiro se tornaram comuns nos leilões. Cada vez mais operações de contrabando feitas no porto do Rio de Janeiro apreendiam caixas de canetas tinteiro, junto à relógios, colares, tecidos finos e uísque.<sup>139</sup> Se por um lado, a questão do contrabando era ruim para o pequeno comerciante, que não conseguia colocar um preço que pudesse concorrer com os grandes estabelecimentos, por outro, era extremamente lucrativo para os maiores empresários do ramo, visto que as peças contrabandeadas eram leiloadas por um preço acessível, além de ser uma transação “limpa”. Em 1952, na coluna econômica, o *Jornal do Brasil* denuncia o desleixo do Ministério da Fazenda em relação às constantes apreensões de canetas tinteiro contrabandeadas. De acordo com o periódico:

---

<sup>136</sup> *Correio da Manhã*, 19/12/1943.

<sup>137</sup> *O Cruzeiro*, 09/03/1946.

<sup>138</sup> *Jornal do Brasil*, 24/08/1950. *Correio da Manhã*, 16/09/1950. *Diário de Notícias*, 12/08/1950.

<sup>139</sup> *Correio da Manhã*, 16/07/1950. *Correio da Manhã*, 24/03/1952.

O contrabando de canetas constitui hoje, uma das indústrias mais rendosas do Brasil. Ele se processa com absoluta facilidade, desviando do Tesouro milhões de cruzeiros. Cada dia abrem-se novas casas para a venda desse material, as lojas e montras ostentam as últimas novidades, e os agentes exclusivos para o Brasil anunciam nos jornais, em vistosos reclames as últimas criações da Parker. Bastaria o Ministério da Fazenda apreender, fundado na lei, tamanha quantidade de canetas Parker para apurar devidamente a sua origem e procedência. As gulas de mercadoria comprada nos leilões da Alfândega, velho truque com que os representantes exclusivos justificam os seus fornecimentos ao comércio, não poderiam acobertar material que ascende a muitos milhões de cruzeiros. O que não é possível é que, em face do declínio das rendas, diante da repetição dos contrabandos, as nossas autoridades fiscais cruzem os braços, permitindo a escandalosa expansão da entrada clandestina e criminosa de canetas que não ficam escondidas, pelo contrário, são expostas ao público num desafio ao Fisco e num menosprezo às nossas leis. (*Jornal do Brasil*, 27/20/1952)

Entretanto, quando não eram apreendidas nos portos como contrabando, tinham entrada garantida pela prorrogação da lei de licença prévia, que subordinava ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação de determinadas mercadorias.<sup>140</sup> Em meados de 1952, o senador trabalhista Alencastro Guimarães se mostrou contrário à prorrogação da lei e se manifestou no Senado em relação a tal lei. O senador alegou que

(...) se o Brasil está desprovido de remédios indispensáveis<sup>141</sup>, se faltam divisas para fornecimentos aos comerciantes e industriais, somos, entretanto, um país bem provido de uísque, vinhos e outros artigos semelhantes. (*Última Hora*, 22/09/1952)

Tendo em vista que a caneta *Parker* era a mais barata do mercado, e que praticamente todas as lojas vendiam as outras grandes marcas, além de ter de competir com as imitações, a busca dos comerciantes passou a ser por exclusividade. Todo estabelecimento queria ostentar o título de revendedor exclusivo de alguma caneta importada, principalmente se fosse uma novidade.

Reynaldo Bluhm, antes de ser presidente de uma editora, era um comerciante ativo e por isso, dominava os trâmites da atividade. O empresário tinha ciência de que para que seu negócio também prosperasse como referência em vendas de canetas tinteiro, era necessário que fosse o mais abrangente possível, isto é, ofertasse em sua vitrine uma extensa diversidade de marcas. Além de oferecer, sempre que possível, algum produto novo para aquele público consumista que só aumentava, e que já conhecia todas as marcas presentes no mercado.

---

<sup>140</sup> Lei Nº 842, de 04 de outubro de 1949. Prorrogação: Lei Nº 1.389, de 28 de junho de 1951.

<sup>141</sup> A lei excluía do regime de licença prévia medicamentos e matérias-primas destinadas à indústria farmacêutica.

Por certo, Bluhm não foi o único empresário a desenvolver esse pensamento. E, portanto, seguindo a lógica da exclusividade e novidade, a *Casa Marzullo* apresentou no início do ano de 1951 a caneta tinteiro italiana *Aurora 88*. Com o objetivo de rivalizar com a *Parker*, caneta americana que naquele momento era a tinteiro mais vendida do mundo, a *Casa Marzullo* lança a caneta *Aurora 88* com a seguinte frase como propaganda: “É uma caneta EUROPEIA!”.<sup>142</sup> O objetivo era lançar uma caneta fabricada na Europa, que tivesse uma boa qualidade, preço baixo e que pudesse, de fato, vender como a *Parker*. As outras canetas mais presentes nas lojas especializadas eram a *MontBlanc*, alemã e a *Esterbrook*, também americana. Eram bem vendidas, mas nunca conseguiram derrotar a *Parker*. A caneta italiana importada pela *Casa Marzullo* não conseguiu chegar ao topo de vendas e sequer rivalizou com as outras marcas, visto que não possuía a qualidade da *Esterbrook* nem a grife da *MontBlanc*.

Afetado pela então crise editorial, Reynaldo Bluhm deu um passo adiante e saiu em busca de algum produto exclusivo, que contribuísse para o crescimento de sua empresa. O empresário se lançou então como um, dos três revendedores exclusivos da caneta tinteiro alemã *Omega Pen*, que não iria rivalizar com a *Parker*, nem com as outras alemãs, mas que, mesmo assim, renderia um lucro satisfatório, visto que a caneta carregava um “nome” europeu e custava menos que todas as outras importadas presentes no mercado da época.<sup>143</sup>

Os negócios iam relativamente bem para Reynaldo Bluhm. Enquanto enfrentava dificuldades para importar livros estrangeiros, manteve a produção dos livros técnicos, apesar das dificuldades com o papel nacional. Continuou a importar as canetas tinteiro sem muitos problemas, devido a prorrogação da lei de licença prévia e ainda mantinha uma oficina de consertos de canetas tinteiro. Como a caneta era um item de luxo e alto valor, o consumidor não media esforços para realizar a manutenção do seu item. Todavia, o empresário ainda não tinha alcançado no comércio de canetas tinteiro a exclusividade que buscava – já atingida no ramo editorial com a publicação de livros técnicos.

O mercado norte-americano não oferecia nenhuma caneta que pudesse alcançar a popularidade da *Parker* no Brasil. Portanto, Bluhm direcionou seus esforços para a Europa. As canetas tinteiro mais bem sucedidas no Brasil, com exceção da *Parker*, eram alemãs. O empresário somou a isso o fato de ser um alemão nato, de conhecer a região industrial alemã e de falar o idioma. Em mais uma de suas viagens em busca de produtos e acordos comerciais<sup>144</sup> Bluhm encontrou em 1952 a *Compaktor*, uma pequena fábrica, que produzia o artigo que o empresário tanto buscava.

Em conversa com Paul Buschle, proprietário da fábrica, Bluhm realizou um acordo prévio, que consistiu em trazer para o Brasil uma remessa da caneta com o intuito inicial de verificar se o produto seria bem recebido pelo público brasileiro. A primeira remessa foi vendida exclusivamente em sua livraria *Ao livro Técnico* e foi sucesso de vendas, visto que o fator novidade realmente representava um ponto positivo para o comércio do item.

O acordo entre os dois empresários alemães continua, mas dessa vez com outro objetivo: produzir a caneta em solo brasileiro. Os irmãos Buschle aceitam a proposta de Bluhm para formarem uma sociedade e a segunda remessa da caneta já chega ao Brasil com

---

<sup>142</sup> *Correio da Manhã*, 15/04/1951.

<sup>143</sup> *Correio da Manhã*, 30/09/1951.

<sup>144</sup> Encontramos o nome de Reynaldo Max Paul Bluhm em algumas listas de passageiros de voos internacionais que saíam nos jornais e com isso, concluímos que o empresário viajava constantemente em busca de acordos comerciais, sendo livros ou outros artigos que também eram vendidos na livraria.

o nome modificado para Compactor: “A caneta alemã agora é brasileira!”. Na remessa de 1954, o lote chega com canetas tinteiro de diversos tipos e preços, da mais barata Escolar, que custava CR\$ 150,00 até a mais cara Diplomata no valor de CR\$ 550,00, passando pelos modelos Universitária, Pilot, Magister e Senator, que variavam entre CR\$ 200,00 e CR\$ 400,00.<sup>145</sup> O objetivo era abranger diferenciados consumidores e os empresários somente conseguiriam alcançar tal fato se fosse disponibilizado diferentes modelos com preços variados, como a *Parker*, *MontBlanc* e *Sheaffer* ofereciam

O sucesso de venda da caneta e as oportunidades que surgiram com o processo de industrialização brasileiro despertaram em Reynaldo Bluhm a ideia de instalar uma fábrica de canetas no Brasil. Inicialmente Paul Buschle vem ao Brasil de forma temporária para intensificar a importação das canetas-tinteiro.<sup>146</sup> Cerca de um ano depois os irmãos Buschle se transferiram para o Brasil de forma permanente e aceitaram a proposta.<sup>147</sup> Em 1954 foi registrada em cartório a fundação da Cia. de Canetas Compactor.<sup>148</sup> A sociedade foi formada por Paul Buschle, Reynaldo Bluhm, Adolfo Nieckele e Walter Aquino Castro. Porém, quem representou a família Buschle na direção executiva da fábrica foi o irmão mais novo Erich Buschle, já que o irmão mais velho ficaria encarregado de administrar a matriz alemã. O anúncio publicado nos jornais no início de 1954 já contava com a nova informação: “Brevemente fabricada no Brasil pela *Ao Livro Técnico*”.<sup>149</sup> Isto é, os irmãos Buschle e Reynaldo Bluhm iriam inaugurar a primeira fábrica de canetas tinteiro no Brasil.

Como naquele momento as canetas passariam a ser fabricadas no Brasil por Reynaldo Bluhm, o empresário já não almejava mais a exclusividade nas vendas. Do contrário, o objetivo era expandi-las, quanto mais lojas especializadas pusessem as tinteiros Compactor ao lado das importadas mais vendidas, melhor para a propagação da marca. Em poucos meses já era possível encontrar as canetas Compactor à vendas nos estabelecimentos especializados. Nos anúncios dos jornais a, até então, caneta alemã estava sempre presente nas listas das lojas, ao lado da *Parker*, *MontBlanc*, *Sheaffer* e *Esterbrook*<sup>150</sup> pois, apesar de produzir e vender modelos mais baratos, o artigo era claramente direcionado para a classe média consumista, uma vez que seu principal *slogan* era a frase “Não vasa em avião!”.<sup>151</sup>

Formada então a sociedade, o próximo passo foi a aquisição do terreno e o início da construção do parque industrial. Como visto no capítulo anterior, a região onde a fábrica está localizada, o bairro Jardim Iguaçu no município de Nova Iguaçu, era uma área de grandes laranjais, na qual foi se transformando com o passar dos anos em uma região com um desenho cada vez mais industrial e menos rural, especialmente pela inauguração da Rodovia Presidente Dutra (BR-116). O parque fabril foi então instalado às margens da rodovia e passou a servir como referência nas vendas dos terrenos mais próximos. Percebemos pelos classificados dos jornais cariocas, que a região já estava sendo tratada como zona industrial e a Cia. de Canetas Compactor estava sempre presente nos anúncios como atração.<sup>152</sup>

---

<sup>145</sup> *Diario de Noticias*, 25/07/1954.

<sup>146</sup> Ficha consular de qualificação de 1953. Cartões de imigração, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>147</sup> Ficha consular de qualificação de 1954. Cartões de imigração, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>148</sup> Termo de abertura de firma, presente no livro de registro da fábrica.

<sup>149</sup> *Correio da Manhã*, 18/04/1954.

<sup>150</sup> *Correio da Manhã*, 12/09/1954.

<sup>151</sup> *Correio da Manhã*, 18/04/1954.

<sup>152</sup> *Jornal do Brasil*, 21/10/1956 e 14/08/1956.

O terreno na Rodovia Presidente Dutra no Km 181 foi adquirido em 1954 do, também alemão, Herman Hoffmann, proprietário de vários loteamentos na região.<sup>153</sup> Supostamente Hoffman era um antigo citricultor da região, mas somente com as entrevistas não conseguimos confirmar o fato. Por certo, esta figura contribuiu para a consolidação da Compactor na região, visto que uma das ruas do bairro possui o seu nome. O que podemos concluir é que o laço de conterraneidade facilitou a transação, somado à conjuntura do momento de incentivo à industrialização visto que, construir uma fábrica próxima à uma grande rodovia seria fundamental para o deslocamento da produção.

Na transação de compra dos terrenos foram adquiridos dois lotes, um ao lado do outro. Portanto, a empresa já estaria preparada para aumentar o complexo fabril, caso fosse necessário. O complexo demorou cerca de um ano para ficar pronto e por isso, a produção começou somente no ano de 1955. Nesse intervalo de tempo as canetas vindas da Alemanha continuavam a ser comercializadas pelo Rio de Janeiro fortalecendo a presença da marca.

As obras de construção do complexo já se encontravam no fim e o momento era o ideal para começar a compor o quadro de funcionários. Como consequência da – já tratada no capítulo anterior – intensa migração do Norte e Nordeste que contribuiu para o aumento da população da Baixada Fluminense<sup>154</sup>, mesmo que não tão intensa como no caso da região metropolitana de São Paulo<sup>155</sup>, o município de Nova Iguaçu naquele momento já possuía uma oferta de mão de obra. No entanto, não bastava ter braços para o trabalho se eles não eram qualificados. Por isso, assim como ocorreu na *Bayer do Brasil*, funcionários alemães vieram para compor o quadro inicial de funcionários.<sup>156</sup> No caso da Compactor, os funcionários que chegaram da Alemanha eram técnicos reconhecidos como “jovens talentos” em sua região, e tinham como objetivo ensinar o trabalho para os operários recém-contratados. O quadro de funcionários foi composto de forma bem diversificada, com brasileiros e alemães; homens e mulheres, jovens e pessoas mais velhas. Segundo notícia do jornal *Correio da Manhã*:

Os poucos técnicos ou operários especializados estrangeiros integraram-se perfeitamente às condições de vida e no trabalho aqui encontrados, mesclando-se aos nacionais, sem nenhum preconceito de profissão ou de raça, transmitindo com satisfação a experiência e os segredos de suas especialidades. (*CORREIO DA MANHÃ*, 19 de Junho de 1960)

No entanto, a relação entre alemães e brasileiros ao longo dos anos não se deu de forma tão pacífica como citado no periódico, conforme veremos no capítulo seguinte.

Durante os primeiros anos da fábrica o serviço era apenas de montagem, posto que as matérias-primas ainda não eram fabricadas no Brasil. No ano da construção do complexo fabril os maquinários foram importados e nos anos seguintes, já no com a produção

---

<sup>153</sup> Entrevista com Miriam da Rocha Azeredo concedida à autora em realizada em 12/2015. Informação também presente no livro *Compactor, 50 anos escrevendo a história da sua vida*, 2004.

<sup>154</sup> RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): Economia e território em processo*. Dissertação de mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, 2006.

<sup>155</sup> FONTES, op. cit..

<sup>156</sup> CARVALHO, op. cit.

funcionando, as matérias-primas também eram importadas, o que gerou alguns transtornos para os sócios, devido aos recorrentes contratemplos que ocorriam na alfândega. Em 1955, início de produção da fábrica, os empresários alemães tiveram um problema tributário com uma carga de 80.000 penas para escrever de canetas tinteiro. Alguns dias depois da confusão a empresa teuto-brasileira conseguiu obter um mandado de segurança contra o inspetor da Alfândega. O juiz da 4ª Vara de Fazenda despachou a liminar sob a justificativa de que:

(...) prescreve a Constituição Federal, no artigo 141, parágrafo 34º, que nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que haja lei anterior que a autorize. (...) Por outro lado, a circular 19, de 1934, da Diretoria das Rendas Internas, constituindo simples ordem de serviço, não pode ampliar a incidência de imposto, sendo, portanto, ilegal e contrária ao preceito constitucional. Assim, existe direito líquido e certo a ser amparado pelo mandado de segurança, na hipótese controvertida.

Até os anos 1960 os materiais continuaram sendo importados e, portanto, a atividade na fábrica ainda se manteve basicamente como montagem de canetas tinteiro – a produção das esferográficas começaria somente na década seguinte. Por isso, o quadro de funcionário nos primeiros anos possuía uma quantidade pequena de trabalhadores. Miriam da Rocha Azeredo conta que quando ingressou na fábrica para trabalhar no almoxarifado, em 1957, havia 17 funcionários no total.<sup>157</sup> Na década seguintes a fábrica atingiu cerca de 140 funcionários.<sup>158</sup> As duas primeiras décadas de funcionamento da fábrica testemunharam ao aumento da produção da empresa, desenvolvida com a presença cada vez mais intensa do patrão Buschle, que almejava colocar em prática seu projeto paternalista como estratégia de dominação dos trabalhadores.

---

<sup>157</sup> Entrevista com Miriam da Rocha Azeredo concedida à autora, realizada em 12/2015.

<sup>158</sup> Entrevista com José Américo de Azeredo, concedida à autora em 12/2015 e Francisco Ferreira da Silva, concedida à autora em

### Capítulo III: A “Família Compactor” e as suas contradições

#### – Desenvolvimento produtivo da fábrica

O desenvolvimento da Cia. de Canetas Compactor foi consideravelmente rápido para uma indústria que começou pequena, como pioneira no ramo das canetas-tinteiro no Brasil, e se deu em paralelo com à aceleração do crescimento industrial do Brasil. As políticas promovidas pelo governo de Juscelino Kubitschek com o objetivo de estabelecer uma economia industrial madura contribuíram diretamente para que as indústrias que se estabeleceram pouco antes do início do seu mandato presidencial pudessem se beneficiar desse impulso.

No caso da Compactor, a expansão ocorre já no início das atividades, ainda na década de 1950. Como citado anteriormente, pouco antes de sua inauguração, a Compactor promoveu anúncios e propagandas direcionadas para o Rio de Janeiro, então capital federal, e não focou o mercado local da região da Baixada Fluminense. A diretoria tinha em mente aumentar o capital social da companhia, criando assim as condições para investir mais pesado na produção.<sup>159</sup> Os frutos dessa política de promoção foram colhidos já no final dos anos da primeira década de atividades. Em 1958, sendo a principal produtora de canetas do Brasil, a produção da Cia. de Canetas Compactor tornou-se insuficiente para atender às encomendas que recebia. O então diretor-presidente da companhia, Dr. Reynaldo Bluhm, teve que ir à Europa em busca de materiais necessários para fazer frente a esse aumento da demanda do mercado consumidor.<sup>160</sup>

A década de 1950 foi também o período de instalação de outras grandes indústrias de canetas no Brasil. Em 1952, a *Cia. Johann Faber* já se encontrava instalada no município de São Carlos, no interior do estado de São Paulo, mas ela produzia apenas lápis e lapiseiras, passando a produzir canetas apenas no final da década.<sup>161</sup> Em 1956, pouco tempo após o surgimento da Cia. de Canetas Compactor, instala-se em São Paulo, no bairro de São Miguel Paulista, o parque industrial de uma famosa companhia de canetas tinteiro japonesa, a *Indústria e Comércio Pilot Pen do Brasil Ltda.*<sup>162</sup> No ano seguinte, a *Esterbrook Indústria de Canetas Ltda.*, subsidiária da grande empresa norte-americana de mesmo nome, chega ao Brasil e inicia as obras de construção das suas instalações fabris no Rio de Janeiro.<sup>163</sup>

---

<sup>159</sup> Diário Oficial, Seção I. Maio de 1956.

<sup>160</sup> *Correio da Manhã*, 30/03/1958.

<sup>161</sup> *O Observador Econômico e Financeiro*, ano XVIII, n. 201, outubro de 1952.

<sup>162</sup> *Ultima Hora*, 11/11/1956.

<sup>163</sup> *Ultima Hora*, 12/02/1957.

FIGURA 4



Fonte: *Jornal do Brasil*, 13/09/1964.

No ano de 1960, a Compactor, que começara em 1955 com uma capacidade de produção de dez mil unidades mensais, é obrigada a expandir seu maquinário para produzir trinta vezes mais do que o inicialmente planejado. Considerando-se que, conforme descrito acima, já haviam naquele momento outras marcas de canetas consolidadas no Brasil, essa ampliação indica que os produtos da Compactor haviam conseguido obter boa aceitação por parte do consumidor brasileiro. Desse modo, a filial brasileira superava, em muito, a fábrica localizada na Alemanha. Na avaliação dos dirigentes da empresa, relatada à imprensa no período, tal sucesso se deveria à pesquisa de mercado que a empresa fizera antes de começar suas atividades. O objetivo era produzir uma caneta de acordo com o que o mercado consumidor demandava, com um custo de aquisição mais baixo do que o das importadas e rentabilidade maior. Essa proposta ficou registrada em um *slogan* publicitário que ficou

famoso na época: “Duas vezes mais tinta!”. Para comemorar seu quinto aniversário de atividades, a fábrica vira a década com uma produção anual de um milhão de unidades.<sup>164</sup>

Embora a década de 1950 tenha sido muito importante para o desenvolvimento da fábrica, foi na década seguinte que a companhia conseguiu atender a todo o território nacional, levando seus produtos a figurar entre as canetas mais vendidas no Brasil, ao lado da *Parker* e da *Sheaffer*.<sup>165</sup>

Alguns fatores muito importantes contribuíram para o sucesso de produção da fábrica no início dos anos de 1960. Primeiramente, o custo da produção diminuiu consideravelmente, pois a fábrica não precisava mais importar a matéria-prima para produzir as canetas. Na década de 1960 todos os componentes já eram fabricados em solo brasileiro. O segundo ponto importante é a política de atender as demandas do consumo brasileiro. A Compactor intensificou a produção das linhas de canetas tinteiro Escolar, Super-Escolar e Universitária, que custavam menos que os modelos mais elegantes de canetas, e por isso vendiam mais. O último fator que fez com que a Compactor alcançasse um sucesso absoluto foi a introdução no mercado brasileiro de um produto inovador, a caneta esferográfica, com o lançamento daquele que seria o maior sucesso de vendas da companhia, a Compactor 0.7.<sup>166</sup>

Além dessa consolidação da marca Compactor no mercado interno, a década de 1960 foi marcante para a empresa pelo desenvolvimento da capacidade de produção dos componentes necessários para a montagem das canetas. Com isso ela deixou de depender de importações e ampliou sua capacidade de criação de novos modelos de canetas, o que também fortalecia sua capacidade de atender às demandas de um mercado nacional em expansão, seu principal objetivo desde o início da produção. Essa prosperidade da Cia. de Canetas Compactor se inseria em um momento histórico no qual a indústria de canetas como um todo deu um salto à frente. Conforme a coluna sobre negócios de Oswaldo Lopes, no periódico *Última Hora*:

Segundo os últimos dados estatísticos, a produção de canetas fabricadas no Estado do Rio está tendo um acelerado incremento, com a ampliação da capacidade das unidades industriais existentes e utilização em tempo quase integral do equipamento instalado. Destinadas até mesmo à exportação, as canetas fluminenses rendem bons impostos à União e ao Estado, além de a respectiva indústria dar trabalho a centenas de operários. (*Última Hora*, 28/12/1963)

A imprensa registra a existência de 16 indústrias nacionais no ramo, sendo que as cinco principais (*Parker*, *Compactor*, *Sheaffer's*, *Esterbrook* e *Johann Faber*), produzindo algo em torno de oito milhões de unidades, eram responsáveis pelo atendimento de aproximadamente oitenta por cento da demanda interna.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> *Correio da Manhã*, 19/06/1960.

<sup>165</sup> *Última Hora*, 11/03/1963.

<sup>166</sup> *Idem*.

<sup>167</sup> *Correio da Manhã*, 3/05/1964.

Com o falecimento de Paul Buschle em 1968, a manutenção da fábrica na Alemanha tornou-se inviável, e ela fechou as portas dois anos depois. Extinta a antiga matriz, o filho, Dieter Buschle, vem para o Brasil e se incorpora à Cia. de Canetas Compactor como engenheiro chefe da oficina mecânica, tornando-se rapidamente, diretor técnico da companhia presidida por seu tio Erich Buschle. Dieter herdou do pai o ofício, e chegou a inventar alguns modelos inovadores de canetas e lapiseiras<sup>168</sup>, inaugurando assim uma nova fase na Cia. de Canetas Compactor. Durante a década de 1970, a partir das ideias de seu novo diretor técnico, a companhia aprimorou a produção das esferográficas e passou a investir mais diretamente na produção de utensílios escolares, como canetas hidrográficas coloridas e lapiseiras<sup>169</sup>. Tudo isso sem deixar de lado a produção das canetas tinteiro, que embora estivessem perdendo mercado, ainda representavam um importante artigo da empresa. Com isso, a Cia. de Canetas Compactor continuava a prosperar, como ocorria com boa parte das indústrias instaladas na Baixada Fluminense no mesmo período.

Outro ponto importante que chama a atenção ao analisarmos as características da fábrica nos anos 1970 é o alto investimento em propaganda que ela optou por fazer. Isso não era novidade para a Cia. de Canetas Compactor, que já convivía com tal prática desde antes de começarem as atividades, como citado anteriormente. Mas o contexto da publicidade brasileira vinha se alterando bastante, e na década de 1970 já existiam grandes agências no ramo. Uma das agências mais inovadoras e premiadas do Brasil, a CIN – Companhia de Incremento de Negócios, responsável pelas contas publicitárias de marcas como *Maizena*, *Banespa*, *Coristina*, *Caldos Knorr*, *Martini* e *Hellmann's*, agora também produzia os anúncios da Compactor<sup>170</sup>, além de influenciar também nas novas embalagens que estavam sendo produzidas com o objetivo de atingir um público mais amplo nos supermercados.<sup>171</sup>

De todas as mudanças que a companhia passou ao longo da década de 1970, porém, julgamos que a mais importante foi a inauguração do escritório na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulista em 1972. O escritório, inicialmente, era somente uma sala alugada. Porém, a iniciativa teve grande impacto, pois, dentre outras consequências, marcou o início do processo de exportação de produtos para outros países da América do Sul.<sup>172</sup>

Durante os anos 1960 e 1970 a fábrica aumentou suas vendas e sua produção, consolidando-se como uma grande indústria brasileira situada na Baixada Fluminense. Paralelamente a esse crescimento da empresa, iniciou-se a construção da ideia de “família Compactor”, projeto paternalista idealizado por Erich Buschle, com o objetivo de manter os trabalhadores sob as rédeas do patrão. Num primeiro contato com a realidade da empresa, nos pareceu que esse projeto de paternalismo industrial havia sido posto em prática plenamente e conquistado seus objetivos. No entanto, ao analisarmos as estruturas das relações de trabalho da empresa e o papel dos trabalhadores no seu interior, percebemos como a “família Compactor” era frágil.

---

<sup>168</sup> Carta Patente Nº 15201 da caneta esferográfica *Super Status*.

<sup>169</sup> Inicialmente as lapiseiras produzidas foram vendidas apenas para arquitetos, desenhistas e diretores de artes, para comprovar a eficiência do utensílio. *Jornal do Brasil*, 4 de Novembro de 1974.

<sup>170</sup> *Diário de Notícias*. 2/04/1973.

<sup>171</sup> *Diário de Notícias*. 23/05/1971.

<sup>172</sup> Compactor, 50 anos escrevendo a história da sua vida.

## – Assistencialismo e construção de um projeto paternalista

A Cia. de Canetas Compactor completou recentemente 60 anos de atividades. Por ter permanecido ao longo de todos esses anos produzindo no mesmo local, a fábrica construiu uma relação muito particular com o bairro que se formou ao seu redor, e em muitas ocasiões os dois se misturam no imaginário dos moradores. Os exemplos dessa simbiose vão desde a escandalosa sirene que sinaliza as trocas de turnos na fábrica e marca o passar do tempo no dia-a-dia do local, ao fato do nome do bairro ser desconhecido por boa parte da população de Nova Iguaçu que insiste em chamá-lo de “Compactor”, como o fazem os próprios moradores. Outro forte sinal no mesmo sentido é o fato de nomes relacionados à fábrica estarem presentes por todo o espaço do bairro: praça Paul Bluhm, Escola Compactor, Alameda Paul Buschle.

José Sergio Leite Lopes em seu estudo sobre a cidade fabril de Paulista, em Pernambuco, nos brinda com uma passagem que se encaixa perfeitamente em nosso estudo:

O vigor de uma forma de dominação pode ser avaliado por sua interiorização pelo próprio grupo dominado. Para além dos símbolos objetivados que o patronato local imprimiu às fábricas e à cidade – como por exemplo a Fábrica Arthur, nome de um dos patrões; a Igreja Santa Elizabeth, toda construída pela *companhia* em homenagem à matriarca da família patronal; o busto ao coronel Frederico (irmão de Arthur e filho de Elizabeth) no pátio da monumental *Casa Grande* – estão os símbolos escolhidos pelos trabalhadores locais quando compõem uma história incorporada ao seu grupo social, e que dão sentido e vida à forma específica de dominação a que estiveram submetidos a maior parte de suas vidas.<sup>173</sup>

Embora a sociedade da Cia. de Canetas Compactor tenha sido formada por quatro homens, sendo apenas dois deles da mesma família, a figura do patrão sempre foi exercida pelos Buschle, principalmente pelo irmão mais novo Erich Buschle. Acreditamos que o principal motivo dessa função ter sido atribuída a Erich Buschle foi sua presença física no bairro. O empresário morou exatos sessenta anos na mesma casa no Jardim Iguaçu. Sempre frequentou intensamente todos os lugares de sociabilidade do bairro: festas de rua, igreja, centro comercial. Mas o local em que essa presença era mais marcante, até porque diária, era nas diferentes seções da fábrica. Os trabalhadores relembram essas “visitas” regulares do patrão com saudosismo:

Trabalhar com o seu Buschle era bem melhor né? Eu conheci e nunca tive nenhum problema com ele não, era uma ótima pessoa. [...] Ele trabalhava menos por causa da idade, mas aparecia todos os dias lá. [...] Ele gostava de dar uma voltinha por lá, até mesmo agora quando ele não podia mais.

---

<sup>173</sup> LOPES, José Sérgio Leite Lopes. A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988, p. 32.

Ele fugiu da dona Marly (esposa) um dia e foi naquela motinha lá (espécie de cadeira/triciclo motorizado utilizado para auxiliar na locomoção).<sup>174</sup>

Os comentários dos trabalhadores entrevistados parecem demonstrar que o falecimento de Erich Buschle constitui-se num marco de ruptura definitiva na forma com que a relação patrão/trabalhador foi construída ao longo dos anos. No período mais recente, a presença física da figura do patrão já não era mais tão intensa, principalmente pelo fato dos filhos, atuais diretores, não residirem em Nova Iguaçu. Em contraponto a essa relação mais distante, a referência ao fato de encontrar o patrão todos os dias não aparece nas memórias dos trabalhadores como algo negativo, mas ao contrário, como uma demonstração de compromisso com o trabalho realizado na unidade fabril. Fortalecia a ideia de que o serviço era duro, difícil, mas o patrão estava ali para incentivar, para não deixar a produção desandar.

O seu Buschle era muito mais presente do que os seus filhos são hoje. Deixa eu te dar um exemplo: a nossa presidente hoje que é a dona Suzana, a filha mais velha dele. Ele teve três filhos: a dona Suzana, o Erich e a Stephania. [...] Como a dona Suzana é a mais velha e era a mais próxima dele, assumiu o cargo de diretora da empresa, diretora presidente. Só que esse cargo dela, eu acho ela muito ausente dentro do nosso serviço. [...] Tipo assim, eu quase nunca vejo ela na área de produção, não vejo rodando pela empresa. É sempre dentro da sala dela. [...] Eu não sei se isso é bom ou ruim, mas deve ser ruim.<sup>175</sup>

Segundo Michelle Perrot<sup>176</sup>, um dos traços que caracterizam o paternalismo industrial é a presença física do patrão nos locais de produção. Porém, conforme também registrado em outros casos analisados pela historiografia brasileira, a relação paternalista de Erich Buschle com seus operários não ocorria somente no espaço interior da fábrica, ela se estende por todo o bairro. A ideia de “família Compactor”, com a qual nos deparamos em praticamente todas as nossas fontes, escritas e orais foi amplamente difundida nas duas primeiras décadas de atividade da fábrica, que coincidem com o período de crescimento produtivo da empresa. A política assistencialista voltada para os operários, e até mesmo para os moradores que não eram funcionários, foi ponto chave para a construção dessa ideia familiar, como também ocorre nos casos de paternalismo industrial analisados por Perrot. Nas palavras da autora: “na linguagem familiar o patrão é o pai, e os operários os filhos, na concepção do emprego que o patrão deve assegurar aos operários, na prática cotidiana do patronato.”<sup>177</sup>

Fortes nos mostra como o sistema paternalista adotado pelo empresário teuto-brasileiro A. J. Renner adotou para “comandar” os trabalhadores de sua empresa foi fundamental para a construção da imagem de patrão justo e benfeitor. A Renner seguiu o caminho paternalista com o objetivo de fortalecer a imagem da fábrica como um espaço contíguo ao familiar. Desta forma, atendia boa parte das demandas sociais dos seus

<sup>174</sup> Entrevista de Inez Sosa de Camps concedida à autora, em 22/08/2015.

<sup>175</sup> Entrevista de Rildo Rodrigues Duarte concedida à autora, em 11/07/2015.

<sup>176</sup> PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

<sup>177</sup> Idem, p. 62.

trabalhadores, e como recompensa recebia a lealdade deles e de suas respectivas famílias. Isso consolidou a imagem de *A. J. Renner* como “um pai severo e atencioso” na memória coletiva da comunidade.<sup>178</sup> Como podemos ver, o exemplo da *Renner* não se diferencia do que ocorre na *Compactor*. Acreditamos que é por esse motivo que o assistencialismo promovido pela fábrica era motivo de muito orgulho para os *Buschle*.

A política assistencialista tem início em 1956, quando a empresa promoveu a contratação de um médico e uma enfermeira para realizar um trabalho de saúde preventiva. A ex-funcionária Miriam Azeredo relata que a assistência era bem básica, visto que a produção ainda era muito pequena e a fábrica possuía poucos funcionários.<sup>179</sup> O benefício era apenas para os funcionários, mas como durante os primeiros anos de funcionamento da fábrica praticamente todos eles residiam no bairro, as consultas atendiam boa parte da população da região. À medida em que a *Compactor* ia se desenvolvendo, a população da região ia aumentando, e num determinado momento os profissionais contratados não eram mais suficientes para atender a todos.

Assim como Fontes cita em seu estudo sobre a *Nitro Química*<sup>180</sup>, no caso da *Compactor*, também percebemos que, como a localidade carecia de qualquer forma de assistência pública ou privada, a empresa aprimorou esse atendimento médico firmando um convênio. No caso da *Compactor*, a parceria se estabeleceu com uma clínica no bairro vizinho de Comendador Soares, no qual os funcionários e seus familiares passaram a ser atendidos.<sup>181</sup> O convênio com a clínica perdurou até o início dos anos 2000, quando foi substituído pela oferta de plano de saúde para os operários e seus familiares.<sup>182</sup>

Durante a década seguinte, a empresa intensificou o assistencialismo inaugurado timidamente nos anos 1950. Como dito anteriormente, a compra do terreno para construção da fábrica contava com uma área despovoada no entorno para que fossem feitas as expansões à medida que se tornassem necessárias. Nos anos 1960, começam as obras que contribuiriam para disseminar a imagem de Erich *Buschle* como um patrão benfeitor.

Dotada de instalações próprias para um trabalho especializado de elevada categoria, instituindo cursos internos de aprendizado, criando um ambiente de respeito e camaradagem, ministrando assistência médica e orientação profissional, estimulando as habilidades manuais ou os dotes intelectuais, despertando satisfação íntima de produzir bem um objeto útil para o povo e para o progresso da Nação, a família *Compactor* pode se orgulhar de representar um dos grupos de operários industriais mais homogêneos e categorizados do país. (*Correio da Manhã*, 19 de Junho de 1960)

Os trabalhadores se sentiam integrantes da família *Compactor*. De fato, nos deparamos com muitos que se orgulhavam de terem feito parte desse momento da fábrica. Entretanto, nem todos encaravam essa política assistencialista, elemento fundamental do projeto paternalista dos *Buschle*, como uma rede de favores. O sentimento alimentado era o

---

<sup>178</sup> FORTES, op. cit.

<sup>179</sup> Entrevista concedida por Miriam Azeredo à autora, em 2016.

<sup>180</sup> FONTES, op. cit.

<sup>181</sup> Entrevista concedida por Francisco Ferreira da Silva à autora, em 2016.

<sup>182</sup> Entrevista de Inez Sosa de Camps concedida à autora, em 2015.

de troca, mas a partir da perspectiva dos trabalhadores, pela qual era obrigação da empresa prover os benefícios. Quando questionada sobre a relação do patrão com os empregados, Miriam Azeredo afirmou: “Eles me deviam, porque eu merecia. Eu era uma boa funcionária, como todos os outros.”<sup>183</sup>

Entre as políticas promovidas pela fábrica durante a década de 1960 e 1970, destacamos algumas que julgamos ser mais importantes para a compreensão do projeto de “família Compactor”. Além da assistência médica e orientação profissional, trataremos dos cursos de aprendizado, da Escola Canetas Compactor, da Associação Atlética, dos conjuntos habitacionais e da relação com a igreja católica.

No que diz respeito aos cursos de aprendizado profissional, a Compactor foi a primeira empresa industrial do estado do Rio de Janeiro a criar e manter cursos internos de formação profissional sob a orientação do SENAI.<sup>184</sup> Além de cursos internos para aperfeiçoamento da mão de obra, existia também uma espécie de convênio com o SENAI, no qual o curso funcionava como forma de recrutamento de trabalhadores mais jovens que não possuíam nenhuma experiência. O aluno iniciava o curso com aproximadamente 15, 16 anos e recebia um auxílio de meio salário mínimo pelo estágio dentro da fábrica. Tendo finalizado o curso, o aluno era automaticamente contratado pela Compactor, para ocupar algum cargo que fosse de acordo com a sua formação profissional.<sup>185</sup> Essa política de aproveitar formandos do SENAI era comum entre as fábricas brasileiras, pois a empresa conseguia contratar trabalhadores especializados com um custo menor, visto que eram jovens, sem experiência e em busca de uma primeira oportunidade de trabalho.

A primeira construção realizada na área de três hectares que a Cia. de Canetas Compactor adquiriu após a sua fundação foi uma creche completa para os filhos dos funcionários, no início da década de 1960. A creche funcionava no local que, posteriormente, seria construída a Igreja de São Pedro e São Paulo, no conjunto habitacional também criado pela empresa.<sup>186</sup> Em Junho de 1963, foi inaugurada a Escola Municipal Canetas Compactor, o primeiro estabelecimento de ensino primário promovido por uma firma industrial, produto de um convênio entre a empresa e a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. A escola foi instalada em terreno e prédio próprio da Compactor, ao lado da fábrica, com 120 alunos matriculados.<sup>187</sup> A escola ofertava matrículas prioritárias para filhos de empregados e mantinha vagas extensivas às crianças residentes no bairro e proximidades.<sup>188</sup>

Outro espaço construído pela Compactor que também foi fruto dessa política social promovida pelo diretor presidente Erich Buschle foi a Associação Atlética Canetas Compactor. A associação foi criada para uso esportivo e recreativo dos funcionários da fábrica, que, carentes de espaços de sociabilidade, receberam de forma positiva a obra. Esse tipo de política social era bem visto pelo Estado e pela imprensa, já que se esperava que a satisfação do trabalhador viesse a se refletir na sua atividade na fábrica, contribuindo para o aumento produtivo da empresa. Podemos visualizar abaixo um trecho de uma matéria

---

<sup>183</sup> Entrevista concedida por Miriam Azeredo à autora, em 2016.

<sup>184</sup> *Revista Iguaçu-News*, Ano II, nº 19, agosto de 1970, p.11.

<sup>185</sup> Entrevistas concedidas por Rildo Rodrigues Duarte, Francisco Ferreira da Silva e José Américo Azeredo à autora.

<sup>186</sup> Entrevista concedida por Francisco Ferreira da Silva à autora, em 2016; *Revista Iguaçu-News*. Ano II, n. 19, agosto de 1970.

<sup>187</sup> *Correio da Manhã*. 18/06/1963.

<sup>188</sup> *Revista Iguaçu-News*, Ano II, n.19, agosto de 1970.

consideravelmente parcial do *Jornal do Brasil*, que produzia esse tipo de reportagem com bastante regularidade:

A Compactor proporciona aos seus colaboradores o máximo de facilidades, não somente para o aprimoramento físico, mas também para consolidar os laços de confraternização existentes entre todos, do mais alto ao mais modesto servidor dessa grande fábrica de canetas. Assim é que oferece toda a assistência à Associação Atlética que está instalada em prédio próprio da fábrica e onde têm no lugar agradáveis acontecimentos sociais, durante o ano. (*Jornal do Brasil*, 13 de Setembro de 1964)

Os acontecimentos citados na notícia são as festas que eram realizadas em datas comemorativas, a partir de um calendário anual pré-estabelecido. Primeiramente era promovida uma grande festa junina para os funcionários e os familiares. No Natal, ocorria inicialmente uma festa infantil, onde eram distribuídos brinquedos aos filhos dos trabalhadores. Posteriormente, ocorria a festa de Natal propriamente dita, a de maior destaque do ano, na qual todos os moradores do bairro, além dos funcionários e seus familiares eram convidados para uma grande confraternização. Era a partir da associação atlética que eram formados os times que disputavam o campeonato de futebol inter-fábricas, que foi idealizado em 1962 por Ademar Moscoso e patrocinado pelo programa “*Solimões Esportivas*” e pelo jornal *O Jubileu*<sup>189</sup>. O campeonato era disputado pelas principais fábricas de Nova Iguaçu. Além da Cia. de Canetas Compactor, participavam *Bayer do Brasil*, *Indústria Granfino*, *Metalúrgica de Austin*, *Forjas Brasileiras*, *Usimeca* e *Pneus General*.<sup>190</sup>

Esta área de três hectares adquirida logo após a fundação da fábrica primeiramente serviu para a construção da creche e da escola. Em 1964, no que restou do terreno foi construído uma tímida vila, com cercas e portões, que continha apenas duas dezenas de casas destinadas a alguns funcionários da fábrica. Essas habitações seguiam a hierarquia presente dentro do parque industrial da Compactor e eram destinadas aos chefes de seção, contramestres e técnicos, excluindo qualquer operário subalterno de ter oportunidade a esse benefício.<sup>191</sup> Classificamos esse primeiro conjunto de um projeto “tímido” porque a pretensão da fábrica era a construção de algo muito maior, com mais habitações, que pudesse contemplar cada vez mais operários e seus familiares, e que ao mesmo tempo consolidasse aquela região como “bairro Compactor” no imaginário da população.

Porém, um projeto tão ambicioso e pretensioso como esse não poderia acontecer de forma tão rápida. Portanto, ao longo dos primeiros anos de atividade do parque industrial, a Compactor adquiriu estrategicamente diversos terrenos na região, visando construções futuras. Além disso, também comprou diretamente dos proprietários algumas pequenas casas, que eram oferecidas aos funcionários que não tinham casa própria ou que não moravam nas proximidades, mediante o pagamento de um aluguel descontado em folha.<sup>192</sup>

---

<sup>189</sup> Órgão de imprensa especializada de Nova Iguaçu.

<sup>190</sup> *Última Hora*. 2/10/1962.

<sup>191</sup> *Jornal do Brasil*. 13/09/1964.

<sup>192</sup> *Jornal do Brasil*, 31/05/1965.

“Eu morava numa casinha aqui na avenida Maranhão, mas a casa era pequena. E eu já tinha dois filhos. Aí o Seu Buschle perguntou pro Romildo [esposo e motorista da fábrica] se ele tinha casa própria, ele falou que não tinha e que morava de aluguel e a casa era pequena. (...) Era um quarto, sala e cozinha. Então ele (Buschle) prometeu que quando desocupasse uma casa ele ia arrumar uma pra gente, melhor. Aí desocupou uma casa aqui na Rua São Lázaro. (...) Aí eu morei ali uns três anos, numa casinha ali. Aí ele falou ‘quando desocupar uma casa melhor eu vou arrumar pra vocês.’ (...) Aí desocupou uma casa grande e nós passamos pra essa que o seu Buschle prometeu que ia arrumar pra gente. Nessa casa eu morei treze anos, só saí de lá quando o Romildo faleceu. (...) Seu Buschle disse que eu podia ficar lá o tempo que eu quisesse, mas eu não queria não. (...) Não tinha ninguém (na família) que trabalhasse na Compactor e lá era casa de firma né? É pra funcionário. Sai um, entra outro.”<sup>193</sup>

A fala da senhora Ana Maria nos mostra como, de acordo com seus princípios, o benefício deveria ser usufruído apenas enquanto o beneficiado fosse funcionário da fábrica. Romildo, o esposo falecido, residiu com sua família em casas da Compactor mediante desconto mensal em seu holerite até falecer. A entrevistada nos confidenciou que, embora à época tivesse um bom relacionamento com Erich Buschle, jamais aceitaria morar de favor na casa, com a justificativa de que não ficaria satisfeita em criar uma dívida com o antigo patrão do marido: “Vai que ele pede pro meu filho trabalhar lá?”<sup>194</sup>

O sucesso de uma indústria instalada em uma região até então pouco urbanizada como a Baixada Fluminense contribuiu para fortalecer duas ideais bastante difundidas na região durante o período. A primeira era de que o “progresso” estava chegando à região de Nova Iguaçu. A segunda de que qualquer mudança estrutural no bairro Jardim Iguaçu se devia à Compactor.

O primeiro pensamento foi – e ainda é – amplamente propagado por trabalhadores e moradores do bairro. A frase “A Compactor levou o nome de Nova Iguaçu para o resto do Brasil!” está presente em todas as conversas e entrevistas realizadas durante nossa pesquisa. Do mesmo modo, a afirmação é recorrente nos jornais da época:

Entre as grandes indústrias que tem o município de Nova Iguaçu, uma existe que leva o nome do município a todos os estados do Brasil. Referimo-nos à Cia. de Canetas Compactor, que mercê da alta qualidade dos produtos que fabrica, encontra mercado em todo o Brasil. (*Última Hora*, 11 de Maio de 1963)

Num domingo de 1964 o *Jornal do Brasil* editou um suplemento especificamente para o município de Nova Iguaçu e o dedicou à Compactor, em função do grande sucesso de vendas que a companhia vinha obtendo. O periódico afirmava, de forma bastante ufanista,

---

<sup>193</sup> Entrevista de Ana Maria dos Santos Lopes concedida à autora, em 03/07/2015.

<sup>194</sup> Idem.

que “as mais belas páginas da história da evolução industrial do Brasil, inegavelmente, foram escritas por empresas como a Compactor.”<sup>195</sup>

Todo o destaque que a fábrica foi ganhando ao longo dos primeiros anos contribuiu diretamente para transformar o diretor Erich Buschle em um personagem marcante, com grande reconhecimento público, especialmente nas páginas dos jornais do período. As menções ao seu nome vinham sempre associadas ao grande êxito da Compactor. Mesmo que a empresa possuísse outros sócios e diretores, em qualquer triunfo ocorrido, as congratulações eram dirigidas a Erich Buschle: “Comemorando o 5º aniversário das suas atividades: A fábrica das canetas Compactor está produzindo um milhão de unidades! Parabéns ao sócio fundador Erich Buschle!”<sup>196</sup> A família Buschle era sempre tratada como pioneira por ter construído no Brasil a primeira indústria de canetas tinteiro e a Compactor acabava por receber o título, evidentemente exagerado, de uma das maiores indústrias do Brasil.<sup>197</sup>

Ao passo que o desempenho da Compactor ia aumentando, Erich Buschle se tornava mais conhecido e cada vez mais influente, principalmente na Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI), culminando na recepção do prêmio de maior indústria do município, em nome da Cia. de Canetas Compactor, em 1977.<sup>198</sup> Para alcançar tal influência e reconhecimento, Buschle percorreu um longo caminho. Inicialmente, associou-se ao Rotary Club de Nova Iguaçu<sup>199</sup>, posteriormente, dedicou-se a organizar reuniões dos empresários industriais iguaçuanos para traçar planos e metas<sup>200</sup>. Como desdobramento dessas iniciativas, chegou a receber, junto a outros empresários e representantes dos trabalhadores, o ministro do trabalho Júlio Barata<sup>201</sup>. Por fim, foi alçado à presidência do Rotary Club, em 1973, o que equivalia à sua consagração como um dos mais influentes empresários de Nova Iguaçu do período.<sup>202</sup>

Quando o Conjunto Habitacional Compactor – que teve seu projeto de 178 casas produzido pelo engenheiro Adolfo Nieckele, sócio da empresa e membro da diretoria naquele momento – foi inaugurado em 1970, os Buschle acreditaram que tal acontecimento seria a cereja do bolo da família Compactor, visto que, após esse período, nenhum outro benefício tão significativo veio a ser implantado. O financiamento da iniciativa ficou por conta do Banco Nacional de Habitação, e a Compactor cedeu o amplo terreno para a construção do conjunto “dotado de praças de recreação, ruas amplas, escola para 300 alunos e 178 residências.”<sup>203</sup>

Essa parceria entre a Compactor e o Banco Nacional de Habitação, assim como o convênio do município de Nova Iguaçu com a fábrica para a construção da Escola Compactor, nos mostra como as políticas sociais promovidas pela fábrica, embora tenham sido direcionadas de forma prioritária para seus funcionários, não atingiram somente aos trabalhadores. Diferentemente do clássico modelo de vila operária construída pela fábrica

---

<sup>195</sup> *Jornal do Brasil*, 13/09/1964.

<sup>196</sup> *Correio da Manhã*, 19/06/1960.

<sup>197</sup> *Correio da Manhã*, 03/05/1964.

<sup>198</sup> *O Fluminense*, 30/05/1977.

<sup>199</sup> *Última Hora*, 12/04/1962.

<sup>200</sup> *Última Hora*, 07/10/1963.

<sup>201</sup> *Jornal de Hoje*, 30/10/1971.

<sup>202</sup> *O Fluminense*, 26/07/1973.

<sup>203</sup> *Revista Iguaçu-News*. Ano II, n. 19, agosto de 1970.

para os operários, o Conjunto Habitacional Compactor contemplou qualquer pessoa que pudesse arcar com o financiamento de um imóvel próprio. No entanto, como no caso da escola, os funcionários tiveram prioridade no processo de aquisição. Mas, empregados na fábrica ou não, os compradores recebiam as casas prontas com escritura e um financiamento de 15 anos, com um valor equivalente a dez por cento do salário mínimo do período.<sup>204</sup> Alguns anos após a inauguração do conjunto, o BNH leiloou abertamente em Nova Iguaçu 41 casas do conjunto com o objetivo de pagar a dívidas hipotecárias contraídas pelos proprietários.<sup>205</sup>

Inicialmente poderia parecer que esse tipo de parceria da Compactor com o Estado fosse uma espécie de novidade no universo das políticas sociais empresariais brasileiras. No entanto, embora não seja tão usual, Telma de Barros Correia<sup>206</sup> nos mostra como a partir dos anos de 1920 o subsídio estatal, não apenas para a implantação de fábricas (isenções fiscais), mas também para construção de núcleo fabris e vilas operárias passou a ocorrer com mais frequência. Essa “atuação” do Estado em parceria com indústrias se deu de diversas formas. Há os casos em que a articulação do Estado se mostra de forma mais nítida, principalmente em estatais como a *Companhia Siderúrgica Nacional*<sup>207</sup>, onde a empresa modelou o espaço urbano da região e ainda contribuiu diretamente para transformar um antigo distrito rural de Barra Mansa em um novo município (Volta Redonda). A ainda o caso da *Fábrica Nacional de Motores*<sup>208</sup>, que se instalou em uma região rural praticamente desabitada e construiu um núcleo fabril com habitações para seus operários. Outra forma de atuação do Estado em parceria com empresas privadas pode ocorrer quando o empreendimento possui uma dimensão muito grande e, por isso, se fazem necessárias algumas intervenções estatais, como no caso da *Fábrica de Papel e Celulose Klabin* no Paraná, que se instalou como a maior fábrica de papel da América Latina, com um complexo fabril gigantesco, gerando a necessidade de que o Estado viesse a construir um ramal ferroviário até Monte Alegre, em Santa Catarina.<sup>209</sup> Por fim, outro modelo de articulação de indústrias com o Estado se dá quando ocorre o “processo de transferência da gestão de equipamentos comunitários – sobretudo de escolas – existentes em vilas e núcleos fabris”<sup>210</sup> para o poder público, o que ocorreu com a escola do Moinho Matarazzo e o Colégio Votoraço.

Acreditamos que o caso da Cia. de Canetas Compactor se encaixe na concepção de que o Estado se absteve em relação à prestação de serviços básicos e, portanto, a parceria entre Estado e empresa:

(...) fazia-se pela omissão do primeiro, na medida em que os detentores de cargos públicos não costumavam impedir a indústria de “fazer leis” válidas

---

<sup>204</sup> Entrevista concedida por Francisco Ferreira da Silva à autora, em 2016.

<sup>205</sup> *O Fluminense*, 17/05/1973.

<sup>206</sup> CORREIA, Telma de Barros. Estado e empresas na criação e gestão de vilas operárias e núcleos fabris: parcerias, cooperação e conflitos. Anais do X Encontro Nacional da Anpur: Cidade, planejamento e gestão urbana: história das idéias, das práticas e das representações. Belo Horizonte, 2003.

<sup>207</sup> Para compreender o caso da CSN, conferir: SILVA, Leonardo Ângelo da. Industrialização, relações de classe e participação política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2010.

<sup>208</sup> Para compreender o caso da FNM, conferir: RAMALHO, José Ricardo. Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

<sup>209</sup> CORREIA, Telma de Barros. Núcleo fabril X cidade livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas, PUC, 1998.

<sup>210</sup> *Idem*, p. 3.

nos limites de seu núcleo fabril, impondo regulamentos – referentes a uso dos espaços coletivos, ao consumo, às normas de conduta, à circulação e ao uso do tempo – e punições aos que os infringissem.<sup>211</sup>

A ideia de omissão do Estado se mostra de forma clara quando, na primeira década de funcionamento da fábrica, as primeiras intervenções no Jardim Iguaçu são feitas pela Compactor: a Associação Atlética, a creche, o pequeno conjunto com 12 casas e a construção de um centro comercial. Tais ações contribuíram para a construção de uma memória, que hoje se encontra enraizada, de que a família Buschle foi a responsável pela transformação do bairro de região rural para região urbanizada. Mesmo que as edificações mais importantes tenham sido construídas através de parcerias com o município de Nova Iguaçu, no caso da escola, e com o Governo Federal, no caso do conjunto habitacional.

No conjunto habitacional também foi construída, além das casas, praças e escola, a igreja de São Pedro e São Paulo, que por muito tempo ficou conhecida como Igreja do Conjunto, sob a liderança do pároco Max Eing, também alemão. A presença do catolicismo na região se tornou muito forte depois da implantação da Compactor, alimentada pelo fato de Erich Buschle residir no bairro e constituir ali a sua família. Mesmo antes da construção da igreja, Buschle já mantinha bom relacionamento com os párocos da região, especialmente os alemães. Nas festividades que a fábrica promovia, sempre havia algum padre para realizar um momento de oração e de bênçãos. Um indicativo dos laços da família Buschle com a religião é o fato de que Erich e seu filho Paulo eram cavalheiros da Ordem Militar de Malta, instituição católica, de cunho conservador, que chegou ao Brasil no século XIX. Antes de falecer, Erich Buschle ocupava o cargo de conselheiro da ordem, e seu filho Erich Paulo, de vice-chanceler.<sup>212</sup>

De acordo com a publicação de D. Ruy Gonçalo Villas-Boas, Grão Mestre da Ordem em Portugal, a Ordem de Malta no Rio de Janeiro tem a sua atuação voltada para o “atendimento à população carente, dando assistência nos campo social, médico e educacional, em particular a crianças, adolescentes, a enfermos e a famílias necessitadas”.<sup>213</sup> A Ordem possuía um programa social chamado Movimento Malteser, que consistia em propiciar para os jovens treinamento de primeiros socorros, combate a incêndios, salvavidas, entre outros. No Jardim Iguaçu, o espaço onde funcionava o movimento, ficou conhecido como “clube do escoteiro”. Hoje o Movimento Malteser não existe mais, mas o espaço anteriormente ocupado por ele ainda é utilizado pela família Buschle para promover projetos sociais para crianças e adultos, que oferecem reforço escolar, cursos de informática, corte e costura e terapia ocupacional para a terceira idade.<sup>214</sup>

Ainda sabemos pouco sobre essa relação dos Buschle com a igreja católica e com os outros alemães católicos que passaram pela Baixada Fluminense ou nela permaneceram. Mas acreditamos que essa rede de teuto-brasileiros, incluindo religiosos, comerciantes e industriais, indique a existência de um projeto paternalista com uma abrangência maior que o idealizado pelos Buschle. Para comprovarmos essa suposição, se faz necessária uma pesquisa de fôlego, que aprofunde de forma sistemática as interrelações entre empresários

---

<sup>211</sup> Idem.

<sup>212</sup> VILLAS-BOAS. D. Ruy Gonçalo. Associação Brasileira do Rio de Janeiro da Ordem Soberana Militar e Hospitalaria de S. João de Jerusalém, de Rodes e de Malta. Foneiteira-Portugal: 2012.

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Idem.

de origem alemã e a Igreja Católica, resgatando e analisando suas formas de atuação na região da Baixada Fluminense.

A política social assistencialista promovida por uma instituição industrial deve ser problematizada, analisada de forma mais profunda, e compreendida como um mecanismo de dominação, dentro de um sistema de paternalismo industrial onde a fábrica trata a questão do controle da mão de obra como algo essencial para o andamento do processo produtivo. Essas políticas visam ao aumento da produtividade, baseado na viabilização de melhores condições de vida para seus empregados, o que reforça o discurso ideológico capitalista, ao fortalecer a ideia de que a fábrica está provendo os benefícios que o próprio governo não fornece. Se em São Miguel Paulista, região da capital paulista, os serviços e equipamentos públicos eram precários<sup>215</sup>, o que dizer sobre uma região como a Baixada Fluminense nos anos 1950, 1960 e 1970? Como visto no primeiro capítulo, apesar da construção da Rodovia Presidente Dutra, a região ainda carecia de serviços básicos para sobrevivência da população. Nesse contexto, à medida que as fábricas eram instaladas e conquistavam algum progresso produtivo, iam se apropriando da vizinhança, na tentativa de construir um clássico sistema paternalista, adaptado à realidade regional.<sup>216</sup>

No entanto, nosso objetivo não é cair nas garras de uma análise simplista do sistema paternalista, que reduza a participação do trabalhador como mero “aceitador” do sistema, sugerindo sua imobilidade ou passividade. Para fundamentar uma análise mais complexa e consistente do fenômeno do paternalismo, partimos da reformulação da teoria das classes sociais proposta por Savage:

o traço distintivo da vida operária não se apoia exclusivamente no processo de trabalho (como frisaram os marxistas) nem no mercado de trabalho (como desejariam os weberianos), mas na insegurança estrutural vivida por todos os trabalhadores.<sup>217</sup>

---

<sup>215</sup> FONTES, op. cit.

<sup>216</sup> Para compreender melhor as relações entre fábrica e trabalhadores na Baixada Fluminense conferir: RAMALHO, José Ricardo. Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM. São Paulo: Paz e Terra, 1989; CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. A greve da Bayer Belford Roxo: ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada Fluminense (1958-1989). 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé (1956-1973). Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC. Rio de Janeiro, 2015; MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Fios da Rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949). Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Rio de Janeiro, 2012; FURTADO, Cristiane Silva. Tecendo as Redes do Paternalismo: lazer, identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica – PUC. Rio de Janeiro, 2012.

<sup>217</sup> SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. (orgs.) Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 33.

O autor também chama atenção para a importância de analisarmos o cotidiano da vida operária, compreendendo a rotina de incertezas e insegurança estrutural em que o trabalhador está inserido.

Desse ponto de vista, todo o espaço do bairro deve ser analisado de forma profunda, particularmente aspectos tão importantes quanto a rotina do trabalho, o cotidiano da vizinhança e os espaços de lazer. A insegurança estrutural a que o operário da Compactor esteve submetido, com ausência de serviços básicos para sobrevivência como saneamento, saúde, educação e lazer, influenciou diretamente na sua resposta frente à postura paternalista da fábrica. A busca incessante de moradores das proximidades por um emprego na Compactor, mas o fato de que os depoimentos também contêm críticas à empresa, nos mostram como aquela população não era imóvel e inconsciente.

“Eu trabalhei um tempo na casa da Stephania, a filha do seu Buschle. [...] Eu fiquei pouco tempo, porque entrei no lugar da moça que pediu pra sair pra resolver problemas familiares. [...] Aí quando a moça voltou eu pedi pra ela (Stephania) me colocar lá na fábrica. [...] Eu sempre trabalhei em fábrica. Lá no Uruguai eu trabalhava em fábrica de bala. Aí quando eu cheguei aqui eu pensei ‘vou entrar nessa fábrica’. [...] É melhor que outras coisas né? [...] É pertinho de casa, dá pra vir almoçar e olhar se as crianças estão bem pra ir pro colégio.”<sup>218</sup>

A exemplo de Inez Sosa, o trabalhador sabia o que o esperava na produção, mas também sabia os ganhos “fora dos muros da fábrica” que ele teria acesso. A estratégia para conseguir ganhos pontuais, mas significativos do ponto de vista da qualidade de vida, não necessariamente precisava acontecer a partir de algum ato organizado e liderado pelo sindicato, por exemplo. A autonomia e a agência do trabalhador devem ser compreendidas e valorizadas dentro da sua vivência diária.

Como exemplo, tomemos uma breve história. Durante o ano de 1962, a Associação Atlética fundada pela fábrica estava sendo utilizada pelos operários a todo vapor. Durante os preparativos do primeiro campeonato de futebol inter-fábricas de Nova Iguaçu, a Compactor exigiu que um determinado setor da produção fizesse *serão* no sábado. Os operários jogadores, que faziam parte do setor selecionado, negociaram com a fábrica e fizeram as horas-extras em troca de uma excursão para Magé com o objetivo de realizarem alguns jogos como treino para o campeonato.<sup>219</sup> Um suposto impasse em relação à carga horária do trabalho foi rapidamente resolvido por um grupo de trabalhadores com interesses em comum, para além do serviço industrial.

O trabalhador, embora se sentisse acolhido pelas políticas sociais da fábrica, não se sentia reduzido à passividade. De fato, a relação de proximidade entre patrão e trabalhadores, divulgada pela empresa como prova da inexistência de interesses de classe distintos, podia ser utilizada pelos últimos para conseguir negociação de situações ao seu favor. Veremos a seguir como os trabalhadores, ou moradores, expressam seu entendimento sobre essas complexas teias que constituíam a “família Compactor”

---

<sup>218</sup> Entrevista de Inez Sosa de Camps concedida à autora, em 22/08/2015.

<sup>219</sup> *Última Hora*, 29/11/1962.

## – A “família Compactor” na fala dos trabalhadores

As políticas sociais promovidas pela fábrica, e até mesmo as que não foram promovidas pela Compactor, mas que foram articuladas por ela usando a influência de seus proprietários junto a os poderes públicos, foram fundamentais para a consolidação de uma forte relação entre patrões e trabalhadores. Esse fato foi fortalecido tanto pela presença física do patrão – não somente no parque fabril, mas também no bairro, visto que a família Buschle residia a menos de 10 minutos, a pé, da fábrica, quanto pela atuação das imprensas carioca e local, que tiveram um papel substancial na propagação das ideias dos patrões.

Trataremos na última seção deste capítulo das percepções das pessoas que de alguma forma fizeram, ou fazem, parte dessa relação com a Compactor, sendo funcionários moradores, ou ambos. Procuramos entrevistar pessoas com perfis diferentes, com o intuito de evitar falas repetitivas, visto que nosso objetivo era extrair o máximo possível de informações sobre a relação dessas pessoas com a fábrica e os Buschle. A partir da análise das trajetórias de cada um dos entrevistados buscaremos compreender a experiência dessas pessoas e o cotidiano em que suas trajetórias estão inseridas.

Nossos entrevistados chegaram ao bairro em momentos diferentes e por motivos diferentes, no entanto, num determinado momento da vida suas trajetórias se entrelaçaram com a da Cia. de Canetas Compactor. A senhora Miriam nos contou sobre a experiência de ter trabalhado nos primeiros anos de funcionamento da fábrica, quando a produção se limitava à montagem das canetas tinteiro a partir dos materiais importados da Alemanha. De com acordo com a entrevistada, as relações pessoais na fábrica começaram a ficar mais intensas a partir de 1960, quando os componentes das canetas tinteiro e esferográfica passaram a ser produzidos pela própria Compactor. Surgiu então a necessidade da fábrica instalar uma seção de mecânica mais desenvolvida, o que resultou na contratação de mais funcionários.

Nesse contexto se insere o início da trajetória de Francisco Ferreira da Silva na empresa. Nascido em Aracaju em 1942, o atual funcionário aposentado da Compactor migrou para o Rio de Janeiro em 1945. Característica comum ao processo de migração do norte e nordeste para o sudeste, o pai veio primeiro em busca de oportunidade e se instalou no município de São Gonçalo. Três anos depois a mãe partiu em direção ao Rio de Janeiro, com Francisco, sua irmã mais velha e sua avó paterna. O aposentado relata, com muito orgulho como agarrou a única oportunidade que lhe apareceu, que foi ingressar ao SENAI com 13 anos de idade. Assim que se formou, foi direcionado pelo SENAI para trabalhar em duas fábricas, uma delas a Compactor, que escolheu como empregadora por lhe oferecer a possibilidade de trabalhar na profissão que escolheu: mecânico ajustador.

Como citamos anteriormente, nos primeiros anos de funcionamento da fábrica o objetivo, em virtude do custo, era contratar funcionários jovens em busca do primeiro emprego. Entretanto, a empresa dava preferência para os que residiam próximo ao parque fabril, no bairro Jardim Iguaçú, ou nos bairros mais próximos. Francisco afirma que seu caso foi uma exceção nesses primeiros anos:

“A Compactor alugava um quartinho pra mim, pra eu poder ficar durante a semana, no Juriti [bairro próximo, também às margens da Dutra]. (...)”

Aqui no nosso bairro não tinha nada, era só a fábrica mesmo na beira da Dutra. (...) Eu era o único que morava longe da fábrica, em São Gonçalo, e como eu não podia me locomover daqui pra São Gonçalo todos os dias, eu ficava a semana toda lá no quartinho.”<sup>220</sup>

A partir dos anos 1960, a fábrica passou a contratar também funcionários que moravam em locais mais afastados, pois, ao longo dos primeiros anos a empresa foi adquirindo terrenos na região e construindo pequenas propriedades para abrigar o funcionário que residia longe e seus familiares. Francisco afirma que não ficou nem um ano morando no quartinho. Como era ainda um rapaz “de treze pra quatorze anos”, sentia falta da família. Seus pais se desfizeram de tudo o que tinham em São Gonçalo e partiram para Nova Iguaçu. Compraram um terreno no Jardim Iguaçu, bem próximo à Compactor e construíram sua casa.

A Cia. de Canetas Compactor estava localizada às margens da Rodovia Presidente Dutra, e do outro lado da rodovia, exatamente na mesma altura, também às margens, existe a *Usimeca* (Usina Mecânica Carioca). Devido a esse fato, sempre houve funcionários da *Usimeca* que moravam no Jardim Iguaçu, e funcionários da Compactor que residiam do lado oposto da estrada. Afinal, a área era uma região contínua que foi cortada pela Dutra. Esse foi o caso do senhor José Américo Azeredo, que, desde que migrou do Norte Fluminense para a Baixada Fluminense, reside no bairro Cerâmica, onde está localizada a *Usimeca*.<sup>221</sup>

Perguntado sobre sua experiência de trabalho na empresa, e se ficou satisfeito em se aposentar pela Compactor, José Américo respondeu:

“Não trabalhei em nenhum outro lugar, fica difícil responder. Mas eu gostei sim, o Seu Buschle foi um bom patrão. Ele era um pouco grosseiro, mas o pessoal entendia, eram os costumes alemães.”<sup>222</sup>

Em linhas gerais, o patrão alemão é descrito pelos trabalhadores como sério, firme, duro, mas sempre disposto a resolver o problema do funcionário. A imagem de Buschle costuma ser lembrada pelos moradores do bairro sempre como o benfeitor do Jardim Iguaçu. Pouco se comenta sobre a postura do patrão dentro da fábrica, apesar dos registros de que sua presença na linha de produção era diária. Os entrevistados falam de forma bastante espontânea sobre as ações de Erich Buschle como dono da Compactor e provedor de políticas sociais para o bairro. Somente quando questionados sobre a atuação do empresário como patrão, alguns dos entrevistados tratam do assunto um pouco mais profundamente. O termo mais utilizado para descrevê-lo foi ‘justo’, o que indica a força da imagem paternalista produzida pela empresa. No entanto, à medida que os relatos sobre o cotidiano do trabalho se tornam mais detalhados, é possível perceber algumas contradições nessas falas. Tomemos como exemplo o casal José Américo Azeredo e Miriam Azeredo.

---

<sup>220</sup> Entrevista concedida por Francisco Ferreira da Silva à autora, em 2016.

<sup>221</sup> Entrevista concedida por José Américo Azeredo à autora, em 2016.

<sup>222</sup> Idem.

Os antigos funcionários nos contaram que se conheceram na fábrica, Miriam ingressou em 1957 e José Américo em 1959. A entrevistada nos contou que Erich Buschle proibia os funcionários de manterem relações amorosas e que, por isso, eles tiveram que esconder do patrão o início do relacionamento. Quando decidiram casar, Miriam teve que sair da fábrica, pois não era permitida a existência de casais entre os funcionários. A ex-funcionária conta que não ficou chateada porque queria engravidar, e acreditava ser melhor pra ela sair do emprego. Entretanto, ela deixou escapar que o próprio patrão não cumpriu a regra que ele mesmo estabelecia, pois se envolveu com uma colega sua do almoxarifado. Posteriormente, a colega de trabalho acabou se tornando esposa do patrão. Miriam então se arrependeu de ter “pedido as contas” sem brigar por seu emprego.<sup>223</sup>

A forte presença do patrão na produção despertava sentimentos ambíguos nos trabalhadores. Rildo Rodrigues Duarte, filho de um ex-auxiliar de serviços gerais da fábrica, e que trabalha há quase 17 anos na Compactor, afirma que “quando ele [Buschle] estava num dia bom não tinha problema ele aparecer”<sup>224</sup>, sugerindo que a relação dentro da fábrica dependia do humor do patrão.

José Américo, chefe de seção aposentado, entende que era bom o patrão visitar a produção e cumprimentar os funcionários. De acordo com o entrevistado, os operários estavam ali *por* ele, trabalhando *para* ele, e por isso, nenhum mal fazia ele demonstrar que conhecia e se importava com seu pessoal. No entanto, o excesso da presença causava incômodo. Os operários se sentiam intimidados, ficavam preocupados, receosos e acabavam se atrapalhando no serviço, o que poderia causar até mesmo algum tipo de acidente. Nas palavras do entrevistado:

“Uma vez nós estávamos com um pedido grande e que tava dependendo boa parte do meu setor, e toda hora ele [Buschle] chegava lá pra ver como estava. O pessoal que trabalhava comigo, os funcionários, na hora que ele chegava, um esbarrava no outro, tropeçava um no outro. Eu virei pra ele e disse assim: ‘Seu Buschle, o senhor vai me dar licença, eu preciso falar uma coisa, o senhor está atrapalhando a produção. O senhor não tá vendo que tá todo mundo igual barata tonta aqui? Se o senhor se afastar... Que horas o senhor quer isso pronto? 18 horas? Então 18 horas vai estar tudo pronto!’”<sup>225</sup>

O chefe de seção se arriscou, fez o patrão deixar a produção irritado, mas tinha a consciência tranquila de que estava fazendo o necessário. José Américo afirma que fez o que sabia ser a vontade que qualquer operário que estava ali naquele momento, porém, sabia também que a responsabilidade era sua, como encarregado, e por isso tomou essa atitude.

A relação de Erich Buschle com o processo produtivo também tinha relação com o fato de que, antes de ser o diretor presidente da empresa, o alemão era um profissional especializado no ofício de fabricar canetas. De acordo com os relatos, o empresário estava sempre nos arredores da produção fiscalizando: “Ele rodava a fábrica todinha, dava incerta em tudo quanto era lugar, pra ver se pegava algum flagrante, mas os funcionários eram fora

---

<sup>223</sup> Entrevista concedida por Miriam Azaredo à autora, em 2016.

<sup>224</sup> Entrevista concedida por Rildo Rodrigues Duarte à autora, em 2015.

<sup>225</sup> Entrevista concedida por José Américo Azeredo à autora, em 2016.

de série, ele nunca teve problema.”<sup>226</sup> De acordo com os entrevistados, não havia necessidade do patrão visitar tão frequentemente a produção, já que existia um engenheiro técnico responsável pela produção, Paul Johann Kuner, trazido da Alemanha pelos próprios Buschle em 1963.<sup>227</sup>

Paulo Kuner, como ficou conhecido, era muito considerado pelos funcionários. E segundo Francisco – que no início dos anos 1960 havia sido transferido do setor mecânico para a produção, no cargo de encarregado – até o início dos anos 1970, o ambiente do setor produtivo era bom por causa da presença do engenheiro alemão: “Esse cara, o Paulo Kuner, era muito compreensivo, era um cara muito humano. Com ele, todos da produção se davam muito bem.”<sup>228</sup>

A transformação no ambiente ocorreu nos anos 1970 quando o sobrinho de Erich Buschle, filho de seu irmão falecido, que comandava a fábrica na Alemanha veio para o Brasil. Paul Buschle faleceu no final dos anos 1960 e o filho, Dieter Buschle, não conseguiu equilibrar as contas da empresa. Preferiu fechar a fábrica alemã e migrar para o Brasil para trabalhar com o tio na Cia. de Canetas Compactor. Entretanto, os entrevistados que conviveram com Dieter Buschle relatam que o novo diretor era uma pessoa de difícil relacionamento, e que isso prejudicou o ambiente de trabalho.

“Ele [Dieter Buschle] era uma pessoa que não tinha muita experiência em lidar com ser humano. (...) Quando você lida com pessoas que têm pouco estudo, pouca instrução, você tem que ter muito jeito, tem que ter jogo de cintura, pra poder não haver atrito entre o peão e o encarregado. Nesse ponto eu sempre tive muito, porque eu era encarregado, tava um pouco acima, mas fui criado na fábrica como mecânico. Nunca fui da produção, mas era operário também. (...) Eu entrei lá garoto, então eu já sabia lidar com as pessoas.”<sup>229</sup>

Francisco nos contou como se sentiu perseguido por Dieter Buschle por conta de sua postura com os operários da produção. O encarregado aposentado afirmou que defendia o pessoal da produção da exploração de Dieter e que, por isso, o diretor o perseguiu. Questionado sobre a postura de Erich Buschle, Francisco diz que o patrão viu os funcionários serem explorados pelo sobrinho e nada fez para corrigir a situação. Entretanto, supostamente, com os encarregados o patrão agia de forma diferente. Erich Buschle sabia a importância de ter uma relação de confiança com os encarregados, visto que cada um deles era o responsável por dezenas de operários. Francisco nos contou com orgulho que sempre interveio pelo grupo de operários que comandava, no qual exercia liderança, principalmente, por terem vindo todos do mesmo lugar, já que a grande maioria era de outro estado e de origem pobre. A atuação dos encarregados e chefes de seção era uma das peças mais importantes da engrenagem da família Compactor.

O aposentado José Américo também passou por situações conflituosas com Dieter Buschle. Além de não ter bom relacionamento com os funcionários, de diversos setores,

---

<sup>226</sup> Idem.

<sup>227</sup> Ficha consular de qualificação de 1963. Cartões de Imigração, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>228</sup> Entrevista concedida por Francisco Ferreira da Silva à autora, em 2016.

<sup>229</sup> Idem.

especialmente os operários da produção, Dieter também não era considerado um bom profissional. De acordo com José Américo, o sobrinho do patrão gostava de se vangloriar pela experiência que adquiriu comandando a fábrica na Alemanha. No entanto, a avaliação dos trabalhadores era de que o alemão não dominava todos os processos da produção e se sentia perdido dentro da fábrica, descontando sua frustração nos operários. Ele fazia parte da família Buschle, mas não da família Compactor.<sup>230</sup>

Os funcionários sabiam que a ideia de família Compactor tinha pouco a ver com o fato de ser uma empresa familiar. O único Buschle reconhecido como integrante dessa família era o patrão Erich Buschle. Seu irmão, falecido ainda nos anos 1960, seu sobrinho e, posteriormente, seus filhos, não conseguiram construir o mesmo relacionamento com o corpo de funcionários. Eram respeitados e obedecidos, afinal, eram patrões, mas os empregados não se sentiam à vontade para manter com eles algum tipo de relacionamento mais amigável.

Aqueles que passaram pela experiência de conviver com os outros membros da família, especialmente com os filhos de Erich Buschle, relatam, com visível pesar, que a boa relação dos empregados com os Buschle estava com os dias contados. A preferência por operários cada vez mais jovens e especializados, sem a preocupação de que morassem próximo à fábrica, contribuiu para o descontentamento daqueles que durante tantos anos acreditaram fazer parte de uma família. Dona Inez Sosa, que imigrou de Montevideú para Nova Iguaçu ainda jovem, nos contou como perdeu a chance de se aposentar pela Compactor:

“Eu trabalhava de 7h às 19h! Nunca me neguei a fazer um serão sábado, domingo ou feriado. [...] Só não trabalhava de noite por causa das crianças. [...] Aí quando a dona Suzana virou diretora ela avisou que só ia ficar com as pessoas mais jovens. A Compactor sempre renovou a mão de obra. Trocava o mais velho pelo mais jovem. [...] Eu não tinha tanto tempo de casa, sabia que ia ser demitida.”

Apesar de ter se desgastado com o tempo, a boa relação entre patrões e empregados – tanto almejada pelo projeto de família criado pelos Buschle – durou tempo suficiente para produzir um afastamento dos funcionários em relação ao sindicato da categoria. O sindicato era considerado omissivo, ausente, visto que a única atuação da organização se dava na discussão sobre reajustes e aumentos salariais. E, de acordo com as entrevistas e com algumas notas publicadas em jornais, aparentemente a Compactor nunca teve muitos problemas em atender as demandas salariais pautadas pelo sindicato. Quanto menor o conflito, melhor para a empresa, que dessa forma acreditava conseguir dobrar o funcionário e afastar o sindicato.

Acreditamos que o projeto paternalista de família Compactor idealizado pela fábrica, durante um bom tempo se mostrou muito forte, e que isso de fato contribuiu diretamente para manter os trabalhadores distantes do sindicato. No entanto, a partir das entrevistas, desenvolvemos uma visão mais ampla dessa relação do sindicato com a sua base, e percebemos que a presença da *Bayer* na Baixada Fluminense também foi determinante na atuação da organização sindical. Os aposentados José Américo e Francisco nos contaram

---

<sup>230</sup> Entrevista concedida por José Américo Azeredo à autora, em 2016.

que constantemente eram chamados de revoltados pelas pessoas de dentro da fábrica, pois estavam sempre ao lado dos operários nas reivindicações e nos piquetes. Dona Miriam, esposa de José Américo era contra a postura do marido, então encarregado do setor de galvanoplastia<sup>231</sup>:

“Eu acho que chefia não é pra participar de greve. Eu acho que quando você recebe um cargo de responsável, você respeita os funcionários subalternos a você, mas não pode liderar.”

José Américo pensava diferente, acreditava que deveria estar ao lado dos funcionários em todos os momentos, e por isso, sempre agia de acordo com a decisão do grupo de trabalhadores. Entretanto, os piquetes nunca faziam muito barulho e rapidamente eram contornados. O sindicato se mostrou consideravelmente ausente em diferentes momentos. De acordo com o entrevistado Rildo Duarte, que atualmente trabalha na fábrica, o sindicato “nunca ligou para os funcionários da Compactor” e só aparecia nas discussões sobre aumento salarial, nas quais quase nunca havia maiores conflitos com a empresa.<sup>232</sup>

Acreditamos que devido a intensa política paternalista da fábrica, o sindicato pode ter optado por agir de forma mais distante, para que os funcionários não fossem prejudicados nem sofressem represálias, deixando então que os empregados agissem de forma mais autônoma. No entanto, os funcionários interpretavam a situação de outra forma, culpando a proximidade da Bayer pela ausência do sindicato. Nas palavras de José Américo:

“O sindicato naquela época era um bando de pelegos! [...] Presidente do sindicato era só quem trabalhava na Bayer. Por que? Porque quem vota são os empregados, que são associados, e com aquele número imenso de funcionários elegia sempre os caras de lá.”

Portanto, o sindicato era considerado ausente pelos funcionários por defender sempre os interesses dos empregados da Bayer, visitando os da Compactor somente em momentos de campanha eleitoral. Os aposentados entrevistados nos confessaram que um funcionário da Compactor dificilmente seria eleito para algum cargo de diretoria do sindicato. E, se aprofundarmos mais a análise, provavelmente caberia aqui desenvolver um estudo de gênero, visto que boa parte da produção era formada por operárias. Isto é, a chance de se eleger algum funcionário da Compactor para a diretoria do sindicato era provavelmente pequena, pois, sabemos que historicamente as mulheres são privadas de ocuparem cargos de destaque na estrutura sindical. Apesar de que, o que não faltava na Compactor eram reivindicações específicas das operárias.

Inez Sosa nos contou que os setores da produção que eram menos automatizados e mais manuais eram compostos por mulheres, e eram os setores onde mais acontecia os serões. A justificativa era que as operárias chegavam na fábrica e tinham de fazer serviços considerados “femininos”, mas que não eram de sua atribuição funcional, como lavar

---

<sup>231</sup> Processo da produção em que a caneta tinteiro recebe um recobrimento metálico.

<sup>232</sup> Entrevista de Rildo Rodrigues Duarte concedida à autora, em 11/07/2015.

banheiros, limpar e abastecer as máquinas de café. Consequentemente, as operárias acabavam dando início ao seu turno com atraso e por isso, precisavam fazer horas extras praticamente todos os dias.

“Mas é aquilo né, tu é descontada, a medida que tu tá fazendo outra coisa que não é a produção eles descontam. [...] Vamos supor, eu cheguei, fui limpar a máquina (de café), fui fazer o café, fui fazer mais não sei o que, demorei duas horas, quando eu sentei pra fazer a produção tenho que contar e anotar quando comecei, a gente tinha que produzir oito horas por dia. [...] Eu chegava em casa com as mãos desse tamanho assim (inchadas), tinha que colocar na água com sal e gelo pra desinchar um pouquinho e eu poder fazer as coisas de casa. Os pés ficavam inchados também, porque um minuto que tu vai no banheiro, tu já perde a produção. É tudo muito corrido.”<sup>233</sup>

Isso era motivo de insatisfação de boa parte das operárias, visto que a maioria, incluindo Inez Sosa, cumpria a dupla jornada, trabalhando fora e também realizando tarefas domésticas. Na prática, estabelecia-se uma tripla jornada, à medida que mesmo dentro do espaço fabril as mulheres acumulavam sua função de operárias com atividades reprodutivas similares às que desempenhavam no âmbito doméstico.

Aos poucos podemos perceber as contradições e os conflitos dessa relação paternal dos Buschle com os funcionários. O projeto de família Compactor propagava a ideia de que todos estariam incluídos de forma harmoniosa, no entanto, na prática percebemos que o relacionamento não era tão simples e nem todos demonstravam a satisfação que os jornais propagandeavam, e que se faz presente até hoje no imaginário da população.

Ao questionarmos os entrevistados se existia o desejo de que seus filhos trabalhassem na Compactor, praticamente todos responderam de forma negativa. A exceção foi Rildo Rodrigues Duarte, detentor de uma trajetória distinta. Rildo possui 34 anos e é o segundo de um total de quatro filhos do casal que migrou do Paraná para o Rio de Janeiro em busca de uma vida mais digna. Sua mãe é dona de casa e seu pai foi auxiliar de serviços gerais durante toda a vida, tendo trabalhado alguns anos na Usimeca, permanecendo porém a maior parte do tempo na Compactor, onde se aposentou com 23 anos de trabalho. Os outros entrevistados do sexo masculino começaram a trabalhar na Compactor muito jovens e foram conquistando outros cargos dentro da fábrica, e por isso, puderam proporcionar uma vida consideravelmente melhor para seus filhos. Por outro lado, Rildo, filho do auxiliar de serviços gerais da Compactor e morador do bairro Jardim Iguaçu, enxergava o emprego na fábrica como a melhor opção de alcançar alguma prosperidade. Portanto, aceitando conselho do pai, ingressou no SENAI aos 14 anos e começou a trabalhar na Compactor com 15 anos.

Apesar de acreditar na família Compactor, sobre a qual ouviu falar desde criança, Rildo tem ciência de que existiam excluídos nessa família. Os benefícios promovidos a partir de uma política assistencialista não eram destinados a todos os funcionários. Rildo conta que seu pai não precisou de uma casa no conjunto habitacional, mas que caso precisasse, lhe seria negado, pelo fato de ser auxiliar de serviços gerais, e não operário: “essas coisas não eram pra ele não, ele não era operário.” Sabemos que benefícios como os conjuntos

---

<sup>233</sup> Entrevista de Inez Sosa de Camps concedida à autora, em 22/08/2015.

habitacionais, eram distribuídos de acordo com o perfil do funcionário, normalmente casados e com filhos, mas sempre dentro de uma linha hierárquica, onde de fato o auxiliar de serviços gerais ficaria abaixo de todos os operários.

Em contrapartida, Francisco Ferreira da Silva tem uma visão menos romântica do que é ou foi a família Compactor. Para Francisco, Erich Buschle foi um bom patrão pois tinha total conhecimento do que era produzido na fábrica e acima de tudo, conseguiu construir uma boa relação com seus funcionários. O trabalhador entende que o papel do patrão era exatamente aquele. Mas lamenta o fato dele ter deixado parte da produção nas mãos do sobrinho Dieter. Francisco trabalhou a vida inteira na Compactor, e apesar de reconhecer que foi um bom emprego e que lhe rendeu boas oportunidades, demonstra certo ressentimento. O ambiente de trabalho era relativamente bom, mas no final das contas o trabalhador sabia que o patrão “não estava nem aí, mesmo”. O importante era manter a produção funcionando.

Francisco chegou a essa conclusão quando estava próximo de se aposentar. Quando foi dar entrada no processo de aposentadoria, o então encarregado descobriu que poderia ter se aposentado dez anos antes, devido à insalubridade do serviço. O aposentado acredita que o alto nível de estresse na produção e os constantes conflitos com Dieter Buschle contribuíram para que ele se tornasse hipertenso. Por isso, nunca perdoou os Buschle e a Compactor por tê-lo feito trabalhar por dez anos a mais, sem ao menos ter lhe informado que poderia se aposentar antes. Nas palavras de Francisco:

“Não havia mais jeito nenhum de continuar na firma. Ele podia me oferecer o que ele quisesse que eu não ia aceitar. Porque normalmente, o pessoal que se aposentava continuava trabalhando [...] mas eu já tava programado pra não continuar trabalhando. [...] Em outubro de 1989 a minha aposentadoria veio, eu dei baixa na minha carteira, ele me ofereceu pra eu continuar trabalhando, o Erich Buschle mesmo. Eu falei com ele que eu tava muito zangado, muito aborrecido, muito mal satisfeito com a fábrica [...] e eu trabalhava novembro e dezembro só pra preparar uma pessoa pra ficar no meu lugar.”

Para Francisco, os patrões agiram de má fé pois, sabiam que ele estava doente e que seu maior desejo era se aposentar. Esse fato junto ao tratamento que Dieter Buschle dava aos operários contribuíram para que Francisco não incentivasse os filhos a trabalharem na Compactor. Apesar disso, o aposentado utilizou seu bom relacionamento com a chefe de Departamento Pessoal, Rachel Calazans, para uma manobra administrativa visando proteger os interesses da sua família. Francisco pediu a Calazans que assinasse a carteira de seus dois filhos para que começassem a contar o tempo de serviço na carteira de trabalho o mais cedo possível. Francisco pagava o valor da previdência todo mês, como se fosse descontado dos salários. Em sua justificativa, o pai afirma que apenas queria que seus filhos não ficassem sem contribuição até que conseguissem um emprego fixo já na maioridade, e que não passassem por um processo de aposentadoria tão conturbado como o dele. Francisco torceu para que os filhos estudassem e começassem a trabalhar o mais rápido possível, para que a vontade de trabalhar na Compactor não surgisse. O encarregado era questionado a todo tempo o motivo pelo qual seus filhos não trabalhavam na fábrica, sua resposta era sempre:

“Se eu ver vocês fazerem com meus filhos a metade do que eu vejo vocês fazerem com os filhos dos outros aqui, eu mato o primeiro que fizer.”<sup>234</sup>

De fato, percebemos que, em linhas gerais, o projeto de família Compactor, pensado estrategicamente pelos Buschle, foi posto em prática e ficou arraigado no imaginário da população local. No entanto, olhando atentamente aprofundando a pesquisa e a análise dos depoimentos dos trabalhadores e dos moradores do bairro, percebemos que eles não aceitaram passivamente todas as imposições da “família”. As atitudes dos patrões eram questionadas e reapropriadas de acordo com a visão e o interesse dos trabalhadores, que aprenderam a conviver e utilizar essa postura dos proprietários a seu favor, calculando de que forma a posição de benfeitor de Erich Buschle poderia ser utilizada como instrumento para lhes proporcionar ganhos reais.

---

<sup>234</sup> Entrevista concedida por Francisco Ferreira da Silva à autora, em 2016.

## Considerações finais

Através da análise da trajetória da Cia. de Canetas Compactor nos anos 1950 e 1960 no município de Nova Iguaçu, pudemos visualizar diferentes aspectos do processo de industrialização que ocorreu na Baixada Fluminense. Além de compreendermos a complexidade da conjuntura de transição de uma região predominantemente rural para uma cada vez mais urbana, com a expansão da presença de estabelecimentos industriais.

Em um primeiro momento neste trabalho, percebemos como a cultura de citros teve uma importância fundamental na transformação de Nova Iguaçu no século XX, principalmente se compreendermos que num primeiro momento, a dinâmica agrícola da região funcionava de acordo com o desenvolvimento da citricultura. Posteriormente, à medida que algumas propriedades seguiam abrindo mão do plantio da laranja, seja pela infertilidade do solo, ou por falta de investimentos, o espaço era transformado em loteamentos que, após serem comprados, eram utilizados como residências fixas, casas de veraneio, estabelecimentos comerciais e industriais. Além disso, a citricultura também contribuiu indiretamente para o desenvolvimento industrial da região pois, as políticas públicas promovidas com o objetivo de recuperar e desenvolver a agricultura acabaram colaborando com a expansão de estabelecimentos industriais na Baixada Fluminense, como as obras de saneamento realizadas nas décadas de 1930 e 1940, e a construção da Rodovia Presidente Dutra, proporcionada pelo Fundo Rodoviário Nacional.

Ademais, ao analisarmos o contexto de expansão industrial, percebemos que a citricultura conviveu de forma simultânea com as indústrias iguaçuanas durante um determinado período, e que, apesar do aumento da ocupação urbana de Nova Iguaçu, em meados do século XX a região ainda era predominantemente rural. Essa percepção contraria a visão cíclica presente em alguns estudos sobre a Baixada Fluminense, que acreditam em um processo de industrialização caracterizado por etapas mais lineares, no qual a laranja deu lugar à indústria, desconsiderando as forças políticas que estavam atuando nesse processo, ora a favor da agricultura, ora apoiando a expansão industrial.

Nessa ocasião do desenvolvimento industrial em Nova Iguaçu, pudemos perceber como o aumento populacional promovido pelas migrações em massa contribuiu ainda mais com a alcunha de cidade-dormitório, que o município carregava há tempos. A consolidação da Baixada Fluminense como uma área contígua à cidade do Rio de Janeiro tornava possível para a população se dirigir à metrópole vizinha em busca de ocupações com melhores salários, movimento retratado pelo número de operários moradores de Nova Iguaçu que trabalhavam fora do município. Entretanto, percebemos que, embora o número de trabalhadores iguaçuanos fosse consideravelmente menor que o de iguaçuanos que trabalhavam fora, a classe trabalhadora local já estava em processo avançado de organização em meados do século XX. Constatamos que a organização também já estava presente no ambiente rural, uma vez que os conflitos de terra, recorrentes em Nova Iguaçu, levaram os camponeses a se organizarem entre si para que seus interesses fossem defendidos. No momento seguinte, com o início da expansão industrial, os metalúrgicos se destacaram e se consolidaram como um grupo extremamente atuante no movimento operário fluminense.

Também nos propomos a analisar, através de uma perspectiva transnacional, a trajetória dos fundadores alemães da Cia. de Canetas Compactor. Concluímos que no caso de Reynaldo Bluhm, seu próspero negócio no ramo das editoras e livrarias proporcionou a

possibilidade de investimento em um empreendimento de outra característica, como as canetas-tinteiro. O consumo desse item havia aumentado de forma significativa e por isso, o objetivo de Bluhm era ser pioneiro na produção, visto que a maioria dos estabelecimentos especializados já vendia canetas-tinteiro importadas. Por outro lado, temos os irmãos Paul e Erich Buschle, industriais prejudicados pela guerra e que almejavam prosperar no ramo das canetas. Acreditamos que diversos fatores foram determinantes para a criação da Cia. de Canetas Compactor. O primeiro deles foi o processo de migração internacional que ocorreu no pós-guerra. O segundo foi o objetivo de construir uma grande fábrica de canetas. A eles se somou o fato dos Buschle terem encontrado um empresário teuto-brasileiro, já estabelecido no Brasil, com capital disponível para investir. Por fim, há que considerar as facilidades proporcionadas pelo governo brasileiro no contexto de incentivo à industrialização.

Os Buschle já possuíam uma experiência fabril anterior e, portanto, logo após o início da produção lançaram mão de políticas assistencialistas, com o objetivo de pôr em prática um projeto paternalista. A ideia de um grupo homogêneo sem conflitos, a “Família Compactor”, foi criada pelos próprios padrões alemães e fortemente disseminada entre os operários, em matérias de jornais e pelas ruas do bairro Jardim Iguaçu. No início de nossa pesquisa, ainda no momento da graduação em História, acreditávamos que a principal característica da “família Compactor” era a experiência de uma relação pacífica entre o patrão e os operários, consolidada através de uma política de benefícios sociais, como assistência médica, escola, moradia, associação atlética, entre outros. Iniciamos a pesquisa de forma mais profunda e rapidamente passamos a problematizar essa visão da “família Compactor” como um organismo passivo e homegêno.

No início desta pesquisa traçamos como objetivo analisar intrinsecamente a “família Compactor”, trabalhando com a hipótese de que, uma vez que não acreditamos na homogeneidade dessa família, a ausência de uma greve significativa não representava uma passividade dos empregados, e sim uma possibilidade de negociação de acordo com os interesses pessoais. Ao conversarmos com os trabalhadores, pudemos confirmar nossa hipótese, além de compreender que a “família Compactor” não funcionava da mesma forma para todos os empregados da fábrica. Também percebemos que os trabalhadores não entendiam a política de benefícios, estratégia de dominação por parte do patrão, como presentes ou favores. Eles reconheciam que nem todos os benefícios estavam disponíveis para todos, porém, acreditavam que esses benefícios deveriam ser proporcionados de forma irrestrita e que todo empregador deveria ter a obrigação de prover tal assistência aos seus funcionários.

O projeto paternalista idealizado pelos Buschle era ambicioso, e eles acreditavam que através da ideia de família, na qual o patrão representava o pai, seria possível controlar os empregados dentro de uma redoma de passividade. No entanto, basta olhar de forma microscópica para a “família Compactor” para enxergar suas contradições, e os motivos pelos quais o paternalismo apresenta fissuras, nas quais os trabalhadores inserem sua agência.

## Fontes citadas

### IBGE

Censos demográficos de 1950, 1960 e 1970

Coleção de Monografias N° 446. Fundação IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1955

Coleção de Monografias N° 446. Fundação IBGE – Instituto Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1968

Revista Brasileira de Geografia

\*Disponíveis em: [biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br)

### Publicações do Diário Oficial da União

Diário Oficial da União – Seção 1 – 18/07/1933

Diário Oficial da União – Seção 1 – 18/05/1934

Diário Oficial da União – Seção 1 – 26/01/1943

Diário Oficial da União – Seção 1 – Maio/1956

\*Disponíveis em [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br)

### Decretos

Decreto Lei N° 24.215, 9 de Maio de 1934

Decreto Lei N° 25.796, 10 de Novembro de 1948

Decreto Lei N° 842, de 04 de outubro de 1949

Decreto Lei N° 1.386, de 18 de Junho de 1951

\*Disponíveis em: [www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)

### Documentos sobre imigração

*Reynaldo Bluhm*

Declaração de bons antecedentes

Imagens do Arquivo da Polícia Política, disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

*Paul Albin Benjamin Buschle*

Ficha consular de qualificação de 1953 – Caráter temporário

Ficha consular de qualificação de 1955 – Caráter permanente

\*Disponíveis em: Cartões de imigração, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

*Paul Herbert Buschle*

Ficha requerimento para visto de saída do país de 1973.

\*Disponível em: Cartões de imigração, Arquivo Público do Estado de São Paulo

*Erich Buscle*

Ficha consular de qualificação de 1954 – Caráter permanente

Cartões de imigração, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

\*Disponíveis em: Cartões de imigração, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

*Paul Johann Kunner*

Ficha consular de qualificação de 1983 – Caráter permanente

\*Disponível em: Cartões de imigração, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

\*\*Todos os documentos estão disponíveis também em: [familysearch.org](http://familysearch.org)

## **Periódicos**

Correio da Lavoura

Revista Iguaçu News

Jornal de Hoje

\*Disponíveis no Centro de Documentação e Imagem – CEDIM

A Manhã

A Noite

A Ordem

Correio da Manhã

Diário Carioca

Diário da Noite

Diário de Notícias

Gazeta de Notícias

Imprensa Popular

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

Luta Democrática

Novos Rumos

O Cruzeiro

O Fluminense

Tribuna Popular

Última Hora

Voz Operária

\*Disponíveis em: [memoria.bn.br](http://memoria.bn.br)

### **Entrevistas concedidas à autora**

Miriam da Rocha Azeredo, em Dezembro de 2015

José Américo de Azeredo, em Dezembro de 2015

Francisco Ferreira da Silva, em Novembro de 2016

Rildo Rodrigues Duarte, em Julho de 2015

Ana Maria dos Santos Lopes, em Julho de 2015

Inez Sosa Camps, em Agosto de 2015

### **Outras publicações**

Subsídios genealógicos. Famílias Brasileiras de Origem Germânica. Publicação conjunta do Instituto Genealógico Brasileiro e do Instituto Hans Staden.

Compactor, 50 anos escrevendo a história da sua vida, 2004.

## Referências Bibliográficas

- ALPHONSUS, João. Pesca da Baleia. Belo Horizonte: Editora Paulo Bluhm, 1941.
- BERGER, Stefan, WICKE, Christian. Um imaginário pós-industrial? A popularização do patrimônio industrial no Ruhr e a representação de sua identidade regional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 231-254, julho/dezembro de 2014.
- BOHÓRQUEZ-MONTOYA, Juan Pablo. Transnacionalismo e historia transnacional del trabajo: hacia una síntesis teórica. Pap. Polít. Bogotá (Colombia), Vol. 14, n. 1, 273-301, enero-junho 2009, p. 276. Tradução da autora.
- CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. A greve da Bayer Belford Roxo: Ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada Fluminense (1958-1989). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-graduação em História. 2015.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- CORREIA, Telma de Barros. Estado e empresas na criação e gestão de vilas operárias e núcleos fabris: parcerias, cooperação e conflitos. Anais do X Encontro Nacional da Anpur: Cidade, planejamento e gestão urbana: história das idéias, das práticas e das representações. Belo Horizonte, 2003.
- CORREIA, Telma de Barros. Núcleo fabril X cidade livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas, PUC, 1998.
- CRUZ, Maria Cecilia Velasco e . Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República (1998). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editorial Vozes, 1981
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Em busca da idade de ouro. As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- FIGUERÊDO, Maria Aparecida. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. Revista geo-paisagem. Ano 3, n. 5, Janeiro/Junho de 2004.
- FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- FRIEIRO, Eduardo. O Mameluco Boaventura. Belo Horizonte: Editora Paulo Bluhm, 1941.
- FURTADO, Cristiane Silva. Tecendo as Redes do Paternalismo: lazer, identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918). Dissertação de Mestrado. Pontífica

Universidade Católica – PUC. Rio de Janeiro, 2012.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a Evolução da Ocupação Humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 3, julho-setembro, 1954.

GERTZ, René E. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. *Textos de História*. Brasília: UnB, vol. 16, n. 2, 2008.

GERTZ, René E. Influência política alemã no Brasil da década de 1930. *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, vol.7, n. 1, p. 85-105, 1996.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 169-178.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre a História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

LABANCA, Gabriel. Mercado brasileiro de livros em meados do século XX: a conquista de uma nova mentalidade econômica. *Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Vitória: Maio, 2010, p. 1.

LEVY, Maria Stella Ferreira. 1974. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista Saúde Pública* 8 (suplemento): p. 49-90.

LOPES, José Sérgio Leite Lopes. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988, p. 32.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da Rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. Tese de Doutorado. Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Rio de Janeiro, 2012

NASCIMENTO, Alvaro Pereira. *A ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Ione. *Imigrantes e Refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial*. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal/RN. 22 a 26 de Julho de 2013.

OLIVEIRA, L. *Guerra fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Da produção da laranja à febre dos loteamentos: As transformações na organização espacial do município de Nova Iguaçu ao longo do século XX. *Revista Pilares da História*, Ano 10, n. 11, Maio, 2011.

PAIVA, Odair da Cruz. Migrações internacionais pós Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 e 1960. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. 08 a 12 de Dezembro de 2008.

PASTORE, José. Análise dos processos de mobilidade social no Brasil no último século. *Anais do XXV Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 16-20 de Outubro de 2001.

PEREIRA, Waldick. Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

RAMALHO, José Ricardo. Estado-Patrão e luta operária: O caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989,

RAMALHO, José Ricardo. Estado-patrão e luta operária: o caso FNM. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os Institutos de Estudos Econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. (2005). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé (1956-1973). Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC. Rio de Janeiro, 2015

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. De Maxambomba à Nova Iguaçu (1833-90's): Economia e território em processo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2006.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Tradição, autoridade, democracia: A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). 2002. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Campus de Assis – Faculdade de Ciências e Letras Assis.

SÁ, Mariana Damasceno de. O empalhador de passarinho, de Mário de Andrade. Edição de texto fiel e anotado. 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen, PAIVA, Odair da Cruz, BASTOS, Sênia, PERES, Roberta Guimarães, BAENINGER, Rosana (org.). *Imigrantes internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NePO/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi Universidade Federal de São Paulo, 2013.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. (orgs.) Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 33.

SEITENFUS, Ricardo. O difícil aprendizado do nacionalismo. As relações brasileiras com a Itália e Alemanha, 1930-1942. In: A Revolução de 30 – Seminário Internacional. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 634.

SILVA, Fernando Teixeira. A Carga e a Culpa - Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968). São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

SILVA, Leonardo Ângelo da. Industrialização, relações de classe e participação política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2010.

SIMON, Silvana Aline S. De Bretton Woods ao Plano Marshall: A política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). Revista Relações Internacionais no Mundo Atual, Curitiba, v. 2, n. 14, p. 24-47, 2011

SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguaçu – Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIV, n. 2, abril-junho de 1962.

SOUZA, Ricardo Luiz de. E os Pomos eram de Ouro: A importância da citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à 1940. Monografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar

SOUZA, Ricardo Luiz. E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à de 1940. **Epígrafe**, Brasil, v. 3, n. 3, p. 171-194, oct. 2016. ISSN 2318-8855. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/110852>>

THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. V I-III. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. Revista Ciência Política. Rio de Janeiro: FGV. p. 117-160, jul./set. 1978

VILLAS-BOAS. D. Ruy Gonçalo. Associação Brasileira do Rio de Janeiro da Ordem Soberana Militar e Hospitalaria de S. João de Jerusalém, de Rodes e de Malta. Fonteira-Portugal: 2012.

WERNER, Alice H., COMBAT, Flávio A. História “viva” e História “objetivada”: George F. Kennan e o Plano Marshall. História Social, Campinas, n. 13, p. 173-191, 2007.

# ANEXOS

## ANEXO I – Patentes de canetas criadas pelos irmãos Buschle, registradas nos Estados Unidos

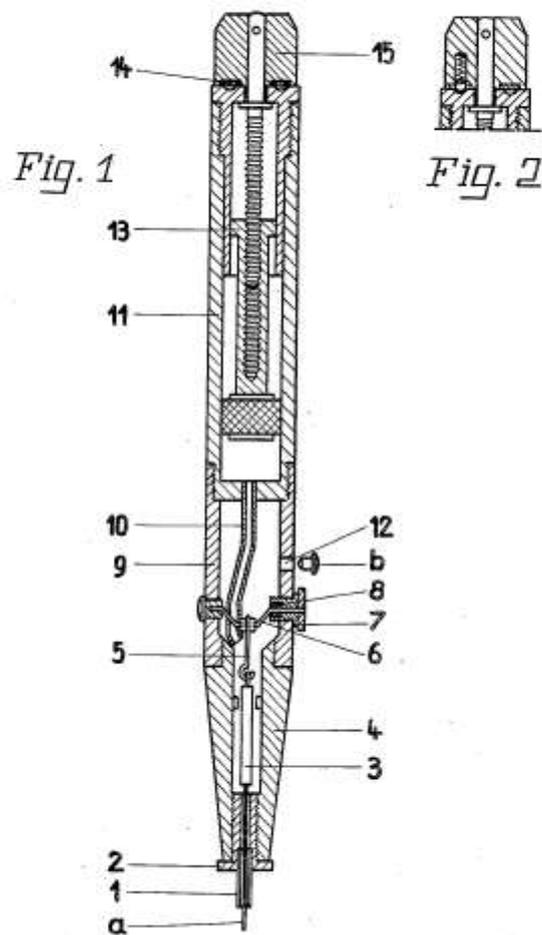
Sept 10, 1957

E. BUSCHLE

2,805,645

TUBE WRITING PEN FOR INDIA INK

Filed March 5, 1954



INVENTOR  
*E. Buschle*  
BY *Frank J. Santague*  
ATTORNEY

Dec. 13, 1960

P. BUSCHLE

2,964,614

BALLPOINT-PEN WITH A LIGHT-BULB DISPOSED ADJACENT THE BALLPOINT

Filed July 8, 1958

3 Sheets-Sheet 1

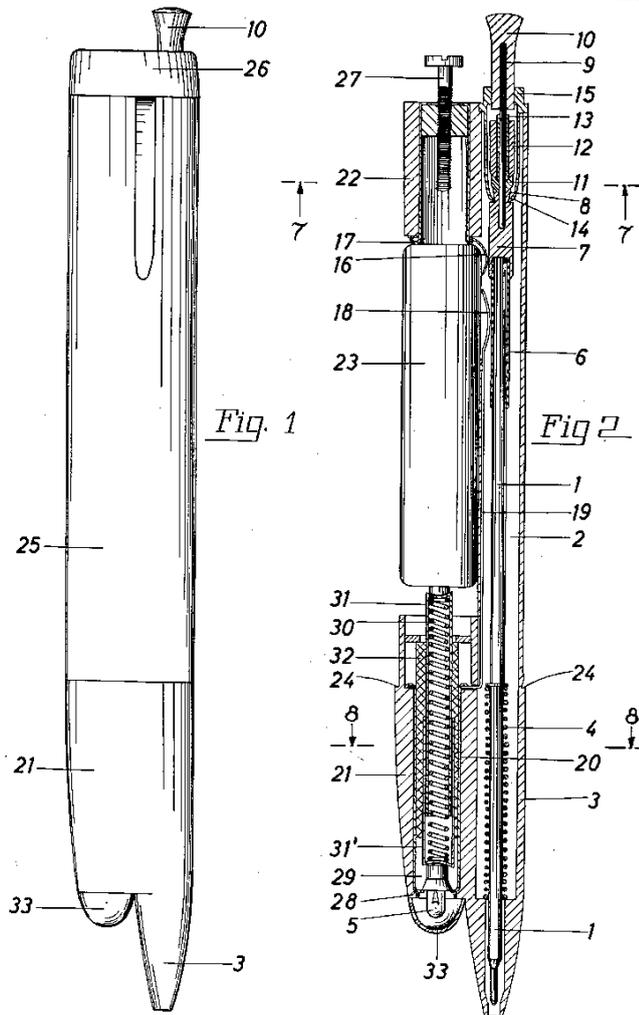


Fig. 1

Fig. 2

INVENTOR.  
*Paul Povisalle*  
BY *Lucretia Montague*  
Attorney

Dec. 13, 1960

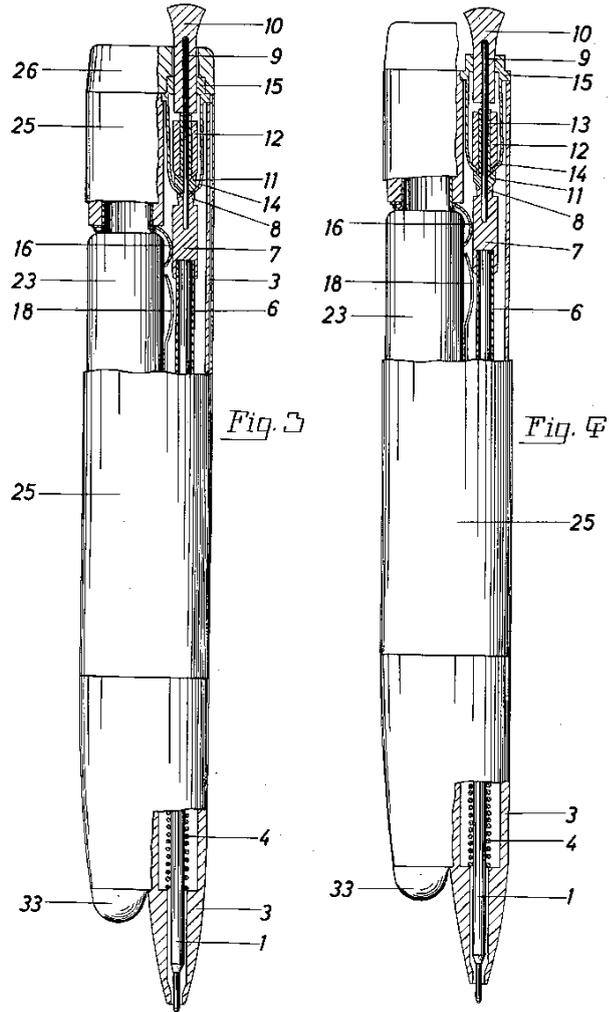
P. BUSCHLE

2,964,614

BALLPOINT-PEN WITH A LIGHT-BULB DISPOSED ADJACENT THE BALLPOINT

Filed July 8, 1958

3 Sheets-Sheet 2



INVENTOR.  
*Paul Buschle*  
BY *Amato Santagata*  
*Attorney*

Dec. 13, 1960

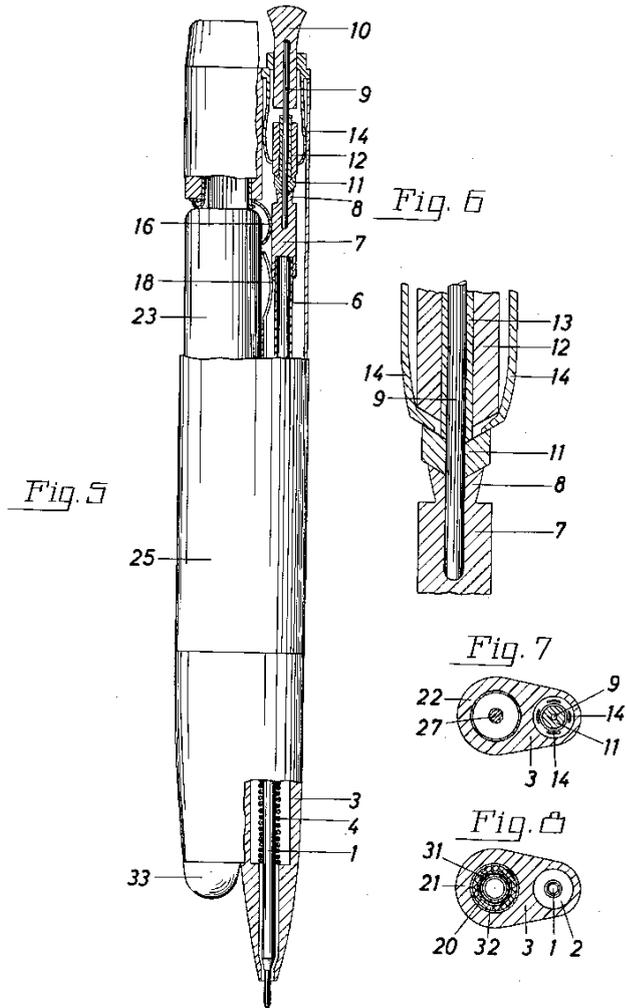
P. BUSCHLE

2,964,614

BALLPOINT-PEN WITH A LIGHT-BULB DISPOSED ADJACENT THE BALLPOINT

Filed July 8, 1958

3 Sheets-Sheet 3



INVENTOR.  
*Paul Buschle*  
BY *Ernest Montague*  
Attorney

## ANEXO II – A Cia. de Canetas Compactor na imprensa carioca

Domingo, 30 de Março de 1958

### ÊXITO DA INDÚSTRIA DE CANETAS NO BRASIL



O Dr. Reynaldo M. P. Bluhm ladeado pelo Dr. Adolfo Pedro Nieckele, Diretor-Secretário, e o engenheiro Dr. Erich Karl Victor Buschle, Diretor-Técnico da Compactor.

Conquistando de maneira insofismável o mercado nacional, a Companhia de Canetas Compactor, com sede em Nova Iguaçu, Est. do Rio, está com sua produção insuficiente para atender ao crescendo das encomendas que recebe. Face a tão promissoras perspectivas, seguiu no dia 28 último para a Europa, pelo «Anna C», o seu Diretor-Presidente, Dr. Reynaldo Max Paul Bluhm, que visitará várias feiras internacionais e tratará de adquirir material necessário ao desenvolvimento da Companhia que dirige.

Fonte: Diário de Notícias, 30/03/1958.

## INAUGURADA, EM NOVA IGUAÇU, A "ESCOLA MUNICIPAL CANETAS COMPACTOR"



As solenidades de inauguração oficial da "Escola Municipal Canetas Compactor", localizada à Rua Marupiara, n.º 9, em Nova Iguaçu, alcançaram excepcional brilho e tiveram a mais ampla repercussão em todo o município. Trata-se do primeiro estabelecimento de ensino primário promovido por uma firma industrial, em cumprimento ao convênio assinado entre a Prefeitura e as Indústrias localizadas em Nova Iguaçu. A referida Escola, que está instalada em terreno e prédio próprios da Cia. Compactor, ao lado da sua fábrica do KM 17,5 da Rodovia Presidente Dutra, conta com 120 alunos matriculados e dividi-

dos em três turnos diferentes, abrigando cerca de quarenta alunos cada um. Estiveram presentes ao ato de inauguração os diretores da Cia. de Canetas Compactor, srs. Reynaldo Bluhm, Adolfo Nieckele e Erich Buschle, o sr. Prefeito Municipal de Nova Iguaçu, sr. Aloysio Pinto de Barros, acompanhado de auxiliares da sua administração e inúmeras outras personalidades. O sr. Reynaldo Bluhm, em nome da Cia. Compactor, fez a entrega oficial da Escola ao sr. Prefeito, sr. Aloysio Pinto de Barros, tendo este agradecido a iniciativa daquela Companhia, que muito vem contribuir para a difusão do ensino primário do Município.

Domingo, 25 de Julho de 1954

DA ALEMANHA  
para o  
BRASIL  
**Compactor**  
duas vezes mais  
tinta

Produto da técnica alemã,  
COMPACTOR é a caneta  
revolucionária que possui  
um mecanismo transparente,  
funcionando a vácuo e au-  
mentando a capacidade de  
tinta para 55 gotas!  
à venda nas boas casas do ramo



NÃO VASA  
EM AVIÃO



- 1 Controle de tinta através do depósito transparente. Máxima capacidade de enchimento, aproveitando o próprio mecanismo como depósito, com uma capacidade de 55 gotas de tinta. Mecanismo indestrutível que dispensa borracha, rosca; facilmente acionável com uma só mão.
- 2 Enchimento a vácuo, completo, em apenas 7 bombadas.
- 3
- 4

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA ABSOLUTA.

EM 6 TIPOS DIFERENTES :

	CR\$
Escolar .....	150,00
Universitária .....	200,00
Pilot .....	250,00
Magister ...	300,00
Senador .....	400,00
Diplomata ..	550,00

Brevemente fabricada no Brasil, pelo

**AO LIVRO TÉCNICO**

Av. Rio Branco, 120 - sobre-loja - Rio  
Pósto de Consertos: Av. Rio Branco, 120  
loja 16 - Rio

ANEXO III – A Cia. de Canetas Compacktor na imprensa iguaçuana



Fonte: Iguaçú News, Ano II, Nº 19, 1970.

## Festa da Compactor



A Compactor que fez festa domingo passado para receber a delegação da Papelaria Paes Leme, de São Paulo, dirigida pelo Sr. Mario Ikio Kasa. A montagem das fotos mostra os dirigentes da «Paes Leme» e o Sr. Eick Karl Buschler, da Compactor, preparando, ele próprio, o gostosíssimo churrasco oferecido aos visitantes.